



OPORTUNIDADES
E DESAFIOS À
INTEGRAÇÃO
LOCAL DE PESSOAS
DE ORIGEM
VENEZUELANA
INTERIORIZADAS
NO BRASIL DURANTE
A PANDEMIA
DE COVID-19

MOVE

EMPODERAMENTO ECONÔMICO DE MULHERES
REFUGIADAS E MIGRANTES NO BRASIL

LUXEMBOURG
AID & DEVELOPMENT

UNHCR
ACNUR
Agência da ONU para Refugiados

ONU
MULHERES

UNFPA
Fundo de População
das Nações Unidas

Nota de Agradecimento

A presente pesquisa é fruto de cooperação técnica e atuação conjunta da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), da ONU Mulheres e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), com o financiamento do Governo de Luxemburgo, a partir de dois programas – LEAP e MOVESE.

Iniciado em setembro de 2021, o programa conjunto MOVESE - Empoderamento Econômico de Mulheres Refugiadas e Migrantes no Brasil - tem como objetivo geral garantir que políticas e estratégias de governos, empresas e instituições públicas e privadas fortaleçam os direitos econômicos e as oportunidades de desenvolvimento entre venezuelanas refugiadas e migrantes. Para alcançar esse objetivo, a iniciativa é construída em três frentes. A primeira trabalha diretamente com empresas, instituições e governos nos temas e ações ligadas a trabalho decente, proteção social e empreendedorismo. A segunda aborda diretamente mulheres refugiadas e migrantes, para que tenham acesso a capacitações e a oportunidades para participar de processos de tomada de decisões ligadas ao mercado laboral e ao empreendedorismo. E a terceira frente trabalha também com refugiadas e migrantes, para que tenham conhecimento e acesso a serviços de resposta à violência baseada em gênero. O programa tem duração até dezembro de 2023.

O MOVESE é o segundo programa conjunto das três agências da ONU e o Governo de Luxemburgo. Anteriormente, o programa LEAP (Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção para mulheres migrantes, solicitantes de refúgio, refugiadas e comunidade de acolhida) foi implementado entre 2019 e 2021. Junto com o sistema das Nações Unidas no Brasil, organizações da sociedade civil e ONGs envolvidas na resposta humanitária, o programa buscou o fortalecimento e a coordenação de atores humanitários e poder público, o desenvolvimento de capacidades de organizações locais e a criação de espaços seguros, positivos e de resiliência para mulheres migrantes e refugiadas conseguirem a boa convivência com as comunidades locais. Dentro do cenário da pandemia de COVID-19, também ofereceu apoio a mulheres líderes comunitárias, migrantes e brasileiras. Junto a instituições de ensino, ao Governo Federal por meio da Operação Acolhida, e com o engajamento do setor privado, o programa LEAP também promoveu ações a integração socioeconômica de migrantes e refugiadas venezuelanas.

O resultado dessa pesquisa é fruto do esforço e dedicação de muitas pessoas e instituições que vivenciam, participam e atuam, direta e indiretamente, nos processos e dinâmicas migratórias aqui descritas. A equipe técnica gostaria de agradecer, em primeiro lugar, às pessoas venezuelanas, interiorizadas e residentes em Roraima, que se dispuseram a participar da pesquisa e a compartilhar suas histórias de vida e os desafios e oportunidades que têm encontrado no Brasil. Agradecemos às instituições governamentais, não governamentais, locais e internacionais que nos apoiaram ao longo da pesquisa, facilitando nossa aproximação à população venezuelana, nos mais diferentes municípios do país, e gentilmente dividindo conosco suas experiências no acolhimento e na consolidação da Estratégia de Interiorização. Um agradecimento especial às organizações que atuam nos abrigos em Boa Vista, cujo apoio foi fundamental para acesso à realidade vivida pelas pessoas venezuelanas nesses espaços. Agradecemos às equipes do Instituto Olhar e do IPEAD/UFMG pela condução da coleta e apoio institucional durante a execução do projeto.

Em diversas etapas, contamos com a cooperação ativa da coordenação e dos membros do Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização e Coordenação Operacional da Força Tarefa Logística Humanitária (FTLOG), além de diversas pessoas das diferentes agências das Nações Unidas envolvidas na Operação Acolhida, bem como de seus parceiros, principalmente da Associação Voluntários para o Serviço Internacional - AVSI Brasil. Seus comentários, críticas e apoio operacional foram fundamentais para a realização da pesquisa.

Esperamos que os resultados sirvam positivamente ao esforço contínuo de aprimoramento da estratégia de interiorização e de melhoria das condições de vida e do acesso a direitos das pessoas venezuelanas refugiadas e migrantes residentes no Brasil.

Realização

Federico Martinez

Representante Residente do ACNUR no Brasil

Anastasia Divinskaya

Representante da ONU Mulheres Brasil

Astrid Bant

Representante Residente do UNFPA no Brasil

Supervisão

Paulo Sergio de Almeida

Oficial de Meios de Vida e Inclusão Econômica – ACNUR

Vanessa Sampaio

Gerente da área de Empoderamento Econômico das Mulheres – ONU Mulheres

Junia Quiroga

Representante Auxiliar – UNFPA

Coordenação Institucional

Nícolas de Camargo Pirani

Oficial Associado de Economia – ACNUR

Flavia Muniz

Especialista em Empoderamento Econômico de Mulheres Refugiadas e Migrantes – ONU Mulheres

Vinicius Monteiro

Oficial de Programa para População e Desenvolvimento – UNFPA

Equipe Técnica

Carolina Moulin (Coordenação)

CEDEPLAR/UFMG

Gilvan Guedes

Gisela Zapata

Walmir Reis

PUC-MG

Duval Fernandes

UFRR

João Carlos Jarochinski

Assessoria de Comunicação

Luis Fernando Godinho

Oficial de Comunicação – ACNUR

Paola Bello

Especialista em Comunicação – ONU Mulheres

Giselle Cintra

Assistente de Comunicação – UNFPA

Apoio

Heli Mansur dos Reis – AVSI

Julia Figueiredo – AVSI

Matheus Lemos – Instituto Olhar

Agueda Lima – Instituto Olhar

Projeto Gráfico e Diagramação

Allan Patrick – Traço Leal

Andrea Leal – Traço Leal

ÍNDICE

Introdução	11
Descrição metodológica e plano amostral	15
Perfil sociodemográfico.....	17
Documentação.....	28
Dificuldades no processo de interiorização e interesse da população abrigada na interiorização.....	34
Aspectos da inserção laboral e de renda da população venezuelana interiorizada e abrigada em Roraima	41
Vulnerabilidades: segurança alimentar, saúde e violência	55
Perspectivas e considerações finais.....	69

Tabelas

Tabela 1. Distribuição da população venezuelana interiorizada por sexo.....	17
Tabela 2. Distribuição da população venezuelana por sexo e segundo modalidade de interiorização.....	17
Tabela 3. Distribuição da população venezuelana interiorizada por cor/raça autodeclarada por sexo.....	18
Tabela 4. Distribuição da população venezuelana abrigada em Roraima por cor/raça autodeclarada e por sexo.....	18
Tabela 5. Nível de compreensão da língua portuguesa pela pop. venezuelana interiorizada por sexo.....	18
Tabela 6. Nível de compreensão da língua portuguesa pela pop. venezuelana abrigada em Roraima por sexo.....	19
Tabela 7. Nível de escolaridade da população venezuelana interiorizada e da população brasileira (exceto Roraima) por sexo.....	19
Tabela 8. Nível de escolaridade da população venezuelana abrigada e população residente, em Roraima, por sexo.....	21
Tabela 9. Nível de escolaridade da população venezuelana interiorizada por região de destino.....	21
Tabela 10. Nível de escolaridade da população venezuelana interiorizada por modalidade de interiorização.....	22
Tabela 11. Pessoas venezuelanas interiorizadas que residem com cônjuge no mesmo domicílio.....	22
Tabela 12. Pessoas venezuelanas abrigadas que residem com cônjuge no mesmo domicílio.....	22
Tabela 13. Pessoas venezuelanas interiorizadas que têm filhos(as).....	22
Tabela 14. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que têm filhos (as).....	23
Tabela 15. Pessoas venezuelanas interiorizadas que têm filhos por modalidade de interiorização.....	23
Tabela 16. Expectativa quando engravidou das mulheres venezuelanas atualmente grávidas.....	24

Tabela 17. Expectativa quando engravidou das mulheres venezuelanas que tiveram filha(os) nascida(os) no Brasil.....	25
Tabela 18. Acompanhamento pré-natal por mulheres venezuelanas atualmente grávidas	25
Tabela 19. Acompanhamento pré-natal por mulheres venezuelanas com filha(o)s nascida(o)s no Brasil.....	25
Tabela 20. Acesso à internet por pessoas venezuelanas interiorizadas	25
Tabela 21. Acesso à internet por pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima.....	26
Tabela 22. Pessoas venezuelanas que encontraram dificuldades vivendo em seus abrigos em Roraima por sexo.....	27
Tabela 23. Documentação de pessoas venezuelanas interiorizadas por sexo	28
Tabela 24. Documentação de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima por sexo.....	28
Tabela 25. Documentação de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima na primeira e segunda rodada de coleta	29
Tabela 26. Documentos que pessoas venezuelanas interiorizadas possuem, por sexo.....	30
Tabela 27. Documentos que pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima possuem, por sexo	30
Tabela 28. Número de pessoas venezuelanas interiorizadas que possuem Cartão SUS por sexo	31
Tabela 29. Número de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que possuem Cartão SUS por sexo	31
Tabela 30. Registro no CadÚnico ou CRAS para pessoas interiorizadas.....	32
Tabela 31. Registro no CadÚnico ou CRAS para pessoas abrigadas em Roraima.....	32
Tabela 32. Número de pessoas venezuelanas interiorizadas que possuem conta bancária por sexo	33
Tabela 33. Número de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que possuem conta bancária por sexo	33
Tabela 34. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram dificuldade no processo de interiorização em termos de acolhimento/moradia, por sexo.....	35

Tabela 35. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram dificuldade no processo de interiorização em termos de acolhimento/moradia, segundo região.....	35
Tabela 36. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram dificuldade no processo de interiorização em termos de acolhimento/moradia por modalidade de interiorização.....	35
Tabela 37. Dificuldades encontradas por pessoas venezuelanas interiorizadas em termos de acolhimento/moradia.....	36
Tabela 38. Dificuldade no processo de interiorização em termos de trabalho entre pessoas interiorizadas segundo região.....	37
Tabela 39. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram dificuldade no processo de interiorização em termos de trabalho por modalidade de interiorização.....	38
Tabela 40. Dificuldades encontradas por pessoas venezuelanas interiorizadas em termos de trabalho por sexo.....	39
Tabela 41. Dificuldades encontradas por pessoas venezuelanas interiorizadas em termos de trabalho por modalidade de interiorização - Brasil, 2021.....	40
Tabela 42. Número de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que já retornaram à Venezuela após a chegada no Brasil por sexo	40
Tabela 43. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada por sexo	45
Tabela 44. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada por região de destino.....	46
Tabela 45. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada por modalidade de interiorização.....	47
Tabela 46. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada por raça.....	48
Tabela 47. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população residente no Brasil com 18 anos ou mais, por sexo e região de destino (exceto Roraima)	49
Tabela 48. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população residente no Brasil com 18 anos ou mais por raça	50
Tabela 49. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população venezuelana abrigada por sexo.....	51

Tabela 50. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população venezuelana abrigada por raça	52
Tabela 51. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população residente em Roraima com 18 anos ou mais por sexo	53
Tabela 52. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população residente em Roraima com 18 anos ou mais por raça.....	54
Tabela 53. Pessoas venezuelanas interiorizadas que não tiveram o que comer após interiorização, por região.....	55
Tabela 54. Pessoas venezuelanas interiorizadas que não tiveram o que comer após interiorização por modalidade de interiorização	56
Tabela 55. Pessoas venezuelanas abrigadas que não tiveram o que comer após a chegada ao país.....	56
Tabela 56. Pessoas venezuelanas interiorizadas que sofreram discriminação por serem venezuelanas.....	57
Tabela 57. Pessoas venezuelanas abrigadas que sofreram discriminação por serem venezuelanas.....	57
Tabela 58. Pessoas venezuelanas interiorizadas que reportaram ter sido contaminadas pela COVID-19.....	58
Tabela 59. Pessoas venezuelanas abrigadas que reportaram ter sido contaminadas pela COVID-19.....	58
Tabela 60. Pessoas venezuelanas interiorizadas que fizeram teste para comprovação de COVID-19.....	58
Tabela 61. Pessoas venezuelanas abrigadas que fizeram teste para comprovação de COVID-19.....	58
Tabela 62. Pessoas venezuelanas do sexo feminino que após interiorização precisaram de assistência na área pré-natal, parto e pós-parto por região.....	59
Tabela 63. Pessoas venezuelanas do sexo feminino que após interiorização precisaram de assistência na área pré-natal, parto e pós-parto por modalidade de interiorização.....	59
Tabela 64. Pessoas venezuelanas que após interiorização precisaram de assistência em contracepção por sexo.....	59

Tabela 65. Pessoas venezuelanas que após interiorização precisaram de assistência em contracepção por região	60
Tabela 66. Pessoas venezuelanas que após interiorização precisaram de assistência em contracepção, por modalidade de interiorização	60
Tabela 67. Pessoas venezuelanas interiorizadas que atualmente usam método para adiar/evitar gravidez, por sexo	61
Tabela 68. Métodos contraceptivos utilizados por pessoas venezuelanas interiorizadas, por sexo	61
Tabela 69. Pessoas venezuelanas abrigadas que atualmente usam método para adiar/evitar gravidez, por sexo	61
Tabela 70. Métodos contraceptivos utilizados por pessoas venezuelanas abrigadas, por sexo.....	62
Tabela 71. Pessoas venezuelanas que após a interiorização precisaram de assistência na área DST/AIDS, por sexo.....	62
Tabela 72. Pessoas venezuelanas que após a interiorização precisaram de assistência na área DST/AIDS por região.....	62
Tabela 73. Pessoas venezuelanas que após a interiorização precisaram de assistência na área DST/AIDS por modalidade de interiorização	63
Tabela 74. Mulheres venezuelanas que após a interiorização precisaram de assistência na área de exames preventivos e ginecológica por região	63
Tabela 75. Mulheres venezuelanas que após a interiorização precisaram de assistência na área de exames preventivos e ginecológica por modalidade de interiorização	63
Tabela 76. Pessoas venezuelanas abrigadas que precisaram de assistência em contracepção, por sexo.....	64
Tabela 77. Pessoas venezuelanas abrigadas que, após chegada em Roraima, precisaram de assistência na área de DST/AIDS, por sexo.....	64
Tabela 78. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram dificuldade para acessar os serviços de saúde, por sexo.....	64
Tabela 79. Dificuldade encontradas por pessoas venezuelanas interiorizadas para conseguir/acessar os serviços de saúde, por sexo	65
Tabela 80. Pessoas venezuelanas abrigadas que tiveram dificuldade para acessar os serviços de saúde, por sexo	65

Tabela 81. Dificuldade encontradas por pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima para conseguir/acessar os serviços de saúde, por sexo.....	65
Tabela 82. Situação de violência sofrida por pessoas venezuelanas interiorizadas, após a interiorização, por sexo.....	66
Tabela 83. Tipo de violência sofrida por pessoas venezuelanas interiorizadas, após a interiorização, por sexo.....	66
Tabela 84. Situação de violência sofrida por pessoas venezuelanas abrigadas, após a chegada ao Brasil, por sexo.....	67
Tabela 85. Tipo de violência sofrida por pessoas venezuelanas abrigadas, após a chegada ao Brasil, por sexo.....	67
Tabela 86. Pessoas venezuelanas interiorizadas que conseguiram denunciar algum tipo de violência sofrida, por sexo.....	67
Tabela 87. Opção de ajuda escolhida por mulheres venezuelanas interiorizadas que sofreram algum tipo de violência após a interiorização, tendo conseguido denunciá-la.....	68
Tabela 88. Pessoas venezuelanas abrigadas que conseguiram denunciar algum tipo de violência sofrida, por sexo.....	68
Tabela 89. Opção de ajuda escolhida por pessoas venezuelanas abrigadas que sofreram algum tipo de violência após a chegada ao Brasil, tendo conseguido denunciá-la, por sexo.....	68
Tabela 90. Número de pessoas venezuelanas abrigadas com interesse em deixar Roraima por sexo.....	69
Tabela 91. Número de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que realizaram algum cadastro para participar de interiorização pelo governo brasileiro por sexo.....	69
Tabela 92. Comparação de dados sobre ocupação e renda entre pessoas venezuelanas interiorizadas e abrigadas e população residente no Brasil e Roraima (PNAD).....	71

INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta a análise descritiva dos dados coletados pela pesquisa “Oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a pandemia de Covid-19”, financiada pelo ACNUR, ONU Mulheres e UNFPA e executado pelo IPEAD e pela equipe técnico-científica do CEDEPLAR/UFMG, PUC Minas e UFRR. A pesquisa teve como objetivo analisar as oportunidades e desafios à integração local e inclusão socioeconômica de pessoas venezuelanas voluntariamente interiorizadas através da Estratégia Oficial de Interiorização no Brasil, durante a pandemia de Covid-19. A Estratégia de Interiorização é um dos pilares de atuação da Operação Acolhida, criada em março de 2018, como principal resposta do governo brasileiro ao fluxo de pessoas venezuelanas deslocadas em decorrência da situação de grave e generalizada violação dos direitos humanos naquele país. Trata-se de iniciativa que busca interiorizar pessoas refugiadas e migrantes para outros estados do Brasil, apoiando o processo de acolhimento e proteção humanitários até então fortemente concentrados em Roraima, cuja fronteira com a Venezuela constitui a principal porta de entrada dessa população no Brasil.

A pesquisa teve início em janeiro de 2021 e previu duas fases de coleta de dados quantitativos: a primeira aconteceu entre maio e julho de 2021 e a segunda ocorreu entre os meses de outubro e novembro de 2021. Foram entrevistadas 2000 (duas mil) pessoas de origem venezuelana interiorizadas entre março de 2020 e agosto de 2021 e 682 (seiscentas e oitenta e duas) pessoas residentes em abrigos em Boa Vista, Roraima, para fins de comparação. Foram realizadas, ainda, entrevistas com quarenta e oito gestores e representantes de organizações internacionais, sociedade civil e atores governamentais atuando no nível federal, estadual e local, direta ou indiretamente envolvidos na

Estratégia de Interiorização. As entrevistas em profundidade foram incorporadas à análise na medida em que apontaram para tendências e desafios identificados nos dados coletados junto à população interiorizada e abrigada, apresentando a visão das instituições envolvidas na gestão dos programas de integração e acolhida e indicando possíveis alternativas para formulação de políticas públicas, aprimoramento dos serviços e monitoramento do acesso a serviços e direitos.

A experiência de acolhimento e integração da população venezuelana no Brasil representou um marco importante na trajetória institucional e normativa da política migratória e de refugiados no país. Historicamente, embora tenha-se evidenciado uma política espontânea de interiorização de diferentes populações migrantes, refugiadas e solicitantes da condição de refugiado, sobretudo para centros urbanos do Sul e Sudeste, trata-se da primeira ação de larga envergadura, articulando diversos ministérios do Governo Federal, militares e organismos internacionais, na recepção e gerenciamento de fluxos no país, em particular na região da fronteira Norte em Roraima.

Pode-se afirmar que a resposta emergencial para os venezuelanos esteve imbricada na constituição e rearticulação de uma infraestrutura humanitária no Brasil (Moulin e Magalhães, 2020). Referida infraestrutura foi marcada por dois processos concomitantes. O primeiro se situa no plano normativo, na junção entre o marco legal estabelecido pela Lei 13445/2017 para as migrações e a consolidação do regime de proteção a refugiados no país, cuja baliza é dada pela Lei 9474/97. O segundo se baseia na constituição de uma *assemblagem* governamental e não-governamental, entre diferentes níveis e escalas (internacional, regional, nacional, estadual e municipal), voltada à conformação de uma rede espacial e institucional de acolhimento e assistência emergencial e,

em médio e longo prazo, de integração local. Essa rede tem como ponto central a *Operação Acolhida*, iniciada em 2018, cujas derivações hoje envolvem uma complexa gama de articulações entre populações migrantes e refugiadas, gestores e operadores humanitários, militares e sociedade civil organizada, em mais de 800 municípios brasileiros.

Esse contexto é particularmente desafiador para a integração, haja vista as deficiências na coordenação de políticas públicas no campo migratório e de refugiados no país, a natureza profundamente desigual das realidades socioeconômicas, das trajetórias históricas e das experiências locais das comunidades de recepção com populações migrantes e refugiadas, as desigualdades de gênero no acesso a direitos e nas dinâmicas de inserção sociocultural e laboral, a prevalência de estereótipos e de dinâmicas discriminatórias subjacentes à realidade brasileira e, especificamente, moduladas para populações migrantes e refugiadas em contexto de crise econômica e política. Ainda, salienta-se a própria transformação do perfil do fluxo de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas que chegam ao país desde 2015, conforme descrito por pesquisas e levantamentos realizados anteriormente (Baeninger e Jarochinski, 2018; Baeninger, Fernandes et al, 2020), com agravamento da situação de vulnerabilidade e pobreza, especificidades e aprofundamento das demandas emergenciais de cunho socioeconômico e de acesso a documentação e questões particularmente derivadas da dispersão territorial, sobretudo no que toca à implementação e monitoramento de políticas e acompanhamento dos indivíduos e famílias interiorizados.

Faz-se importante pensar e propor políticas públicas adequadas às dinâmicas proteladas de deslocamento e às fragilidades e heterogeneidade das sociedades e comunidades de acolhida. Entende-se que a presente pesquisa procura suprir o déficit informacional nesse campo e propor diagnósticos sobre referidas dinâmicas de modo a informar o processo de formulação de políticas públicas em nível

nacional e regional. Dentre os critérios e elementos priorizados para diagnóstico e análise encontram-se:

- i.** as características sociais e econômicas da população sob investigação,
- ii.** o seu acesso a documentos de identificação e outros,
- iii.** inscrição no cadastro único e acesso à carteira de trabalho;
- iv.** inserção laboral e vulnerabilidades atreladas à autossuficiência socioeconômica;
- v.** acesso a oportunidades de emprego e geração de renda,
- vi.** status de renda e vulnerabilidades dele decorrentes,
- vii.** acesso a serviços e benefícios sociais, e
- viii.** segurança alimentar (consumo de alimentos e mecanismos de enfrentamento);

Esses critérios foram transversalmente avaliados a partir de questões relativas às lacunas de gênero e vulnerabilidades específicas de mulheres e crianças e os impactos da pandemia de COVID-19, dentre os quais enfatizamos: acesso à educação para crianças durante a pandemia da COVID-19; acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva; acesso a serviços de proteção e informações sobre violência de gênero e perspectivas da juventude.

Salienta-se, ainda, o fato de que o acesso à documentação se mostra fundamental para o acesso a direitos, afetando sobretudo as pessoas solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado e solicitantes de residência, cuja situação precária normalmente gera desconfiança por parte de empregadores e *gatekeepers* dos serviços públicos básicos. Finalmente, cumpre ressaltar importantes transformações trazidas pela presença venezuelana ao processo de regularização documental no Brasil. Evidenciou-se o crescimento significativo do estoque de solicitações da condição de refugiado – e conseqüente necessidade de processo mais célere pelo CONARE. Observou-se também aumento do número de refugiados/

as venezuelanos reconhecidos por grave e generalizada violação de direitos, sobretudo a partir de 2019. Entre janeiro de 2017 e dezembro de 2021, segundo dados disponibilizados pela Polícia Federal¹, das mais de 600 mil pessoas de origem venezuelana que entraram no país, 45% permaneceram no país. Cerca de 25% da população venezuelana que permaneceu no Brasil foi incorporada à política de interiorização. Entre abril de 2018 e dezembro de 2021, foram voluntariamente interiorizadas 66.257 pessoas venezuelanas residentes em Roraima para mais de 800 municípios distribuídos em todas as regiões do país (ACNUR, 2021).

Tomar gênero como categoria de análise, para fins desta pesquisa, consiste em considerar que existem assimetrias de poder baseadas na supervalorização de aspectos ligados ao masculino e subvalorização de aspectos relacionados ao feminino, o que implica que as mulheres refugiadas e migrantes podem estar expostas a uma dupla vulnerabilidade. Cabe destacar também que a dimensão de gênero impacta em demandas específicas por serviços no contexto da migração e a situação dos refugiados e, muitas vezes, em desigualdade no acesso a serviços e garantias de direitos. Os riscos, as vulnerabilidades e as necessidades que enfrentam as pessoas refugiadas e migrantes variam de acordo com o sexo (OIM, 2015) e são foco do estudo, em particular nos temas de saúde sexual e reprodutiva, da inserção laboral e das vulnerabilidades específicas de mulheres. Conhecer as violações, violências e vulnerabilidades de gênero vivenciadas por essa população exige cuidados metodológicos e associação de perspectivas qualitativas e quantitativas.

Como chave limitadora, as dinâmicas de gênero têm impactado negativamente na inclusão de mulheres na modalidade de interiorização por vaga de emprego sinalizada devido à sobrecarga com o cuidado familiar e, em especial, de crianças, além das questões fundamentais da violência baseada em gênero. Os dados apontam que o trabalho doméstico foi

uma ocupação predominantemente feminina (6,5% das mulheres interiorizadas e 13,5% das abrigadas em Roraima) e que mulheres interiorizadas tem menor participação relativa, se comparadas aos homens na mesma situação, nas ocupações em empresas do setor privado. Destaca-se que 87% das pessoas venezuelanas refugiadas e migrantes no Brasil viajam em grupos familiares (Baeninger, 2020), o que reforça a importância de uma análise de gênero devido ao papel central que as mulheres têm historicamente ocupado no contexto familiar. Nota-se ainda que parte significativa das mulheres venezuelanas interiorizadas apresenta alguma necessidade de proteção especial, seja por conta de serem principais responsáveis por menores de idade, muitos dos quais se encontram fora do espaço escolar, seja por dificuldades específicas, inclusive, decorrentes do contexto da pandemia.

A emergência de saúde pública de importância internacional do novo coronavírus impactou profunda e desigualmente as dinâmicas de mobilidade e os processos de acolhimento e integração de pessoas refugiadas e migrantes no mundo e, particularmente, no Brasil. A resposta político-institucional à COVID-19, particularmente relativa às medidas de contenção do vírus, exacerbou a vulnerabilidade da população refugiada e migrante, dados seus altos índices de informalidade laboral, condições de vida e moradia precárias e acesso limitado a serviços de saúde e proteção social (Zapata e Prieto Rosas, 2020). O fechamento das fronteiras limitou os movimentos transfronteiriços e a própria estratégia de interiorização voluntária, com a redução da média mensal de pessoas interiorizadas de cerca de 3 mil em janeiro e fevereiro de 2020 para 1,2 mil nos meses seguintes do mesmo ano. A continuidade da ação decorreu da necessidade de manutenção de medidas de diminuição da pressão social sobre o estado de Roraima. A economia de Roraima, centrada nos serviços públicos e nos serviços a estes prestados, foi bastante afetada pela pandemia,

¹ Dados disponíveis na Plataforma R4V em: <https://shar.es/aW8ms8>, acesso em 19 de janeiro de 2022.

com consequências ainda mais intensas para as pessoas refugiadas e migrantes, em particular para as mulheres. Entre março de 2020 e junho de 2021, diferentes portarias restringindo a entrada no país para estrangeiros e, em especial para pessoas de origem venezuelana, tiveram impacto sobre a regularização documental desses contingentes. O impacto econômico da pandemia também foi fortemente sentido pela população deslocada, sobretudo no que toca aos aspectos da inserção laboral e geração de renda, principalmente para as mulheres venezuelanas.

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA E PLANO AMOSTRAL

Para a pesquisa foram definidos dois conjuntos de população-alvo. A **primeira população-alvo** corresponde às pessoas venezuelanas interiorizadas por intermédio da Operação Acolhida, distribuídas nas diversas Unidades da Federação (UF) brasileiras, exceto Roraima, por ser a porta de entrada de onde partem todas as pessoas que voluntariamente aderem à estratégia de interiorização. A **segunda população-alvo** corresponde ao estoque de pessoas venezuelanas residentes em Roraima, não indígenas e que tinham telefone de contato.

O plano amostral considerou como Unidade Primária de Amostragem (UPA) o núcleo familiar (equivalente ao conceito de domicílio), o qual deveria conter pelo menos um indivíduo (pessoas de origem venezuelana refugiada ou migrante) com pelo menos 18 anos de idade. A pessoa selecionada dentro do núcleo é a Unidade Secundária de Amostragem (USA). Foram feitas perguntas no questionário para a pessoa selecionada, mas ela pôde responder sobre todas as pessoas que compõem a sua família (definida pela própria pessoa entrevistada) em alguns quesitos selecionados.

Para a População Alvo *PA1* (interiorizados), foram definidas duas variáveis de estratificação: modalidade de interiorização² (institucional, ou “M1”; reunião social, ou “M2”; reunificação familiar, ou “M3”, e vaga de emprego sinalizada, ou “M4”) e região geográfica. A região geográfica foi definida de modo a reunir UFs com perfil de emprego similar e pertencentes à mesma macrorregião do IBGE, até mesmo unindo macrorregiões com baixa presença de pessoas interiorizadas. Fazem parte da primeira categoria de região geográfica (“RG1”) as UFs

da Região Sul: Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS). A segunda categoria, “RG2”, é constituída pelas UFs da Região Sudeste: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG) e Espírito Santo (ES). Por fim, a terceira categoria, “RG3”, é composta pelas UFs remanescentes das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte (exceto Roraima).

Para a *PA2* (residentes em Roraima) foram definidas duas variáveis de estratificação: a primeira, a modalidade de locação da pessoa refugiada ou migrante (se dentro de abrigo, ou “ML1”; se fora de abrigo e residente em hotel ou casa alugada, ou “ML2”; se fora de abrigo e residente em ocupação espontânea, ou “ML3”, e finalmente se fora de abrigo, mas sem informação sobre a localização, ou “ML4”), e a segunda, a indicadora para a localidade geográfica da pessoa refugiada ou migrante em Roraima (se na capital, Boa Vista, ou no interior).

A baixa qualidade da lista de telefones válidos entre pessoas não-abrigadas inviabilizou a coleta de dados junto a esses grupos, razão pela qual, para residentes em Roraima, foram realizadas entrevistas apenas com aquelas que constavam do estrato ML1 (1 - Boa Vista e 2 - interior). Com a reabertura da fronteira em junho de 2021 e a alta rotatividade do abrigo BV8 (ML1-2 - interior), foram realizadas entrevistas apenas entre pessoas elegíveis no estrato ML1-1, que corresponde à amostra representativa das residentes em abrigos de Boa Vista. A *PA2* serviu como grupo controle para a *PA1*, razão pela qual a população abrigada deveria ser priorizada, haja vista tratar-se do grupo com maior propensão à inclusão na estratégia de interiorização. Para a segunda rodada de coleta, foram excluídos os

² As modalidades de interiorização refletem a terminologia empregada pelo ACNUR e demais instituições envolvidas na estratégia de interiorização. A modalidade institucional abarca grupos que saem de situações de acolhimento institucional em Roraima (abrigos) para Centros de Acolhida e Integração designados no local de recepção. A modalidade reunião familiar abarca pessoas que, como o próprio nome diz, vão ao encontro de parentes e familiares no local de destino, enquanto a modalidade vaga de emprego sinalizada atrela a pessoa ao local de destino em função da existência de oportunidade e/ou contrato de trabalho previamente indicados. A modalidade reunião social é a mais imprecisa e heterogênea, na medida em que envolve processos muito diversos de acolhimento e justificativa para interiorização, normalmente atrelados à recepção por amigos, conhecidos ou qualquer nóculo da rede migratória que abra possibilidade de vínculo, ainda que precário, entre a pessoa que quer se interiorizar e o lugar de destino.

abrigos em transição e encerrados (São Vicente e Rondon 2) e incluídos os novos abrigos (Rondon 4). As amostras foram coletadas e sorteadas com espaço de dois meses de diferença e trata-se de amostras independentes e representativas da população total respectiva aos meses em que tais amostras foram coletadas.

Dentro de cada população-alvo foram elegíveis para as respectivas amostras pessoas venezuelanas com idade a partir de 18 anos, que participaram da entrevista como representantes de seu núcleo familiar (equivalente ao domicílio), o qual constitui a Unidade Primária de Amostragem (UPA). Neste caso, cada pessoa entrevistada constituiu uma Unidade Secundária de Amostragem (USA).

Os dados primários da pesquisa foram coletados a partir de entrevistas realizadas entre maio e novembro de 2021. As entrevistas foram feitas exclusivamente por telefone, gravadas e registradas em um banco de dados alfanumérico. Na população-alvo 1, foram conduzidas 1000 (mil) entrevistas entre maio e junho de 2021 e 1000 (mil) entrevistas entre outubro de novembro de 2021. Na população-alvo 2, foram conduzidas 295 (duzentas e noventa e cinco) entrevistas entre junho e julho de 2021 e 387 (trezentas e oitenta e sete) entre outubro e novembro de 2021.

Os dados aqui reportados dizem respeito ao total da população, já pós-estratificados por sexo e idade, e apresentam os valores descritivos, sem avaliação de significância estatística. Os dados das duas rodadas foram empilhados quando possível. O relatório tratou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) referentes à inserção laboral e renda da população residente no Brasil e da população residente em Roraima, com 18 anos ou mais, para fins de comparação com dados obtidos para a população-alvo da pesquisa. Os dados da PNADc referem-se, salvo quando indicação em contrário, aos microdados do terceiro trimestre de 2021

(últimos informados quando da elaboração do presente relatório, janeiro de 2022)³. A população total considerada para fins da presente análise descritiva é de 21.527 pessoas de origem venezuelana interiorizadas entre março de 2020 e setembro de 2021, com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos e 3.912 pessoas de origem venezuelana (não indígenas) residentes em abrigos em Boa Vista com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos entre junho e outubro de 2021.

Aos dados primários da população-alvo foram agregadas informações e percepções, sempre que pertinentes, das entrevistas realizadas com gestores e funcionários envolvidos, direta ou indiretamente, na estratégia de interiorização. Foram realizadas 48 (quarenta e oito) entrevistas com funcionários e representantes de organizações internacionais, sociedade civil e atores governamentais atuando no nível federal, estadual e local, envolvidos na Estratégia de Interiorização. As pessoas entrevistadas estavam distribuídas nos seguintes grupos: 1) organizações internacionais, 2) atuantes por modalidade de interiorização (vaga de emprego sinalizada, institucional, reunificação familiar e reunião social), 3) atuantes em Roraima e 4) categoria não-indicada (organizações que têm atuação transversal e/ou ajudam lateralmente em regiões/municípios com baixa densidade institucional, mas que recebem refugiados e migrantes venezuelanos). As entrevistas basearam-se em roteiro semiestruturado de perguntas, transcritas e codificadas por tema e categoria. O roteiro teve três sessões: papel das organizações gestoras da Estratégia Oficial de Interiorização: lições e boas práticas; os desafios enfrentados pelas pessoas venezuelanas interiorizadas/residentes em Roraima durante a pandemia e o cenário atual e as recomendações para o futuro da estratégia de interiorização. As entrevistas foram realizadas por telefone entre maio e setembro de 2021, a partir de disponibilidade e agendamento prévio com os participantes.

³ Para a perfeita comparabilidade entre a PNADc e a população-alvo foram inseridas algumas perguntas no questionário da segunda fase de coleta, permitindo assim cálculo de variáveis complexas como desalento, desocupação e insuficiência de horas trabalhadas. O mesmo ocorreu para nível de escolaridade, em que foram alteradas as opções de resposta. Assim sendo, os dados referentes a escolaridade, trabalho e renda referem-se, salvo indicação em contrário, apenas à segunda rodada de coleta. Tendo em vista o desenho do plano amostral e o fato de que as amostras são independentes, os dados aplicados são representativos para toda população em análise.

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Entre a população venezuelana interiorizada, os homens representavam 51,72% da população e as mulheres, 48,28%, com a distribuição por sexo relativamente equilibrada e com pouca variação entre as regiões analisadas. Contudo, observa-se diferença em função da modalidade de interiorização. **As**

mulheres são apenas 27,37% da população interiorizada por vaga de emprego sinalizada e constituem a maioria (57,30%) na modalidade de reunificação familiar (Tabela 2). Entre pessoas abrigadas, nota-se representação maior das mulheres que perfazem 52,91% enquanto os homens, 47,09%.

Tabela 1. Distribuição da população venezuelana interiorizada por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Feminino	10394	100,00%	0	0,00%	10394	48,28%
Masculino	0	0,00%	11133	100,00%	11133	51,72%

Fonte: Dados primários da pesquisa "A estratégia de interiorização de refugiados, solicitantes de reconhecimento da condição de refugiados e migrantes venezuelanos no Brasil durante a pandemia da COVID-19", Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021.

Tabela 2. Distribuição da população venezuelana por sexo e segundo modalidade de interiorização

	Institucional		Reunião Social		Reunificação familiar		Vaga de Emprego Sinalizada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Feminino	1166	48,85%	7025	50,76%	1440	57,30%	763	27,37%
Masculino	1221	51,15%	6814	49,24%	1073	42,70%	2025	72,63%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021.

No que tange ao perfil racial⁴ (Tabela 3 e Tabela 4), trata-se de uma população que se autodeclara majoritariamente morena (59,78% entre interiorizadas e 62,16% entre abrigadas) e branca (28,4% entre interiorizadas e 24,11% entre abrigadas). A população afrodescendente declarada foi maior entre pessoas abrigadas (11,61%) do que entre as interiorizadas (6,29%). Foi reportado um percentual residual de pessoas que se autodeclararam indígenas tanto entre abrigadas (0,97%) quanto entre interiorizadas (1,01%). Não houve variação relevante do perfil racial por sexo e por região e a população auto-declarada afrodescendente teve participação ligeiramente superior à média na modalidade de vaga de emprego sinalizada (7,06%).

A maioria das pessoas interiorizadas (69,01%) relata que compreende bem ou perfeitamente a língua portuguesa (Tabela 5). Mulheres indicaram dificuldade de compreensão em proporção superior à dos homens (35,88% contra 26,43%). Chama a atenção o fato de que, na região Sudeste, a participação das pessoas que não compreendem o português (2,2%) é superior à das demais regiões e superior à média populacional (1,23%). Entre as pessoas interiorizadas que afirmam ter alguma dificuldade, a proporção é maior nas demais regiões (Nordeste e Norte, exceto Roraima - 35,58%) e na modalidade de reunificação familiar (35,11% contra 29,77% da média)

⁴ Para perfil racial, foram utilizadas as categorias do censo venezuelano.

Tabela 3. Distribuição da população venezuelana interiorizada por cor/raça autodeclarada por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Branca	2954	28,42%	3189	28,64%	6.143	28,54%
Afrodescendente/negra	653	6,28%	702	6,31%	1.355	6,29%
Morena/mestiça	6084	58,53%	6785	60,94%	12.869	59,78%
Indígena	103	0,99%	114	1,02%	217	1,01%
Outra	600	5,77%	343	3,08%	943	4,38%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021.

Tabela 4. Distribuição da população venezuelana abrigada em Roraima por cor/raça autodeclarada e por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Branca	518	25,15%	425	22,96%	943	24,11%
Afrodescendente/negra	219	10,63%	235	12,70%	454	11,61%
Morena/mestiça	1265	61,41%	1166	62,99%	2431	62,16%
Indígena	30	1,46%	8	0,43%	38	0,97%
Outra	28	1,36%	17	0,92%	45	1,15%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021.

Entre as pessoas abrigadas, identifica-se diferença importante no nível de compreensão do português em relação à população interiorizada (Tabela 6) A grande maioria tem alguma dificuldade de compreensão (75,74%), independentemente do sexo, e 13,88% das mulheres em abrigos reportam não compreender o português, contra 7,34% por homens. Notou-se um aumento na proporção entre os que não compreendem o português e uma redução da participação das pessoas que compreendem bem ou perfeitamente o português junto à população abrigada entre a primeira e

segunda coletas. Estima-se que essa variação indica menor tempo de chegada ao Brasil e redução do tempo médio de permanência nos abrigos entre a população que se encontrava abrigada em t e t+2 meses, com menor exposição ao idioma e menor tempo de acesso a cursos e programas de português como língua de acolhimento (PLA). De todo modo, os dados apontam para a centralidade do PLA nas estratégias de apoio e integração da população abrigada e, conseqüentemente, das pessoas eventualmente interiorizadas.

Tabela 5. Nível de compreensão da língua portuguesa pela pop. venezuelana interiorizada por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Compreende perfeitamente	1620	15,59%	2170	19,49%	3790	17,61%
Compreende bem	5044	48,53%	6021	54,08%	11065	51,40%
Tem alguma dificuldade	3529	33,96%	2879	25,86%	6408	29,77%
Não compreende	200	1,92%	64	0,57%	264	1,23%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021.

Tabela 6. Nível de compreensão da língua portuguesa pela pop. venezuelana abrigada em Roraima por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Compreende perfeitamente	60	2,91%	35	1,89%	95	2,43%
Compreende bem	452	21,94%	402	21,71%	854	21,83%
Tem alguma dificuldade	1262	61,26%	1279	69,06%	2541	64,95%
Não compreende	286	13,88%	136	7,34%	422	10,79%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021.

O nível de escolaridade da população venezuelana interiorizada no Brasil é superior à média para a população brasileira com 18 anos ou mais⁵, identificada nos microdados da PNAD (1º. trimestre de 2021). Enquanto 7,89% das pessoas brasileiras têm apenas o nível fundamental completo e 30,63% completaram o ensino médio, 6,27% das pessoas venezuelanas interiorizadas completaram o ensino fundamental e 51,4% completaram o ensino médio (Tabela 7). O percentual de adultos com ensino superior completo é ligeiramente superior na média entre brasileiros (16,82%) comparado com a população venezuelana interiorizada (15,09%): para população venezuelana, mulheres têm participação superior (17,59%) aos homens (12,77%) no ensino superior completo (Tabela 7).

8,89% das pessoas interiorizadas não terminaram seus cursos no ensino superior e 13,19% possuem ensino médio incompleto. Embora as mulheres sejam a maioria entre as pessoas venezuelanas interiorizadas com ensino superior completo, são elas também a maioria entre as pessoas sem instrução ou com menos de um ano de escolaridade (0,85% das mulheres interiorizadas contra 0,17% dos homens - das pessoas sem instrução reportadas, as mulheres perfazem 82,54% do total). Note-se, contudo, que a participação de pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto (menos anos de escolaridade) é bastante inferior entre a população interiorizada para ambos os sexos se comparada com a população brasileira.

Tabela 7. Nível de escolaridade da população venezuelana interiorizada e da população brasileira (exceto Roraima) por sexo

Escolaridade	Total		Homens		Mulheres	
	BR	Int.	BR	Int.	BR	Int.
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	5,81%	0,50%	5,87%	0,17%	5,76%	0,85%
Fundamental incompleto ou equivalente	27,26%	4,66%	28,63%	5,10%	26,08%	4,18%
Fundamental completo ou equivalente	7,89%	6,27%	8,28%	5,84%	7,54%	6,73%
Médio incompleto ou equivalente	6,12%	13,19%	6,82%	13,93%	5,51%	12,41%
Médio completo ou equivalente	30,63%	51,40%	30,55%	53,06%	30,70%	49,62%
Superior incompleto ou equivalente	5,47%	8,89%	5,42%	9,14%	5,51%	8,61%
Superior completo	16,82%	15,09%	14,43%	12,77%	18,89%	17,59%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021. Dados referentes à segunda fase de coleta (out/nov 2021). Dados para Brasil obtidos a partir da PNAD (3o. trimestre de 2021) para pessoas com 18 anos ou mais.

5 Os dados relativos à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) foram tratados pela equipe para incluir apenas indivíduos maiores de 18 anos, já que a PNAD inclui pessoas com 14 anos ou mais. O questionário da segunda etapa foi ajustado para incluir as mesmas categorias da PNAD, permitindo comparabilidade com o perfil das pessoas venezuelanas interiorizadas e em abrigo. Dados gerais de escolaridade podem ser encontrados no painel da interiorização, modulados por ano/série.

Já entre as abrigadas em Roraima, observa-se, em geral, um nível de escolaridade menor se comparado às pessoas interiorizadas. A participação de pessoas com ensino fundamental completo é maior (11,77%) entre as abrigadas do que entre a população interiorizada (6,27%). A proporção de pessoas com ensino médio completo e ensino superior completo é bastante inferior entre as pessoas abrigadas se comparada com a população roraimense (38,15% e 7,41%, respectivamente, para abrigadas e 51,40% e 15,09% para interiorizadas). Os dados apontam para uma maior participação das pessoas sem instrução (ou com menos de um ano de instrução) entre as abrigadas (1,91%). O perfil de escolaridade das mulheres abrigadas é, em geral, superior ao dos homens, especialmente se observados os graus completos nos três níveis de ensino. Salienta-se a baixa proporção de pessoas com ensino superior incompleto entre abrigadas (3,76%) e uma participação significativa de pessoas com ensino médio incompleto (22,29%) (Tabela 8).

Na pesquisa qualitativa, foi relatado pelos gestores que parte significativa da população interiorizada com formação superior completa não é inserida no mercado em suas áreas de competência. Ressaltou-se também a necessidade de continuidade dos estudos e adequação da formação às demandas laborais específicas do Brasil. Os dados coletados corroboram uma participação relativa significativa de pessoas com grau de escolaridade incompleto, indicando a importância do retorno aos estudos em nível fundamental, médio e superior. Ressalta-se ainda a importância de garantir as condições para devida inserção daqueles com grau de escolaridade completo, seja por meio do reconhecimento e revalidação dos diplomas, seja pela possibilidade de continuidade dos estudos, sobretudo para a ampla proporção de pessoas venezuelanas interiorizadas com ensino médio completo em cenário de ampliação de vagas específicas nas universidades e institutos

técnicos brasileiros, sobretudo públicos, no âmbito de convênios com próprio ACNUR.

Comparadas à população brasileira residente em Roraima, nota-se que entre as abrigadas, a proporção de pessoas com ensino superior (completo e incompleto) é bastante inferior para ambos os sexos à média do Estado. A diferença diminuiu significativamente para o ensino médio completo, com números mais próximos entre pessoas venezuelanas abrigadas e residentes em Roraima, sendo que as mulheres abrigadas têm proporção ligeiramente superior (40,32%) entre aquelas com ensino médio completo em comparação com mulheres residentes em Roraima (35,56%). Já entre as pessoas menos escolarizadas (ensino fundamental incompleto e sem instrução) a relação se inverte: são mais numerosas proporcionalmente entre a população de Roraima (6,71% sem instrução e 19,59% com ensino fundamental incompleto) do que entre a população abrigada (1,91% e 14,71%) para ambos os sexos, com diferença maior entre homens. Em geral, o perfil educacional das pessoas abrigadas é mais baixo que o das pessoas venezuelanas interiorizadas, o que pode apontar para seletividade nos critérios de seleção da estratégia.

Para a população interiorizada, verificou-se diferença entre as regiões de destino e as modalidades de interiorização para pessoas venezuelanas com educação médio e ensino superior completo (Tabela 9). Nas regiões Sul e Sudeste, pessoas com ensino superior completo perfazem 16,78% e 16,65% contra apenas 9,89% nas demais regiões (RG3/Centro-Oeste, Nordeste, Norte exceto Roraima). Nas demais regiões, há um percentual menor de pessoas com ensino superior completo ou incompleto, mas maior participação de pessoas com ensino médio completo (54,73% na RG3 e 46,83% no Sudeste). No Sudeste, a participação de pessoas com ensino fundamental completo (7,49%) e incompleto (6,07%) é superior se comparada à região Sul e relativamente próxima às demais regiões.

Tabela 8. Nível de escolaridade da população venezuelana abrigada e população residente, em Roraima, por sexo

Escolaridade	Total		Homens		Mulheres	
	RR	Abr.	RR	Abr.	RR	Abr.
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	6,71%	1,91%	7,42%	2,46%	6,05%	1,38%
Fundamental incompleto ou equivalente	19,59%	14,71%	22,83%	15,31%	16,61%	14,15%
Fundamental completo ou equivalente	6,40%	11,77%	6,07%	11,51%	6,70%	12,02%
Médio incompleto ou equivalente	6,96%	22,29%	8,06%	23,80%	5,95%	20,85%
Médio completo ou equivalente	35,88%	38,15%	36,22%	35,87%	35,56%	40,32%
Superior incompleto ou equivalente	7,03%	3,76%	5,72%	4,92%	8,25%	2,66%
Superior completo	17,43%	7,41%	13,68%	6,15%	20,88%	8,62%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021. Dados referentes à segunda fase de coleta (out/nov 2021). Dados para Brasil obtidos a partir da PNAD (3º. Trimestre 2021), para pessoas com 18 anos ou mais.

Tabela 9. Nível de escolaridade da população venezuelana interiorizada por região de destino

	Região Sul		Região Sudeste		Demais Regiões	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Fundamental completo ou equivalente	402	5,66%	189	7,49%	204	6,68%
Fundamental incompleto ou equivalente	242	3,41%	153	6,07%	196	6,42%
Médio completo ou equivalente	3665	51,59%	1181	46,83%	1672	54,73%
Médio incompleto ou equivalente	869	12,23%	385	15,27%	419	13,72%
Superior completo	1192	16,78%	420	16,65%	302	9,89%
Superior incompleto ou equivalente	693	9,76%	183	7,26%	251	8,22%
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	41	0,58%	11	0,44%	11	0,36%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021. Dados referentes à segunda fase de coleta (out/nov 2021).

Pessoas com ensino superior completo também representam uma proporção maior das interiorizadas na modalidade de vaga de emprego sinalizada (20,22%) – como esperado, por tratar-se de grupo com maior possibilidade de inserção laboral, ainda que subutilizada – e na modalidade institucional (17,18%). Em geral, pessoas interiorizadas na modalidade de vaga de emprego sinalizada possuem melhor perfil educacional (mais anos de estudo), com baixa participação de pessoas apenas com ensino fundamental, indicando impacto de seletividade (Tabela 10).

Sobre o perfil familiar (Tabelas 11 a 15), a maior parte da população interiorizada reside com cônjuge ou companheiro(a) no mesmo domicílio (66,94%) e possui filhos(as) (79,26%). Entre a população abrigada, verificou-se uma proporção similar de pessoas residindo com cônjuge (67,38%) e uma proporção maior de pessoas que têm filhos(as) (90,39%). Nota-se que a grande maioria das mulheres venezuelanas têm filhos(as), sendo 94,51% entre as mulheres abrigadas em Roraima e 86,51% entre as mulheres interiorizadas.

Tabela 10. Nível de escolaridade da população venezuelana interiorizada por modalidade de interiorização

	Institucional		Reunião Social		Reunificação familiar		Vaga de Emprego Sinalizada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Fundamental completo ou equivalente	123	9,31%	562	6,93%	92	6,06%	18	1,04%
Fundamental incompleto ou equivalente	44	3,33%	393	4,85%	128	8,43%	26	1,50%
Médio completo ou equivalente	686	51,93%	4192	51,71%	849	55,93%	791	45,56%
Médio incompleto ou equivalente	147	11,13%	975	12,03%	190	12,52%	361	20,79%
Superior completo	227	17,18%	1196	14,75%	140	9,22%	351	20,22%
Superior incompleto	83	6,28%	736	9,08%	119	7,84%	189	10,89%
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	11	0,83%	52	0,64%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021. Dados referentes à segunda fase de coleta (out/nov 2021).

Tabela 11. Pessoas venezuelanas interiorizadas que residem com cônjuge no mesmo domicílio

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	7003	67,38%	7407	66,53%	14410	66,94%
Não	3391	32,62%	3726	33,47%	7117	33,06%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021.

Tabela 12. Pessoas venezuelanas abrigadas que residem com cônjuge no mesmo domicílio

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1318	63,98%	1318	71,17%	2636	67,38%
Não	742	36,02%	534	28,83%	1276	32,62%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021.

Tabela 13. Pessoas venezuelanas interiorizadas que têm filhos(as)

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	8992	86,51%	8070	72,49%	17062	79,26%
Não	1402	13,49%	3063	27,51%	4465	20,74%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021.

Tabela 14. Pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que têm filhos (as)

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1947	94,51%	1589	85,80%	3536	90,39%
Não	113	5,49%	263	14,20%	376	9,61%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021.

Tabela 15. Pessoas venezuelanas interiorizadas que têm filhos por modalidade de interiorização

	Institucional		Reunião Social		Reunificação familiar		Vaga de Emprego Sinalizada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	2202	92,25%	10676	77,15%	2106	83,80%	2077	74,50%
Não	185	7,75%	3162	22,85%	407	16,20%	711	25,50%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021.

Pessoas interiorizadas com filhos(as) têm participação expressiva entre as que se interiorizaram na modalidade institucional (92,25%) e reunificação familiar (83,8%) e menor entre as que foram interiorizadas com vaga de emprego sinalizada (74,5%), indicando variação esperada da composição familiar para grupos priorizados em cada uma das modalidades. Entre as regiões, pessoas com filha(o)s tem maior participação no Sudeste (86,46%) e demais regiões (82,04%).

A população venezuelana interiorizada tinha, em média, 2,04 filhos/as. A média geral de filhos/as corresidentes (morando com pai e/ou mãe no Brasil) era de 1,57 entre pessoas interiorizadas, enquanto entre as pessoas abrigadas esse número era ligeiramente superior (de 1,75 filhos/as). Mulheres interiorizadas têm número médio de filhos/as corresidentes (1,82) significativamente superior aos homens interiorizados (1,3) e particularmente inferior se comparada à média geral para as mulheres abrigadas em Roraima - 1,97. Pessoas interiorizadas nas modalidades institucional e reunificação familiar apresentaram média de filhos/as corresidentes superior - 1,75 e 2,01, respectivamente - à média entre pessoas interiorizadas. 12,4% das pessoas interiorizadas na modalidade institucional reportaram morar com 4 ou mais filhos contra apenas 2,99% das

pessoas interiorizadas na modalidade vaga de emprego sinalizada e 8,69% na modalidade reunificação familiar.

A cobertura do acompanhamento pré-natal pelas famílias é bastante expressiva, tanto entre famílias interiorizadas quanto entre abrigadas. Foi reportado acompanhamento pré-natal para 87,2% da(o)s filha(o)s de pais e mães venezuelanas interiorizadas e para 78,10% no caso de pai ou mãe em situação de abrigamento em Boa Vista.

Com relação a(o)s filha(o)s menores de 18 anos e corresidentes no Brasil, para **pessoas interiorizadas, 70,44% encontravam-se com matrícula escolar. Entre a população abrigada apenas 35,63% da(o)s filha(o)s menores de 18 anos e corresidentes possuíam matrícula em escola ou creche - número significativamente inferior ao reportado para pessoas interiorizadas.** A média de idade da(o)s filha(o)s mais nova(o)s entre abrigada(o)s foi cerca de dois anos inferior à observada entre filha(o)s de pessoas interiorizadas, o que pode indicar maior presença de menores em idade pré-escolar nessa população e potencial efeito de composição. Desse(a)s, e tomando os(as) filhos(as) mais velha(o)s (filho 1) como referência (que tinham, em média, 11 anos⁶ quando da entrevista para

6 A média de idade variou de 12 anos e 7 meses para 4 anos e dois meses anos entre o 1o e o 6o filho reportado para pessoas interiorizadas e entre 10 anos e 8 meses e 2 anos e 4 meses entre 1o e o 9o filho para abrigadas. Note-se, ainda, que a média tende a ser influenciada por outliers e que a média para o primeiro filho é particularmente sensível pois abarca a totalidade dos entrevistados com filhos.

ambas as populações do estudo), 8,14% das respondentes interiorizadas e 10,28% das abrigadas disseram ter experimentado alguma dificuldade pessoal para matrícula, tais como poucos recursos financeiros, falta de tempo, interesse ou informação. 21,06% das pessoas interiorizadas e 17,75% das abrigadas apontaram alguma dificuldade burocrática, envolvendo problemas de língua, documentais, de vagas ou prazo. 47,02% das pessoas interiorizadas e 48,87% das abrigadas apontaram outras razões, como impacto da pandemia sobre as escolas (com maior tempo de espera por vagas e ausência de aulas), mudança de cidade, pouco tempo de permanência na cidade ou abrigo, iminência da interiorização, necessidades especiais, dentre outras. Aproximadamente 23% da(o)s filha(o)s não tinham idade escolar quando da entrevista para ambas as populações. Para a(o)s demais filha(o)s reportada(o)s, a média etária diminuiu e, com isso, também a participação escolar, já que aumenta a proporção de filha(os) menores ainda em idade pré-escolar. Contudo, cumpre salientar que, para toda(o)s a(o)s filha(o)s, foi reportado o impacto da pandemia nas escolas, a dificuldade na obtenção de vagas e, em casos pontuais, a ausência de escolas próximas à residência e dificuldades de transporte.

A dimensão de gênero⁷ teve importante impacto sobre os dados em diversos temas levantados na pesquisa, inclusive na prevalência

de filhos (com maior percentual de mulheres com filhos se comparadas com homens). A pesquisa procurou abordar questões específicas para mulheres, em relação a suas vulnerabilidades e a temas como gravidez. Nesse último caso, 4,85% das mulheres venezuelanas interiorizadas e 6,56% das mulheres em abrigos em Roraima informaram estar grávidas quando da realização da entrevista. 29,37% das mulheres grávidas interiorizadas e 35,94% das mulheres grávidas em abrigos em Roraima queriam engravidar naquele momento (Tabela 16). 28,57% das interiorizadas e 36,72% das abrigadas grávidas reportaram não querer mais filha(o)s quando engravidaram (Tabela 16). Esses percentuais mudam quando as mulheres são perguntadas sobre a gravidez da(o)s filha(o)s nascida(o)s no Brasil. 24,6% das interiorizadas e quase 42,77% das abrigadas não queriam ter filha(o)s naquele momento e 29,4% das interiorizadas e 46% das abrigadas queriam engravidar (Tabela 17). Esses dados apontam para a necessidade de saber mais informações sobre planejamento familiar e acesso à saúde materna nas diferentes fases da vida reprodutiva das mulheres em situação migratória e sobre o impacto da gravidez e da(o)s filha(os) para os projetos familiares e pessoais. Apontam, assim, para a importância do tema do planejamento familiar no processo migratório, desde a chegada até a integração nos municípios de acolhida.

Tabela 16. Expectativa quando engravidou das mulheres venezuelanas atualmente grávidas

	Mulheres interiorizadas		Mulheres abrigadas	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Não queria ter (mais) filhos	144	28,57%	47	36,72%
Querida engravidar naquele momento	148	29,37%	46	35,94%
Querida esperar um pouco mais	212	42,06%	35	27,34%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

7 A pesquisa procurou identificar diferenças entre homens e mulheres e nos limitamos a abarcar essa dimensão das desigualdades de gênero nos dados ora descritos. Infelizmente, por se tratar de pesquisa conduzida por telefone com populações com vulnerabilidades específicas, optou-se, metodologicamente, por não incluir perguntas de gênero que pudessem criar situação de risco e maior vulnerabilidade para entrevistada(o)s. Entendemos, ainda, que a dinâmica da coleta não se mostrava propícia para capturar informações confiáveis e eticamente adequadas sobre a realidade de grupos específicos no que toca ao gênero e às suas preferências sexuais. Tratava-se de população, muitas vezes, residindo em espaços compartilhados, com pouco acesso a telefone, cujos contatos dependiam dos receptores locais. No caso de Roraima, a situação era ainda mais sensível por se tratar de pessoas abrigadas, em espaços confinados e cujos telefones foram fornecidos, em alguns casos, pelos próprios receptores.

Tabela 17. Expectativa quando engravidou das mulheres venezuelanas que tiveram filha(os) nascida(os) no Brasil

	Mulheres interiorizadas		Mulheres abrigadas	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Não queria ter (mais) filhos	475	24,59%	148	42,77%
Queria engravidar naquele momento	733	37,94%	159	45,95%
Queria esperar um pouco mais	724	37,47%	39	11,27%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

O acompanhamento pré-natal reportado pelas mulheres venezuelanas manteve alta incidência, embora tenha apresentado diferença significativa entre mulheres interiorizadas e abrigadas, atualmente grávidas ou que tiveram filha(o)s no Brasil (Tabela 18 e 19). 26,56% das mulheres atualmente grávidas e 26,3% das mulheres com filha(os) nascida(o)s no Brasil abrigadas indicaram não ter ou não ter tido acompanhamento durante a gravidez, contra 8,12% e 6,26%, respectivamente, entre as

interiorizadas. Dados apontam, assim, para gargalo no acesso aos serviços de saúde materna e de acompanhamento pré-natal em Roraima, mas cobertura adequada de acesso às mulheres entre interiorizadas.

85,6% das pessoas de origem venezuelana interiorizadas possuem acesso à internet, contra menos da metade da população abrigada em Roraima (42,66%). A principal (e quase única) forma de acesso à internet são os celulares e smartphones para ambas as populações (cerca de 97%).

Tabela 18. Acompanhamento pré-natal por mulheres venezuelanas atualmente grávidas

	Mulheres interiorizadas		Mulheres abrigadas	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	464	91,88%	94	73,44%
Não	41	8,12%	34	26,56%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 19. Acompanhamento pré-natal por mulheres venezuelanas com filha(o)s nascida(o)s no Brasil

	Mulheres interiorizadas		Mulheres abrigadas	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1811	93,74%	255	73,70%
Não	121	6,26%	91	26,30%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 20. Acesso à internet por pessoas venezuelanas interiorizadas

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Com acesso	8934	85,95%	9494	85,29%	18428	85,60%
Sem acesso	1461	14,05%	1638	14,71%	3099	14,40%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 21. Acesso à internet por pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Com acesso	894	43,38%	775	41,87%	1669	42,66%
Sem acesso	1167	56,62%	1076	58,13%	2243	57,34%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Observa-se significativa diferença no acesso à internet entre pessoas interiorizadas e abrigadas (Tabelas 20 e 21). Em um contexto pandêmico, em que boa parte das atividades escolares foi realizada pela via remota, a baixa conectividade das pessoas abrigadas representa uma dificuldade adicional para a inserção das crianças e adolescentes nas escolas. A desigualdade no acesso à escola entre crianças abrigadas e interiorizadas pode ser fator associado à desigualdade no acesso à internet observada. Note-se, ainda, que diversas instituições participantes da pesquisa relataram oferecer os seus serviços e apoio ao público migrante e refugiado de forma remota. A baixa conectividade entre pessoas abrigadas torna difícil o acesso aos serviços remotos, criando uma dinâmica em que o único ambiente de sociabilidade e de acesso às instituições ocorre dentro dos abrigos, o que afeta, significativamente, a dinâmica de integração dessas pessoas. Esses dados (de acesso à internet e recurso exclusivamente a celulares) revelam, portanto, um gargalo importante para o acesso direto desse público a serviços públicos, em especial, aqueles que estão sendo digitalizados - em tendência acelerada pela pandemia. Isso vai desde agendamento de consultas à emissão de certificados e documentos, apontando para área de intervenção prioritária.

Entre as pessoas interiorizadas, a maioria absoluta mora em imóveis alugados (94,3%). Diversas organizações da sociedade civil organizada ouvidas destacaram que durante a pandemia, com a diminuição da renda da população venezuelana em decorrência da crise econômica e das medidas sanitárias adotadas, que limitaram a circulação, o medo do despejo e a dificuldade para pagamento dos aluguéis tornaram-se problemas comuns para a comunidade atendida.

O tempo médio de chegada ao Brasil das pessoas abrigadas ao Brasil é de 1 (um) ano e 17 (dezessete) dias. Em média, homens estavam há mais tempo no Brasil (1 ano, 1 mês e 15 dias) do que as mulheres (11 meses e 27 dias). É importante notar que parte dessa população ingressou no Brasil durante o período em que vigoravam as portarias de fechamento das fronteiras.

Foram aplicadas perguntas específicas para a população abrigada no que se refere às dificuldades e interesse em deixar os abrigos. As mulheres abrigadas reportaram estar, em média, há 5,8 meses no abrigo e os homens há 5,25 meses. Pode-se dizer, portanto, que pessoas abrigadas, nos meses em que foi realizada a coleta, ficaram, em média, mais de seis (6) meses fora dos abrigos. Houve uma diminuição do tempo médio de abrigamento entre a primeira e a segunda coleta de dados (de 7 meses para 4 meses) - dado que deve ser acompanhado em pesquisas futuras. Recomenda-se buscar aprimorar informações sobre o período anterior ao abrigamento para compreender adequadamente as dinâmicas sociais e as vulnerabilidades dessa população em pesquisas futuras.

17,08% das pessoas em abrigos relataram ter experimentado alguma dificuldade em relação a questões de segurança, tais como roubos, furtos, assédio, bullying; às condições das instalações, com destaque para a falta de água e energia, calor; ao atendimento e aos serviços prestados, principalmente para grávidas e pessoas com problemas crônicos de saúde; à convivência nos espaços do abrigo; às condições de higiene; e, finalmente, à qualidade da comida recebida (Tabela 22).

91,5% da população venezuelana abrigada em Roraima indicaram desejo de sair do abrigo

e 62% delas indicaram já ter tomado alguma providência para fazê-lo.

Os dados também demonstraram haver um maior interesse em sair do abrigo do que em deixar Roraima (77%) (Tabela), informação reveladora da existência de potencial para a expansão da interiorização, mas também da necessidade do estabelecimento de políticas de permanência no estado fronteiro para essa população. Notam-se demandas por políticas que ultrapassem a assistência emergencial e de abrigamento, principalmente em relação ao acesso à renda, capaz de garantir moradia decente, elemento bastante pontuado pelas entidades que atuam em Roraima durante a fase qualitativa da pesquisa. Em relação às

pessoas abrigadas, 52,25% delas já realizaram cadastro para participar da estratégia de interiorização, reforçando o potencial para a expansão da interiorização junto à população abrigada - público preferencial para participar da estratégia, análise reiterada nas entrevistas com gestores durante a pesquisa qualitativa.

A esmagadora maioria de pessoas interiorizadas (96,93%) e abrigadas (98,8%) desejam permanecer no Brasil – dado esse que, quando combinado com o anseio de deixar os abrigos, reforça a importância de alternativas de integração adequadas aos projetos migratórios e às múltiplas realidades experimentadas pela população venezuelana no Brasil e, em particular, em Roraima.

Tabela 22. Pessoas venezuelanas que encontraram dificuldades vivendo em seus abrigos em Roraima por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	397	19,27%	271	14,63%	668	17,08%
Não	1663	80,73%	1581	85,37%	3244	82,92%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

DOCUMENTAÇÃO

Foram também coletados dados referentes ao acesso das pessoas de origem venezuelana à documentação, com destaque ao acesso a documentos de identificação e aos documentos necessários ao acesso a serviços de saúde e assistência social. Com relação à população interiorizada, sobre documentação de estada, tomada aqui como *proxy* para o grau de regularização documental, temos que 98,6% delas afirmaram ter documento (Tabela 23). Esse resultado era esperado já que a posse de documentos é, via de regra, requisito para participar da estratégia de interiorização.

Em relação às pessoas abrigadas (Tabela 24), número mais expressivo declarou não possuir documentos (9,4%). Esse dado teve uma queda acentuada entre a primeira e a segunda coleta, pois nesse ínterim, foi retomado atendimento para fins de documentação e as normativas de

fechamento de fronteira foram abrandadas, possibilitando ao público venezuelano a obtenção de sua documentação. Isso evidencia que a existência de pessoas indocumentadas dentro das estratégias de abrigamento e interiorização decorre das portarias de fechamento de fronteiras, do não atendimento ou da diminuição do atendimento por parte da Polícia Federal, durante boa parte de 2020 e primeiro semestre de 2021, por conta da pandemia, conforme foi apontado por diversas instituições ouvidas na fase qualitativa. Os dados também apontam que com a retomada dos atendimentos e da possibilidade de regularização, o quadro de indocumentação terá índices bastante baixos, retomando uma boa prática das autoridades brasileiras que é a possibilidade de amplo acesso a documentação para pessoas migrantes e refugiadas em seu território (Tabela 25).

Tabela 23. Documentação de pessoas venezuelanas interiorizadas por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Com documento	10225	98,37%	11001	98,81%	21226	98,60%
Sem documento	169	1,63%	132	1,19%	301	1,40%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 24. Documentação de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Com documento	1853	89,95%	1691	91,36%	3544	90,59%
Sem documento	207	10,05%	160	8,64%	368	9,41%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Nesse quesito, em decorrência dos momentos em que foram feitas as coletas, vale a pena fazer o desmembramento das duas rodadas, em que fica nítido o impacto negativo das portarias de fechamento de fronteiras sobre a regularização documental e acesso ao território. Na segunda onda, em decorrência de

medidas que flexibilizaram o controle fronteiro, permitiram a entrada de pessoas refugiadas e migrantes e a permanência regular daquelas que se encontravam no território brasileiro, há uma sensível redução do número de pessoas indocumentadas (de 13,56% para 4,69%), mesmo com todas as dificuldades de agendamento de

atendimento nos locais responsáveis por esses serviços no estado de Roraima, em virtude do

passivo criado durante a vigência das normas de fechamento mais rígidas.

Tabela 25. Documentação de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima na primeira e segunda rodada de coleta

	Primeira rodada		Segunda rodada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Com documento	1706	86,44%%	1749	95,31%%
Sem documento	267	13,56%	86	4,69%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Durante a pesquisa qualitativa, praticamente todas as entidades destacaram as diversas dificuldades decorrentes da ausência da emissão de documentação, que gerou um elemento novo no cenário nacional: a indocumentação de pessoas migrantes e refugiadas. Esse cenário teve maior relevância em Roraima, visto ser o principal ponto de ingresso de pessoas venezuelanas no Brasil. Relatos dos participantes descrevem a dificuldade de agendamento com as autoridades policiais. Mesmo as portarias que determinavam a extensão da validade dos vistos e autorizações, as quais determinaram não ser necessário a renovação dos documentos por parte das pessoas migrantes e refugiadas durante os períodos previstos, acabaram não gerando os efeitos desejados pois, diversas entidades, como bancos, secretarias de educação, empregadores, entre outros, não tinham conhecimento dessas normas e da respectiva prorrogação da validade dos documentos apresentados. Isso causou empecilhos e dificuldades diversas que tiveram que ser objeto de atuação de organizações da Sociedade Civil e de Organizações Internacionais. Houve assim uma nova demanda de trabalho para todas essas entidades, que é a de levar ao conhecimento de diversos órgãos a validade dos documentos apresentados, afetando outras atividades essenciais. Verifica-se com esse dado a dificuldade na divulgação das normas que regulam o cotidiano das pessoas migrantes e refugiadas, ainda mais quando estas são infralégais.

Outro aspecto a ser apontado, conforme os dados obtidos sobre conectividade (Tabelas 20 e 21), é o de que estruturas cujo funcionamento

é totalmente online ainda causam enorme dificuldades para migrantes e pessoas refugiadas, pois além do acesso à internet bastante restrito, como os dados dessa pesquisa revelam, há também a dificuldade com idioma (Tabelas 5 e 6), além da ausência de conhecimento do uso de instrumentos de informática, tema pontuado pela pesquisa qualitativa.

Segundo exposto pelas Organizações da Sociedade Civil, as dificuldades decorrentes da ausência de documentação, problemas de agendamento de serviços e, em alguns casos, a impossibilidade de atendimento para esse público, têm gerado situações de ansiedade e apreensão entre as pessoas atendidas, fora o fato de serem impeditivas de algumas ações fundamentais para a melhor integração desses indivíduos, como trazer os familiares da Venezuela para o Brasil. Muitas pessoas migrantes e refugiadas que tinham recursos para essa medida tiveram que postergá-la, pois nas portarias havia o impedimento expresso do ingresso de venezuelanos, mesmo para aqueles com familiares brasileiros ou residentes de forma regular no Brasil. Portanto, o potencial de dano gerado pelas portarias de fechamento e a dificuldade de obtenção de documentação tiveram efeitos tanto nos migrantes e refugiados já estabelecidos no Brasil e potencial de dano aos que ainda se encontravam na Venezuela e desejavam vir ao Brasil.

Perguntou-se, ainda, qual o tipo de documento que a pessoa possuía como forma de acessar seu status de permanência no Brasil. Observa-se (Tabela 26) a predominância de pessoas regularizadas ou buscando

regularização pelas possibilidades decorrentes das autorizações de residência previstas pela Resolução Normativa CNIG n. 126 de 2017, que foi substituída pela Portaria Interministerial

n. 9 de 2018 e que agora é regulada Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 19, de 23 de março de 2021, sobretudo entre a população interiorizada.

Tabela 26. Documentos que pessoas venezuelanas interiorizadas possuem, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Protocolo de solicitação da condição de refugiado	1327	12,98%	1360	12,36%	2687	12,66%
Protocolo de residência (migração)	3932	38,46%	4361	39,64%	8293	39,07%
Refugiado já reconhecido	307	3,00%	498	4,53%	805	3,79%
Registro de residente	4658	45,56%	4783	43,47%	9441	44,48%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Já entre as pessoas abrigadas, observa-se a predominância de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado e de pessoas reconhecidas como refugiadas (35,13% e 9,11%), com participação relativa maior entre mulheres abrigadas. A percepção de que não há diferença

significativa, no que toca à proteção e acesso a direitos e serviços, entre os dois institutos jurídicos é um elemento que deve ser mais bem explorado pelos governos e organizações internacionais e mais bem trabalhado junto à população beneficiária.

Tabela 27. Documentos que pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima possuem, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Protocolo de solicitação da condição de refugiado	690	37,26%	555	32,80%	1245	35,13%
Protocolo de residência (migração)	524	28,29%	535	31,62%	1059	29,88%
Refugiado já reconhecido	188	10,15%	135	7,98%	323	9,11%
Registro de residente	450	24,30%	467	27,60%	917	25,87%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Em relação à documentação, a pesquisa qualitativa e o contexto de busca ativa nos abrigos mostram que o protocolo de residência e o registro de residente não são necessariamente percebidos pela população venezuelana como tipos documentais distintos. Após a solicitação de autorização de residência, a pessoa recebe a Carteira Nacional de Registro Migratório (CNRM) com o prazo de validade de dois anos - o prazo curto permite que as pessoas residentes identifiquem a CNRM como um documento “não definitivo”. Há dificuldade na associação entre a autorização de residência temporária e o registro de residente. Percebe-se, portanto, a necessidade

de melhoria da informação sobre a documentação e seus trâmites entre a população assistida. Tal fato aparece, ainda, no relato de instituições que apontam que solicitantes do reconhecimento da condição de refugiada muitas vezes não renovam seu protocolo, por entenderem não ser necessário, já que possuem um documento oficial (o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório), sem prazo de validade. As pessoas solicitantes, portanto, em algumas situações, não estão cientes da complementaridade entre o protocolo e o documento provisório.

Ainda sobre documentação, observou-se que a imensa maioria da população venezuelana

no Brasil possui o Cartão SUS, com diferença pouco expressiva por sexo (Tabela 28) e entre

a população abrigada e interiorizada (Tabelas 28 e 29).

Tabela 28. Número de pessoas venezuelanas interiorizadas que possuem Cartão SUS por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	10020	96,40%	10535	94,63%	20555	95,48%
Não	374	3,60%	598	5,37%	972	4,52%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 29. Número de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que possuem Cartão SUS por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1963	95,25%	1772	95,73%	3735	95,48%
Não	98	4,75%	79	4,27%	177	4,52%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

O **expressivo número de pessoas com o cartão SUS indica que esse documento está mais acessível** a esse público, além de indicar que há a busca e utilização por parte de pessoas interiorizadas e abrigadas dos serviços de saúde oferecidos no Brasil. A pesquisa qualitativa trouxe diversos relatos de que, apesar de alguns problemas pontuais, o acesso à saúde é assegurado à população venezuelana residente no Brasil.

Já em relação ao acesso ao CadÚnico ou registro no CRAS (Tabelas 30 e 31), os dados revelam que praticamente **metade das pessoas interiorizadas não possui esse registro**. Em relação às pessoas abrigadas, essa proporção é ainda menor.

Estima-se que a proporção maior de pessoas abrigadas sem registro no CadÚnico ou no CRAS decorre do fato de que essa população tem suas necessidades alimentares e de moradia já atendidas, reforçando a dimensão de que o abrigo é, em primeiro lugar, espaço de acesso prioritário aos serviços básicos e, em segundo, acaba por

subsumir as esferas de relacionamento entre a população venezuelana e as autoridades brasileiras, afetando as dinâmicas de integração em Roraima. O atendimento das demandas mais essenciais em situação protelada de permanência parece desmotivar as pessoas abrigadas a buscar o registro, a despeito da inserção laboral e de renda mais precária, comparativamente à população interiorizada, conforme será apresentado na seção inserção laboral e renda deste documento. Instituições entrevistadas que participaram diretamente da estratégia de interiorização nos municípios receptores reportaram que, com a pandemia, a redução das vagas de interiorização e maior tempo de permanência nos abrigos, as pessoas venezuelanas interiorizadas passaram a chegar emocionalmente mais fragilizadas. Nota-se, em geral, nas falas institucionais, impacto importante sobre saúde mental e disposição geral das pessoas interiorizadas em decorrência dos efeitos da pandemia sobre o abrigo e possibilidade de socialização menor nos espaços de recepção.

Tabela 30. Registro no CadÚnico ou CRAS para pessoas interiorizadas

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Com registro	6645	63,93%	4488	40,31%	11133	51,72%
Sem registro	3749	36,07%	6645	59,69%	10394	48,28%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 31. Registro no CadÚnico ou CRAS para pessoas abrigadas em Roraima

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Com registro	637	30,92%	582	31,43%	1219	31,16%
Sem registro	1423	69,08%	1270	68,57%	2693	68,84%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Os dados também apontam para diferenças entre mulheres e homens com cadastro no CadÚnico e no CRAS para a população interiorizada. Estima-se forte correlação entre os dados relativos à inserção laboral e de renda e cadastro nos programas sociais, tal como observado para população residente no Brasil. Há maior dificuldade de inserção laboral entre mulheres, sobretudo para mulheres com muitos filhos e famílias monoparentais, o que as levaria a buscarem mais as políticas assistenciais do Estado. Isso é válido para o caso das mulheres interiorizadas, que dependem ainda mais da sua inserção no mercado laboral. Instituições participantes apontaram para **casos de mães jovens e sozinhas com filhos pequenos interiorizadas e que, nessa condição, possuem demandas específicas de apoio e desafios maiores de inserção laboral**, tornando mais longo seu processo de integração e, por conseguinte, o tempo de apoio das entidades atuantes com esse público nos locais de destino da interiorização, fora a necessidade de inseri-las nas redes de proteção social. O fechamento das creches pela pandemia e dificuldades de integração em alguns municípios apontam para **necessidade de estratégias específicas para mulheres nessas situações** e monitoramento e potencial reassentamento de famílias que já foram interiorizadas com esse perfil.

Não se observou diferença em termos de gênero para os inscritos no CadÚnico e no CRAS

em relação à população abrigada. Novamente, a assistência emergencial provida nos espaços dos abrigos parece influenciar negativamente na busca por outras estratégias de integração e formas de apoio e proteção social, se comparadas com a população venezuelana interiorizada.

Em relação ao dado do número de pessoas venezuelanas com conta bancária no Brasil, 26,8% das pessoas interiorizadas (Tabela 32) e quase 85% das abrigadas (Tabela 33) reportaram não possuir conta bancária no Brasil. Entre as mulheres, a participação daquelas que têm conta bancária é bem inferior à dos homens, em ambas as populações.

Essa expressiva diferença reflete o fato de as pessoas interiorizadas já estarem mais inseridas no mercado de trabalho e na busca ativa por renda em comparação com as abrigadas, conforme pode-se inferir dos dados de inserção laboral e renda. A desigualdade de gênero observada no mercado de trabalho também se revela na diferença de acesso das mulheres, tanto entre as pessoas interiorizadas, quanto entre as abrigadas, à conta bancária no Brasil. Por fim, destaca-se que os dados apresentam um cenário desafiador para a implementação de ações de apoio que envolvam acesso a crédito e soluções financeiras, pois parcela significativa da população está excluída do sistema bancário brasileiro, sobretudo em Roraima.

Tabela 32. Número de pessoas venezuelanas interiorizadas que possuem conta bancária por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	6781	65,24%	8980	80,66%	15761	73,22%
Não	3613	34,76%	2153	19,34%	5766	26,78%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 33. Número de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que possuem conta bancária por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	250	12,13%	350	18,91%	600	15,34%
Não	1811	87,87%	1501	81,09%	3312	84,66%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

DIFICULDADES NO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO E INTERESSE DA POPULAÇÃO ABRIGADA NA INTERIORIZAÇÃO

Foram realizadas perguntas específicas para a população interiorizada sobre o processo de interiorização voluntária e, para a população abrigada, questões sobre interesse em serem interiorizadas, sobre o tempo de residência no Brasil e sobre retorno para a Venezuela.

Em relação à interiorização, a pesquisa qualitativa destacou por meio de informações obtidas com Organizações da Sociedade Civil, com Órgãos Públicos e mesmo com Organizações Internacionais, a necessidade de melhoria das informações sobre o local de destino para as pessoas interiorizadas, além de ser preciso, conforme avaliação dessas entidades, melhorar a capacitação dada às que serão interiorizadas. Diversas entrevistas relataram que boa parte das pessoas participantes da estratégia de interiorização não tinham informações suficientes do destino, sobrecarregando as entidades de acolhida nesses locais com demandas que poderiam ter sido dirimidas na origem da viagem (por exemplo, a indicação de problemas de saúde mental em municípios sem capacidade para atendimento). Outro ponto muito apontado é a necessidade de melhoria do acompanhamento daqueles que foram interiorizados e de melhor preparação de empregadores e comunidade de acolhida, numa crítica mais evidente por parte das Organizações da Sociedade Civil e das autoridades subnacionais ouvidas.

Um dos principais gargalos apontados na pesquisa qualitativa diz respeito ao reduzido diálogo, no planejamento e coordenação dos processos de interiorização voluntária, com as entidades estaduais e municipais. Entende-se que o processo de interiorização acabou sendo alavancado pela demanda de aliviar os impactos na fronteira e sem um diálogo institucional mais amplo. Com a expansão do programa - numérica e espacialmente, abarcando mais pessoas venezuelanas, mais instituições e municípios em uma escala que abrange todo território nacional - , aprofundaram-se os problemas de coordenação institucional e compartilhamento de processos e informações. Há forte percepção de que há baixo

diálogo e participação dos municípios e estados que, aliada à urgência do deslocamento, produz consequências não-intencionais deletérias para a integração das pessoas venezuelanas no país. Nesse sentido, a inexistência de um planejamento adequado do processo de interiorização, com informações sobre municípios, sobre rede de apoio, sobre demandas individuais e familiares específicas das pessoas interiorizadas, por exemplo, acaba afetando diretamente o pós-interiorização. Foi chamada a atenção, por alguns dos entrevistados, para o fato de que a priorização excessiva da inserção laboral acaba inviabilizando a questão da inserção social mais ampla. Por exemplo, foi pontuado, pelos participantes da pesquisa qualitativa, o aumento das demissões pela pandemia, com pouco monitoramento das pessoas interiorizadas que, muitas vezes, se veem desamparadas quando perdem ou não se adaptam ao trabalho, o que pode ampliar a situação de vulnerabilidade desses indivíduos e suas famílias.

Os gargalos de coordenação institucional envolvem, ainda, a ausência de uma dinâmica de atuação em rede que consolide e amplie o espaço de escuta e participação de todos os atores envolvidos, governamentais ou não, em diferentes escalas e níveis e a própria população interiorizada. A melhor articulação entre gestores e entre atores envolvidos na interiorização e beneficiários é vista como fundamental para melhorar a capacidade operacional e de atendimento, com maior equilíbrio e clareza sobre as responsabilidades e funções de cada instituição e com possibilidade de demanda estratégica mais adequada junto aos órgãos governamentais, inclusive do ponto de vista do marco normativo em estados e municípios. A percepção das organizações da sociedade civil é de desigualdade nas dinâmicas de atendimento, com essas instituições assumindo parcela significativa das responsabilidades de assistência – incluindo aqui moradia, acesso a serviços de saúde, educação, emprego, problemas familiares e emocionais,

dentre outros - algumas das quais são responsabilidade dos atores governamentais, e da resolução de problemas que decorrem da própria natureza do processo de interiorização. Trata-se, nas palavras de um dos participantes, de um duplo rompimento para as pessoas venezuelanas: o primeiro, quando da saída do abrigo, espaço em que a pessoa forma laços e expectativas e, um segundo, e mais impactante, quando a pessoa se interioriza e chega em locais distantes da fronteira, em um distanciamento ainda maior com país de origem. Ou seja, a própria interiorização é vista como um novo deslocamento em si mesma, com expectativas e demandas específicas, que exigem preparação, sensibilidade e articulação entre as partes envolvidas e com as pessoas beneficiárias. Como pontuou um dos participantes, “a parte mais difícil [do processo de interiorização] é operacionalizada pela parte menos robusta”, entendendo

que a coordenação e responsabilização dos gestores públicos deve ser necessariamente aprofundada. Revela-se a ausência de uma política nacional de fato centralizada sobre integração de refugiados e migrantes no país e que possa ser devidamente capilarizada, observando as diferenças e realidades específicas, por um lado, dos municípios que recebem as pessoas interiorizadas, e, de outro, do perfil sociodemográfico das próprias pessoas refugiadas e migrantes. A título de exemplo, participantes indicaram que os Núcleos de Interiorização deveriam e poderiam ter um papel mais operacional na rede, o que poderia diminuir a pressão sobre a ponta do atendimento.

Em termos quantitativos, a pesquisa coletou informações sobre dificuldades em relação à acolhimento / moradia (Tabela 34 a 37) e emprego (Tabela 50 a 53) durante o processo de interiorização.

Tabela 34. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram dificuldade no processo de interiorização em termos de acolhimento/moradia, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Reportaram dificuldade	906	8,72%	1215	10,91%	2121	9,85%
Não reportaram dificuldade	9488	91,28%	9918	89,09%	19406	90,15%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 35. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram dificuldade no processo de interiorização em termos de acolhimento/moradia, segundo região

	Região Sul		Região Sudeste		Demais Regiões	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Reportaram dificuldade	1086	9,33%	411	9,32%	624	11,38%
Não reportaram dificuldade	10548	90,67%	3999	90,68%	4859	88,62%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 36. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram dificuldade no processo de interiorização em termos de acolhimento/moradia por modalidade de interiorização

	Institucional		Reunião Social		Reunificação familiar		Vaga de Emprego Sinalizada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Reportaram dificuldade	161	6,74%	1083	7,83%	141	5,61%	736	26,40%
Não reportaram dificuldade	2226	93,26%	12756	92,17%	2372	94,39%	2052	73,60%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Os dados apontaram uma pequena diferença em termos de dificuldades relatadas em relação à moradia por sexo, com número maior de homens relatando terem tido dificuldades (Tabela 34), e região, em que as pessoas interiorizadas para a região Centro-oeste, Nordeste e Norte exceto Roraima tiveram um percentual superior ao do Sul e Sudeste (Tabela 35). A principal diferença no quesito se dá conforme as diferentes modalidades de

interiorização (Tabela 36), com respondentes na modalidade VES apontando muito mais dificuldade em relação à moradia do que em outras modalidades, demonstrando que apenas ter a garantia de emprego não é suficiente para a obtenção de uma condição de vida mais adequada e reafirmando a necessidade apontada pelos respondentes da pesquisa qualitativa de maior acompanhamento dessas pessoas interiorizadas.

Tabela 37. Dificuldades encontradas por pessoas venezuelanas interiorizadas em termos de acolhimento/moradia

	Institucional		Reunião Social		Reunificação familiar		Vaga de Emprego Sinalizada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Estrutura física insatisfatória	0	0,00%	64	6,15%	7	4,93%	40	5,71%
Convivência com outros moradores do espaço	11	7,24%	48	4,61%	18	12,68%	65	9,29%
Convivência com receptores	0	0,00%	68	6,53%	8	5,63%	49	7,00%
Discriminação por ser venezuelano	0	0,00%	0	0,00%	9	6,34%	0	0,00%
Não tive apoio para moradia no local de destino	42	27,63%	329	31,60%	15	10,56%	206	29,43%
Tempo de acol./sup. para moradia no destino foi insuficiente	10	6,58%	46	4,42%	9	6,34%	5	0,71%
Outro [aluguel caro/renda insuficiente, moradias pequenas e não disponíveis, idioma]	89	58,55%	486	46,69%	76	53,52%	335	47,86%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Para os 11,38% dos beneficiários que reportou alguma dificuldade, a moradia, principalmente digna, merece destaque, ainda mais em um contexto pandêmico, o fato de alguns apontarem que o tempo de acolhimento foi insuficiente, com proporção maior de respondentes na modalidade institucional. O fato de ter tido pouco apoio com moradia/acolhimento no local de destino teve impacto importante, obtendo por volta de 30% dos respondentes nas modalidades Institucional, Reunião Social e VES. Todas as dificuldades identificadas na pesquisa quantitativa foram corroboradas nas entrevistas com os gestores. Dentre as diversas dificuldades para que essas pessoas venezuelanas conseguissem alugar um imóvel, destacam-se fatores como a

burocracia excessiva, exigências documentais, valores dos aluguéis, que em muitos casos são mais caros pelo fato dos pretensos inquilinos não serem brasileiros. Para os pouco mais de 11% que reportou alguma dificuldade, a moradia, principalmente digna, aparece como um dos principais entraves para a população interiorizada e sua efetiva integração. Em centros urbanos, nas diferentes regiões do país, instituições relataram o aumento do valor dos aluguéis e processo de concentração das pessoas interiorizadas em zonas de periferia. Em algumas situações, a desigualdade no acesso à moradia, experimentada também pela sociedade de acolhida, agrega-se às vulnerabilidades específicas da população de origem venezuelana, em especial para indivíduos

e famílias que passam a habitar espaços urbanos violentos, com domínio de tráfico, milícias e outras formas de crime organizado. Salienta-se que a xenofobia aparece como fator limitador do acesso à moradia, seja por tornar essas pessoas mais vulneráveis a estruturas de sociabilidade violenta nesses territórios, seja porque são exploradas pelos proprietários e intermediários. Algumas OSCs informaram observar tendência de deslocamento em algumas famílias para cidades menores, onde aluguéis e as condições de vida seriam melhores. Outras estratégias de sobrevivência envolvem uso de imóveis insalubres e mais baratos em zonas centrais, o compartilhamento de moradia entre várias pessoas e famílias, aumento das pessoas em situação de rua entre interiorizadas (sobretudo no contexto da pandemia) e busca de vagas em abrigos e instituições de acolhida após a interiorização. Situação similar foi apontada pelas instituições em Roraima, cuja precariedade no acesso à moradia seria ainda mais severa se não existissem os abrigos. Ressaltam-se as iniciativas de apoio da sociedade civil no que se refere à assistência à instalação, a busca proativa de espaços mais seguros e baratos, a mediação com proprietários de imóveis, a sensibilização da comunidade e a luta pela inclusão da população refugiada e migrante nas políticas de moradia em municípios. Há forte resistência e inadequação de uso, apontada pelos gestores de abrigos públicos para essa população. Estratégias coletivas também foram relatadas, como a aquisição conjunta de terrenos e busca de meios para construção de

suas casas pela própria comunidade venezuelana concentrada em alguns bairros, em Roraima e nas demais regiões. A ocupação de imóveis e terrenos abandonados, usada pela população brasileira, também vai se conformando em estratégia recorrente das pessoas venezuelanas interiorizadas e residentes em Roraima. Nas entrevistas, alguns gestores já identificam bairros e regiões em diferentes municipalidades do país como “ocupadas” por pessoas de origem venezuelana, apontando para um potencial concentração espacial desses grupos em situação de moradia precarizada. A questão da moradia se apresenta, assim, como um dos principais gargalos da estratégia de interiorização e como tema de forte preocupação para os gestores e organizações envolvidas na estratégia.

Já em relação ao tema do trabalho, o número de pessoas que apontaram encontrar dificuldades é mais expressivo do que o quesito acolhimento/moradia. Nota-se que, em relação a esse tema, há uma diferença significativa por gênero: 28,78% das mulheres relataram dificuldades em relação ao trabalho, em comparação com os 23,87% dos homens. A dificuldade no trabalho evidencia um dos maiores problemas para pessoas migrantes e refugiadas no Brasil pois, sem o trabalho, a maioria delas encontra dificuldades para acessar os meios de vida necessários a uma sobrevivência digna. É expressiva a diferença regional - as pessoas interiorizadas para as demais regiões encontram muito mais dificuldade do que os que se interiorizam para a região Sudeste e Sul (Tabela 38).

Tabela 38. Dificuldade no processo de interiorização em termos de trabalho entre pessoas interiorizadas segundo região

	Região Sul		Região Sudeste		Demais Regiões	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Reportaram dificuldades	2881	24,76%	892	20,23%	1876	34,21%
Não reportaram dificuldades	8753	75,24%	3517	79,77%	3608	65,79%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Durante a pesquisa qualitativa, vários entrevistados apontaram que fatores como a ausência de uma política de revalidação de

diplomas, de complementação e continuidade dos estudos realizados na Venezuela, cria um ambiente no qual há profissionais qualificados

para determinadas funções, mas que não conseguem acessá-las. Isso faz com que as pessoas interiorizadas acabem assumindo ocupações que estão aquém de suas qualificações e competências, concorrendo por vagas mais disputadas e que, invariavelmente, remuneram menos. Apontou-se, ainda, a dificuldade de compreensão por parte das pessoas venezuelanas em relação aos direitos trabalhistas no Brasil, assim como dos descontos que são feitos no pagamento para fins de contribuições, tributos, entre outros, gerando situações de insatisfação. Houve relatos de pessoas ocupadas em trabalhos formais que não receberam remuneração devida, inclusive horas extras trabalhadas e que foram exploradas em seus lugares de trabalho. Muitas das instituições, em diferentes regiões, apontaram para concentração das oportunidades de renda voltadas ao setor de serviços, em particular ao comércio e trabalho doméstico, que foi profundamente afetado pela pandemia. Em Roraima, a circulação transfronteiriça de mercadorias, que forneceu importante fonte de sustento para famílias venezuelanas e fortaleceu a economia local, foi também largamente impactada pelo fechamento da fronteira e pela pandemia.

A pesquisa qualitativa ressaltou que, sem o acompanhamento e monitoramento mais próximo das pessoas interiorizadas, inclusive aquelas na modalidade de vaga de emprego

sinalizada, o alto grau de vulnerabilidade econômica e a ausência de conhecimento da legislação e da realidade brasileira fazem com que esse público sofra situações de exploração laboral. Algumas organizações sociais e organismos internacionais chamaram a atenção para a necessidade de pensar a inserção laboral das pessoas venezuelanas interiorizadas juntamente à população do entorno de acolhida, haja vista que muitas das dificuldades são também vivenciadas pela sociedade local, em função da forte retração econômica experimentada nos últimos anos, agravada pela pandemia, e pela crescente precarização do mercado de trabalho brasileiro.

Cumprir chamar a atenção para uma proporção significativa de pessoas com dificuldade em termos de trabalho nas diferentes modalidades de interiorização (Tabela 39), com participação significativa das pessoas interiorizadas na modalidade de vaga de emprego sinalizada. Esse dado reforça a relevância do apontamento feito na parte qualitativa quanto a melhorar a qualidade da informação e as expectativas sobre mercado de trabalho e local de destino, maior sensibilização de empresas e empregadores e monitoramento mais próximo da população venezuelana no pós-interiorização, inclusive daqueles que já chegam com oportunidade de emprego.

Tabela 39. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram dificuldade no processo de interiorização em termos de trabalho por modalidade de interiorização

	Institucional		Reunião Social		Reunificação familiar		Vaga de Emprego Sinalizada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Reportaram dificuldade	569	23,83%	3703	26,76%	497	19,79%	880	31,56%
Não reportaram dificuldade	1819	76,17%	10136	73,24%	2015	80,21%	1908	68,44%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

A Tabela 40 qualifica as dificuldades encontradas por parte das pessoas venezuelanas interiorizadas em termos de trabalho e mostra a prevalência de não terem conseguido inserção no mercado de trabalho, com predomínio de mulheres, ou de não terem tido apoio para

encontrarem algum trabalho. Entre as pessoas interiorizadas por vaga de emprego, muitas informaram não ter tido apoio no trabalho, indicando tanto falta de estrutura de recepção no ambiente de trabalho, quanto pouco tempo efetivo na ocupação para a qual foram

interiorizadas, com consequente necessidade de recolocação laboral e/ou geração de renda no pós-interiorização. Nota-se aqui a superveniência, por exemplo, de problemas de saúde, necessidade de cuidados familiares e a exploração/condições ruins no trabalho como fatores recorrentes. Entre pessoas na modalidade VES, 13,92% informaram ter sofrido discriminação por nacionalidade no ambiente de trabalho (Tabela 41).

Verifica-se que há um quantitativo razoável de respondentes que apontou que as condições de trabalho não eram as ofertadas antes da viagem, com participação maior (esperada) de pessoas interiorizadas na modalidade VES (16,34%). A diferença de gênero reflete a natureza predominantemente masculina dessa modalidade, reforçando a importância de se estabelecerem ações de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Os dados corroboram

as críticas apontadas na parte qualitativa sobre necessidades de melhorias de planejamento, coordenação e acompanhamento das pessoas interiorizadas pela Estratégia. O foco no alívio da pressão sobre Roraima deve ser acompanhado por ações capazes de também garantir a integração nos destinos. Sem dúvida, esse deve ser um ponto de atenção para as autoridades e organizações internacionais que estão envolvidas na resposta brasileira. Além disso, reforça outro ponto levantado pelas entrevistas, pois parte desse problema pode se dever a uma comunicação falha na origem, corroborando a ideia de que há que se preparar melhor as pessoas que serão interiorizadas, sejam em relação aos locais em que irão morar, seja sobre a empresa e o trabalho para as que seguirem na modalidade vaga de emprego sinalizada. Finalmente, destaca-se que algumas pessoas apontaram questões documentais como dificuldade.

Tabela 40. Dificuldades encontradas por pessoas venezuelanas interiorizadas em termos de trabalho por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Cond. de trabalho não eram as ofertadas antes da viagem	74	2,53%	188	7,08%	262	4,69%
Dificuldades na relação com colegas de trabalho	0	0,00%	50	1,88%	50	0,89%
Dificuldades na relação com empregador	51	1,74%	63	2,37%	114	2,04%
Discriminação por ser venezuelano	133	4,54%	188	7,08%	321	5,75%
Não consegui inserção no mercado trabalho	823	28,09%	477	17,95%	1300	23,27%
Não tinha documentos necessários para conseguir emprego	178	6,08%	28	1,05%	206	3,69%
Não tive apoio para inserção no mercado de trabalho	387	13,21%	494	18,59%	881	15,77%
Tive perda de trabalho/demissão	23	0,78%	35	1,32%	58	1,04%
Outro [pandemia, falta vaga, idade, problemas saúde, cuidado crianças e deficientes, idioma, falta experiência ou comprovação, condições ruins de trabalho etc.]	1261	43,04%	1134	42,68%	2395	42,87%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 41. Dificuldades encontradas por pessoas venezuelanas interiorizadas em termos de trabalho por modalidade de interiorização - Brasil, 2021

	Institucional		Reunião Social		Reunificação familiar		Vaga de Emprego Sinalizada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Cond. de trabalho não eram as ofertadas antes da viagem	0	0.00%	103	2.80%	17	3.50%	142	16.34%
Dificuldades na relação com colegas de trabalho	0	0.00%	40	1.09%	0	0.00%	10	1.15%
Dificuldades na relação com empregador	15	2.73%	59	1.60%	20	4.12%	20	2.30%
Discriminação por ser venezuelano	9	1.64%	152	4.13%	39	8.02%	121	13.92%
Não consegui inserção no mercado trabalho	49	8.91%	1068	29.01%	140	28.81%	43	4.95%
Não tinha documentos necessários para conseguir emprego	31	5.64%	142	3.86%	26	5.35%	7	0.81%
Não tive apoio para inserção no mercado de trabalho	39	7.09%	588	15.97%	46	9.47%	208	23.94%
Tive perda de trabalho/demissão	8	1.45%	45	1.22%	0	0.00%	5	0.58%
Outro [pandemia, falta vaga, idade, problemas saúde, cuidado crianças e deficientes, idioma, falta experiência ou comprovação, condições ruins de trabalho, não pagamento/exploração]	399	72.55%	1485	40.33%	198	40.74%	313	36.02%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 42. Número de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que já retornaram à Venezuela após a chegada no Brasil por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	171	8,30%	134	7,24%	305	7,80%
Não	1889	91,70%	1718	92,76%	3607	92,20%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Às pessoas abrigadas, perguntou-se sobre o retorno à Venezuela após a chegada ao Brasil. Pouco menos de 8% delas retornaram (Tabela 42). Deve-se destacar que, durante boa parte de 2020 e até junho de 2021, as fronteiras brasileiras estiveram fechadas em decorrência da pandemia. Às dificuldades inerentes ao retorno em contexto de fechamento à circulação, crescem-se os riscos da travessia nas estradas daquele país e o uso das *trochas* como

forma de evitar registro de saída do Brasil (sob risco de perda do direito ao reconhecimento da condição de pessoa refugiada). Em outra possível hipótese, tem-se que, para muitas pessoas abrigadas, a dinâmica de retorno ao país de origem tenha deixado de ser parte de projeto migratório, representando um potencial maior para estratégia de interiorização - corroborado pelo alto percentual de pessoas que desejam permanecer no Brasil (mais de 96%).

ASPECTOS DA INSERÇÃO LABORAL E DE RENDA DA POPULAÇÃO VENEZUELANA INTERIORIZADA E ABRIGADA EM RORAIMA

A pesar da população venezuelana interiorizada ser relativamente homogênea do ponto de vista do seu status migratório (documentada), notam-se importantes variações nas dimensões de gênero, região de destino e modalidade de interiorização quanto às suas experiências de inserção no mercado de trabalho. Em termos gerais (Tabela 43), 84,61% da população interiorizada participa da força de trabalho, embora a taxa de **atividade laboral feminina seja consideravelmente mais baixa (72,23%) do que a masculina (96,16%)**. As taxas de participação da população com 18 anos ou mais residentes no Brasil, exceto no estado de Roraima, são consideravelmente inferiores às experimentadas pela população venezuelana, tanto para o total (62,15%), quanto por gênero (73% e 52,71% para homens e mulheres, respectivamente).

A análise por raça/cor aponta para uma taxa de atividade maior entre a população mestiça (85,48%) e menor entre a população preta (81,27%). Embora tenha uma menor taxa de atividade, a população preta apresenta a menor taxa de desocupação entre todos os grupos (3,43%). Este padrão é diferente do observado no Brasil, onde as taxas de desocupação mais baixas são observadas entre os grupos branco e amarelo (9,85% e 8,56%, respectivamente); entre os pretos e pardos, as taxas de desocupação atingem os seus níveis mais elevados (15,28% e 13,61%, respectivamente). Deve-se tomar **cuidado com a interpretação dos indicadores por cor/raça** na pesquisa. Em primeiro lugar, temos uma amostra que não é representativa para as categorias de raça/cor, já que não era possível fazer pós-estratificação por esse atributo tal como foi feito para sexo e idade. Em segundo lugar, tanto as categorias como as definições adotadas nesta pesquisa não são exatamente as mesmas utilizadas pelo IBGE para a população residente no Brasil, dificultando, portanto, a comparabilidade dos dados.

Entre a população abrigada, apenas 55,26% estão na força de trabalho, embora **a taxa de**

participação no mercado de trabalho feminina seja consideravelmente mais baixa (33,51%) do que a masculina (78,10%). Em termos gerais, a população abrigada apresenta piores resultados se comparados com a população com 18 anos ou mais residente em Roraima, que tem taxas de participação significativamente superiores, tanto para o total (64,95%) quanto entre as mulheres (53,73%).

O padrão de diferenças por gênero reflete-se também em termos de desemprego, tanto para a população interiorizada quanto para a população abrigada: enquanto na população total de pessoas venezuelanas interiorizadas a taxa é de 11%, ela chega a quase 18% entre as mulheres e a 6,4% entre os homens (Tabela 43). Apesar da população com 18 anos ou mais de idade residente no Brasil, exceto no estado de Roraima, apresentar uma taxa de participação no mercado de trabalho inferior à população interiorizada, a taxa de desocupação é ainda mais alta entre as mulheres venezuelanas interiorizadas (17,76%). Do mesmo modo, a taxa de desemprego da população venezuelana abrigada em Roraima é de 30,73%, chegando a quase 45% entre as mulheres e 24% entre os homens. **Esses resultados são piores se comparados com os da população com 18 anos ou mais residentes em Roraima**, cuja taxa de desocupação (10,38%) é de apenas $\frac{1}{3}$ daquela observada entre pessoas abrigadas.

As mulheres interiorizadas também estão sobrerrepresentadas na população desalentada (0,79%), embora a proporção de desalentados seja inferior a 0,33% da força de trabalho (Tabela 43). Na população com 18 anos ou mais residente no Brasil, exceto no estado de Roraima, a proporção de desalentados chega a 4,44% da força de trabalho, atingindo 5,78% entre as mulheres. Igualmente, **as mulheres abrigadas estão sobre representadas na população desalentada (10,16%)**, embora a proporção de desalentados seja inferior a 4% da força de trabalho. Na população com 18 anos ou mais residente em Roraima, a proporção de

desalentados chega a 5,51% da força de trabalho, mas atinge 7,17% entre as mulheres.

Entre a população interiorizada, a taxa de subutilização da força de trabalho feminina (41,32%) é 3,5 vezes a taxa de subutilização masculina (11,81%) (Tabela 43). Este padrão de diferenças por gênero também é observado, ainda que em menor grau, entre a população com 18 anos ou mais residente no Brasil, exceto no estado de Roraima, que registra um nível de subutilização feminina de 1,6 vezes a taxa de subutilização masculina. No entanto, **entre a população abrigada a taxa de subutilização da força de trabalho feminina (78,74%) é duas vezes a masculina (37,75%)**. Este padrão de diferenças por gênero é similar ao observado entre a população com 18 anos ou mais residente em Roraima.

O grau de precariedade da inserção laboral da população venezuelana feminina interiorizada empregada com 18 anos ou mais, medido pela posse de carteira de trabalho assinada (Tabela 43), é aproximadamente 1,7 vezes (20,30%) a da população masculina na mesma situação (12,04%). **A proporção de trabalhadores empregados com carteira assinada é inferior na população com 18 anos ou mais residente no Brasil, exceto no estado de Roraima (66,75%), em comparação com a população venezuelana. O grau de precariedade da inserção laboral da população venezuelana abrigada em Roraima, empregada com 18 anos ou mais, medido pela ausência de carteira de trabalho assinada, é de 100%**, tanto para a população feminina como a masculina. Em contraste, aproximadamente 50% da população com 18 anos ou mais empregada residente em Roraima tem carteira assinada.

Apesar de a maioria da população venezuelana interiorizada ocupada encontrar-se empregada no setor privado (71,76%), o grau de informalidade laboral desta população é ainda relativamente alto (32,40%) e apresenta diferenças relevantes entre os sexos: a informalidade laboral das mulheres (37,31%) é 1,27 vezes à dos homens (29,44%) (Tabela 43). Na população com 18 anos ou mais residente no Brasil (exceto no estado de Roraima), o grau de informalidade

é 1,25 vezes o da população venezuelana interiorizada ocupada, porém a informalidade é maior entre os homens e a diferença por gênero é menos acentuada (38,62% entre as mulheres e 42,06% entre os homens). **Assim, embora as diferenças por gênero sejam mais destacadas entre a população venezuelana, alguns indicadores do mercado de trabalho apontam para uma inserção laboral um pouco melhor da população interiorizada em comparação com a população residente no Brasil.**

Entre a população venezuelana abrigada em Roraima ocupada, a maioria se encontra trabalhando como autônomo ou por conta própria (77,27%) e seu grau de informalidade laboral chega a 90%. Porém, há diferenças importantes entre os sexos: o grau de informalidade laboral dos homens (92,46%) é 10 pontos percentuais superior ao das mulheres (82,35%). Em contraste, na população com 18 anos ou mais residente em Roraima, o grau de informalidade (46,71%) é quase a metade do da população venezuelana abrigada, porém a diferença por gênero é similar. Assim, os indicadores do mercado de trabalho apontam para uma pior inserção laboral da população abrigada em comparação com a população residente em Roraima.

Por outro lado, quando olhamos para a experiência laboral sob a ótica do rendimento mensal individual e domiciliar *per capita*, o rendimento médio mensal individual e domiciliar da população com 18 anos ou mais residente no Brasil (R\$2.410,30 e R\$4.369,01, respectivamente) é quase 2 vezes o valor do rendimento para a população venezuelana interiorizada, embora as diferenças por sexo sejam similares para ambas as populações.

Parte dessas diferenças é explicada por efeitos de composição, uma vez que se trata de medidas agregadas. Especificamente, o tamanho médio do domicílio é de 4,15 pessoas entre a população venezuelana interiorizada comparada com apenas 3,3 pessoas entre a população residente no Brasil. A idade média da população venezuelana interiorizada também é diferente: 33 anos, comparada com 46,1 anos entre a população residente no Brasil com 18

anos ou mais. Portanto, a população venezuelana interiorizada está muito mais concentrada nas idades típicas de alta participação no mercado de trabalho, cuja modalidade está estreitamente relacionada com a questão laboral.

Algo similar acontece com a população abrigada em Roraima, a qual se encontra em enorme desvantagem em termos do seu rendimento mensal individual e domiciliar *per capita*. **O nível salarial individual da população residente em Roraima é 3 vezes maior do que o rendimento da população abrigada.** Essa diferença é ainda mais acentuada quando olhamos para o rendimento domiciliar *per capita*: 13 vezes superior ao da população abrigada. Parte dessas diferenças também é explicada por efeitos de composição.

Especificamente, embora o tamanho médio do domicílio seja similar entre os dois grupos populacionais analisados, a população venezuelana abrigada está muito mais concentrada nas idades típicas de alta participação no mercado de trabalho.

O rendimento real médio mensal do trabalho principal habitual da população venezuelana interiorizada ocupada com 18 anos ou mais é de R\$1.450,98, sendo quase 32% superior ao salário-mínimo vigente no Brasil em 2021, ainda que mais baixo entre as mulheres, R\$1.177,63. Porém, **o rendimento real médio mensal *per capita* entre a população venezuelana interiorizada e seus corresidentes é baixo e ligeiramente superior a meio salário-mínimo vigente no Brasil em 2021 (R\$704,99).** Finalmente, entre a população desocupada o tempo médio sem trabalhar após a interiorização é quase dois meses maior entre as mulheres (7,3 meses) em comparação com os homens (5,5 meses).

A situação é mais desalentadora entre a população venezuelana em Roraima: o rendimento real médio mensal do trabalho principal habitual da população abrigada ocupada com 18 anos ou mais é de R\$666,90, sendo um pouco mais da metade do salário-mínimo vigente no Brasil em 2021 - R\$492,36 entre as mulheres e R\$710,62 entre os homens. Porém, o rendimento real médio mensal *per capita* entre a população

venezuelana abrigada e seus corresidentes é extremamente baixo, correspondendo a cerca de 7% do salário-mínimo vigente no Brasil em 2021 (R\$82,74). Finalmente, entre a população desocupada o tempo médio sem trabalhar desde a chegada no Brasil é similar entre homens e mulheres, aproximadamente 5 meses.

A taxa de participação no mercado de trabalho também apresenta diferenças acentuadas de acordo com a modalidade de interiorização. Como esperado, as pessoas venezuelanas interiorizadas na modalidade Vaga de Emprego Sinalizada (VES) têm a maior taxa de atividade (quase 95%). Esta taxa elevada pode refletir um efeito de composição, já que provavelmente esse grupo é composto majoritariamente por homens no auge de sua idade laboral. Porém, para 7,23% o tempo de permanência no emprego não foi duradouro. **Apesar da taxa de participação no mercado de trabalho ser maior na modalidade VES, chama a atenção a baixíssima taxa de desocupação na modalidade institucional (3,94%).**

A modalidade de interiorização institucional também registrou uma das menores taxas de posse de carteira assinada (81%) e a maior taxa de insuficiência de horas trabalhadas, ou seja, apesar de estarem inseridos no mercado de trabalho, quase 15% das pessoas empregadas que se interiorizaram na modalidade institucional (em comparação com 0,66% da modalidade VES), gostariam e estão disponíveis para trabalhar mais tempo.

A análise por raça/cor indica que apesar da população preta ter a menor taxa de desocupação entre todos os grupos, este grupo apresenta uma inserção laboral mais precária do que a população branca, já que 12% das pessoas ocupadas neste grupo trabalham menos horas do que gostariam (comparados com apenas 7% da população branca). Estas dinâmicas são similares às observadas na população com 18 anos ou mais residentes no Brasil, exceto no estado de Roraima, onde 10,52% da população preta ocupada trabalham menos horas do que gostariam (comparado com apenas 6,36% da população branca).

Com relação à subutilização da força de trabalho, a menor taxa foi registrada na modalidade

de vaga de emprego sinalizada (10,45%) e a maior na modalidade de reunificação familiar (30,10%). Por outro lado, as pessoas interiorizadas pela modalidade institucional registram um grau de informalidade laboral de aproximadamente 44% contra aproximadamente 17% das que chegaram pela modalidade VES. Em termos do rendimento do trabalho principal, as pessoas venezuelanas interiorizadas na modalidade institucional apresentam o menor rendimento real (R\$1.213,30) em contraste com as pessoas interiorizadas pela modalidade VES, as quais têm o maior rendimento real entre todas as modalidades (R\$1.736,77). O rendimento domiciliar real *per capita* também apresenta grandes diferenças entre as modalidades de interiorização, sendo 1,5 vezes maior entre a população interiorizada na modalidade VES comparada aos interiorizados na modalidade reunificação familiar – que registra o rendimento real *per capita* mais baixo entre as modalidades de interiorização. Assim, embora a modalidade institucional apresente a menor taxa de desocupação, a inserção no mercado de trabalho das pessoas interiorizadas nesta modalidade tem a maior taxa de desalentados em relação à força trabalho – o que corrobora com a maior participação dos desalentados na força de trabalho potencial nesta modalidade – e tem uma remuneração mais baixa do que as pessoas interiorizadas pelas outras modalidades. Vale lembrar que a classificação entre as diferentes modalidades de interiorização refere-se ao momento da interiorização, enquanto as informações relativas à inserção no mercado de trabalho referem-se à data de referência dos indicadores do mercado de trabalho.

As diferenças regionais (Tabela 44) para todos os indicadores do mercado de trabalho

analisados **são pequenas, exceto para as regiões** Norte, Nordeste e Centro-Oeste, exceto Roraima. Apesar de ter uma taxa de participação laboral igual à da região Sul (86,22%), as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, exceto Roraima, registra a menor proporção de pessoas com carteira assinada (80,19%) – mais baixa do que a média para a população interiorizada (85%), a taxa de desocupação mais alta (13,67%), um grau de informalidade laboral significativamente maior (50%) e um rendimento real médio mensal do trabalho principal menor (R\$1.243,54). Por outro lado, assim como observado na população com 18 anos ou mais residentes no Brasil, exceto no estado de Roraima, a taxa de subutilização da força de trabalho das pessoas interiorizadas no Sul do país é a menor entre todas as regiões, enquanto a proporção da força de trabalho interiorizada desalentada é mais alta na região Sudeste – que registrou a menor taxa de atividade – do que nas outras regiões e a proporção da força de trabalho potencial desalentada é também uma das mais altas.

As diferenças regionais dos indicadores do mercado de trabalho são mais pronunciadas entre a população com 18 anos ou mais residentes no Brasil, exceto no estado de Roraima, do que entre a população interiorizada, refletindo as históricas desigualdades sociais e econômicas entre as regiões Norte / Nordeste / Centro-Oeste e Sul / Sudeste. Por exemplo, a taxa de desocupação na região Sul é de apenas 7% da População Economicamente Ativa (PEA) contra 13,58% entre os trabalhadores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Da mesma forma, a subutilização da força de trabalho é aproximadamente 2 vezes maior nas regiões mais pobres do país Norte / Nordeste / Centro-Oeste em comparação com a região Sul.

Tabela 43. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada por sexo

Variável*	Frequência Absoluta			Frequência Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Condição em relação à força de trabalho						
Pessoas na força de trabalho (PEA)	6309	4419	10728	96,16%	72,23%	84,61%
Pessoas fora da força de trabalho	252	1699	1951	3,84%	27,77%	15,39%
Condição de ocupação						
Ocupado	5906	3551	9457	93,61%	82,24%	88,99%
Desocupado	403	767	1170	6,39%	17,76%	11,01%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas						
Suficiente	5639	2879	8518	95,50%	81,05%	90,07%
Insuficiente	266	673	939	4,50%	18,95%	9,93%
Status de desalento						
Desalentados	0	35	35	--	--	--
Proporção da força de trabalho desalentada	0	--	--	--	0,79%	0,33%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada	0	--	--	--	5,32%	4,70%
Força de trabalho potencial						
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	86	658	744	34,26%	36,54%	36,26%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	165	1143	1308	65,74%	63,46%	63,74%
Subutilização da força de trabalho						
Força de trabalho subutilizada	755	2098	2853	--	--	--
Taxa de subutilização da força de trabalho	--	--	--	11,81%	41,32%	24,87%
Posse de Carteira Assinada						
Sim	3961	1995	5956	87,96%	79,70%	85,01%
Não	542	508	1050	12,04%	20,30%	14,99%
Posição na ocupação						
Autônomo/Conta própria	1348	1006	2354	22,83%	28,42%	24,92%
Empregado do setor privado	4503	2275	6778	76,26%	64,27%	71,76%
Empregado do setor público	32	22	54	0,54%	0,62%	0,57%
Empregador	22	9	31	0,37%	0,25%	0,33%
Trabalhador doméstico	0	228	228	0,00%	6,44%	2,41%
Trabalhador não remunerado em ajuda a conta própria, empregador ou empregado	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Negócio/empresa com CNPJ						
Sim	173	199	372	12,62%	19,61%	15,59%
Não	1198	816	2014	87,38%	80,39%	84,41%
Grau de Informalidade Laboral						
Formais	4167	2226	6393	70,56%	62,69%	67,60%
Informais	1739	1325	3064	29,44%	37,31%	32,40%
Variável	Masculino	Feminino	Total			
Rendimento Real Médio Mensal Individual	R\$ 1.612,89	R\$ 1.177,63	R\$ 1.450,98			
Rendimento Real Médio Mensal Domiciliar	R\$ 2.555,20	R\$ 2.128,07	R\$ 2.351,64			
Rendimento Real Médio Mensal per capita	R\$ 836,17	R\$ 560,92	R\$ 704,99			
Tempo Médio sem trabalhar (em meses)	5,5121	7,2865	6,7288			

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

* valores referentes à segunda etapa de coleta e corrigidos para o plano amostral complexo com pós-estratificação por sexo e grupo etário.

Tabela 44. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada por região de destino

Variável*	Frequência Absoluta				Frequência Relativa			
	Sul	Sudeste	Demais regiões*	Total	Sul	Sudeste	Demais regiões*	Total
Condição em relação à força de trabalho								
Pessoas na força de trabalho (PEA)	6132	1962	2634	10728	86,32%	77,86%	86,22%	84,61%
Pessoas fora da força de trabalho	972	558	421	1951	13,68%	22,14%	13,78%	15,39%
Condição de ocupação								
Ocupado	5469	1734	2254	9457	89,88%	89,80%	86,33%	88,99%
Desocupado	616	197	357	1170	10,12%	10,20%	13,67%	11,01%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas								
Suficiente	5058	1559	1901	8518	92,48%	89,91%	84,34%	90,07%
Insuficiente	411	175	353	939	7,52%	10,09%	15,66%	9,93%
Status de desalento								
Desalentados	12	13	10	35	--	--	--	--
Proporção da força de trabalho desalentada	--	--	--	--	0,20%	0,66%	0,38%	0,33%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada	--	--	--	--	3,49%	5,44%	6,21%	4,70%
Força de trabalho potencial								
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	344	239	161	744	33,79%	40,58%	36,18%	36,26%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	674	350	284	1308	66,21%	59,42%	63,82%	63,74%
Subutilização da força de trabalho								
Força de trabalho subutilizada	1371	611	871	2853	--	--	--	--
Taxa de subutilização da força de trabalho	--	--	--	--	21,17%	27,76%	31,16%	24,87%
Posse de Carteira Assinada								
Sim	3842	1082	1032	5956	85,80%	87,19%	80,19%	85,01%
Não	636	159	255	1050	14,20%	12,81%	19,81%	14,99%
Posição na ocupação								
Autônomo/Conta própria	925	471	958	2354	16,91%	27,35%	42,50%	24,92%
Empregado do setor privado	4349	1183	1246	6778	79,52%	68,70%	55,28%	71,76%
Empregado do setor público	43	11	0	54	0,79%	0,64%	0,00%	0,57%
Empregador	22	0	9	31	0,40%	0,00%	0,40%	0,33%
Trabalhador doméstico	130	57	41	228	2,38%	3,31%	1,82%	2,41%
Trabalhador não remunerado em ajuda a conta própria, empregador ou empregado	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Negócio/empresa com CNPJ								
Sim	182	95	95	372	19,20%	20,17%	9,82%	15,59%
Não	766	376	872	2014	80,80%	79,83%	90,18%	84,41%
Grau de Informalidade Laboral								
Formais	4067	1199	1127	6393	74,36%	69,15%	50,00%	67,60%
Informais	1402	535	1127	3064	25,64%	30,85%	50,00%	32,40%
Variável	Sul	Sudeste	Demais regiões	Total				
Rendimento Real Médio Mensal Individual	R\$1.540,99	R\$1.440,31	R\$1.243,54	R\$1.450,98				
Rendimento Real Médio Mensal Domiciliar	R\$ 2.564,97	R\$ 2.434,98	R\$ 1.829,15	R\$2.351,64				
Rendimento Real Médio Mensal per capita	R\$789,36	R\$ 656,90	R\$ 561,50	R\$704,99				
Tempo Médio sem trabalhar (em meses)	5,6945	6,0269	8,9776	6,7288				

Fonte: Cedeplar/YPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

* valores referentes à segunda etapa de coleta e corrigidos para o plano amostral complexo com pós-estratificação por sexo e grupo etário.

Tabela 45. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada por modalidade de interiorização

Variável*	Frequência Absoluta					Frequência Relativa				
	Institucional	Reunião Social	Reunificação Familiar	VES	Total	Institucional	Reunião Social	Reunificação Familiar	VES	Total
Condição em relação à força de trabalho										
Pessoas na força de trabalho (PEA)	1041	6789	1253	1645	10728	78,86%	83,75%	82,54%	94,81%	84,61%
Pessoas fora da força de trabalho	279	1317	265	90	1951	21,14%	16,25%	17,46%	5,19%	15,39%
Condição de ocupação										
Ocupado	1000	5869	1062	1526	9457	96,06%	87,62%	85,44%	92,77%	88,99%
Desocupado	41	829	181	119	1170	3,94%	12,38%	14,56%	7,23%	11,01%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas										
Suficiente	853	5209	940	1516	8518	85,30%	88,75%	88,51%	99,34%	90,07%
Insuficiente	147	660	122	10	939	14,70%	11,25%	11,49%	0,66%	9,93%
Status de desalento										
Desalentados	12	23	0	0	35	--	--	--	--	--
Proporção da força de trabalho desalentada	--	--	--	--	--	1,15%	0,34%	0,00%	0,00%	0,33%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada	--	--	--	--	--	16,22%	4,46%	0,00%	0,00%	4,70%
Força de trabalho potencial										
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	74	516	106	48	744	26,52%	36,65%	38,55%	53,33%	36,26%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	205	892	169	42	1308	73,48%	63,35%	61,45%	46,67%	63,74%
Subutilização da força de trabalho										
Força de trabalho subutilizada	262	2005	409	177	2853	--	--	--	--	--
Taxa de subutilização da força de trabalho	--	--	--	--	--	23,50%	27,45%	30,10%	10,45%	24,87%
Posse de Carteira Assinada										
Sim	528	3568	601	1259	5956	80,86%	86,18%	79,08%	86,65%	85,01%
Não	125	572	159	194	1050	19,14%	13,82%	20,92%	13,35%	14,99%
Posição na ocupação										
Autônomo/Conta própria	336	1654	291	73	2354	33,97%	28,18%	27,43%	4,78%	24,92%
Empregado do setor privado	643	3971	718	1446	6778	65,02%	67,66%	67,67%	94,76%	71,76%
Empregado do setor público	0	44	10	0	54	0,00%	0,75%	0,94%	0,00%	0,57%
Empregador	0	31	0	0	31	0,00%	0,53%	0,00%	0,00%	0,33%
Trabalhador doméstico	10	169	42	7	228	1,01%	2,88%	3,96%	0,46%	2,41%
Trabalhador não remunerado em ajuda a conta própria, empregador ou empregado	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Negócio/empresa com CNPJ										
Sim	23	263	75	11	372	6,85%	15,60%	25,77%	15,07%	15,59%
Não	313	1423	216	62	2014	93,15%	84,40%	74,23%	84,93%	84,41%
Grau de Informalidade Laboral										
Formais	561	3875	687	1270	6393	56,16%	66,01%	64,69%	83,22%	67,60%
Informais	438	1995	375	256	3064	43,84%	33,99%	35,31%	16,78%	32,40%
Variável	Institucional	Reunião Social	Reunificação Familiar	VES	Total					
Rendimento Real Médio Mensal Individual	R\$ 1.213,30		R\$1.413,80			R\$ 1.477,59		R\$1.736,77		R\$1.450,98
Rendimento Real Médio Mensal Domiciliar	R\$ 2.230,62		R\$2.312,20			R\$ 2.323,04		R\$2.598,07		R\$2.351,64
Rendimento Real Médio Mensal per capita	R\$613,99		R\$708,54			R\$571,28		R\$876,51		R\$704,99
Tempo Médio sem trabalhar (em meses)	4,3582		6,1748			9,5986		7,2826		6,7288

Fonte: Cedeplar/YPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

* valores referentes à segunda etapa de coleta e corrigidos para o plano amostral complexo com pós-estratificação por sexo e grupo etário.

Tabela 46. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população venezuelana interiorizada por raça

Variável*	Frequência Absoluta					Frequência Relativa						
	Branco	Pretos	Mestiços	Indígenas	Outros	Total	Branco	Pretos	Mestiços	Indígenas	Outros	Total
Condição em relação à força de trabalho												
Pessoas na força de trabalho (PEA)	2893	625	6733	120	357	10728	83,73%	81,27%	85,48%	84,51%	81,88%	84,61%
Pessoas fora da força de trabalho	562	144	1144	22	79	1951	16,27%	18,73%	14,52%	15,49%	18,12%	15,39%
Condição de ocupação												
Ocupado	2440	591	6030	102	294	9457	85,05%	96,57%	89,99%	91,89%	88,02%	88,99%
Desocupado	429	21	671	9	40	1170	14,95%	3,43%	10,01%	8,11%	11,98%	11,01%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas												
Suficiente	2263	521	5403	84	247	8518	92,75%	88,01%	89,62%	82,35%	84,01%	90,07%
Insuficiente	177	71	626	18	47	939	7,25%	11,99%	10,38%	17,65%	15,99%	9,93%
Status de desalento												
Desalentados	35	0	0	0	0	35	--	--	--	--	--	--
Proporção da força de trabalho desalentada	--	--	--	--	--	--	1,21%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,33%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada	--	--	--	--	--	--	19,89%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,70%
Força de trabalho potencial												
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	176	69	431	10	58	744	30,03%	44,23%	36,65%	31,25%	56,86%	36,26%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	410	87	745	22	44	1308	69,97%	55,77%	63,35%	68,75%	43,14%	63,74%
Subutilização da força de trabalho												
Força de trabalho subutilizada	782	161	1728	37	145	2853	--	--	--	--	--	--
Taxa de subutilização da força de trabalho	--	--	--	--	--	--	25,48%	23,20%	24,12%	28,46%	34,94%	24,87%
Posse de Carteira Assinada												
Sim	1688	375	3635	47	211	5956	88,19%	90,80%	82,43%	100,00%	95,05%	85,01%
Não	226	38	775	0	11	1050	11,81%	9,20%	17,57%	0,00%	4,95%	14,99%
Posição na ocupação												
Autônomo/Conta própria	514	168	1556	44	72	2354	21,07%	28,38%	25,86%	43,14%	24,49%	24,92%
Empregado do setor privado	1879	382	4248	47	222	6778	77,04%	64,53%	70,59%	46,08%	75,51%	71,76%
Empregado do setor público	11	11	21	11	0	54	0,45%	1,86%	0,35%	10,78%	0,00%	0,57%
Empregador	0	0	31	0	0	31	0,00%	0,00%	0,52%	0,00%	0,00%	0,33%
Trabalhador doméstico	35	31	162	0	0	228	1,44%	5,24%	2,69%	0,00%	0,00%	2,41%
Trabalhador não remunerado em ajuda a conta própria, empregador ou empregado	0	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Negócio/empresa com CNPJ												
Sim	113	0	246	13	0	372	21,98%	0,00%	15,49%	29,55%	0,00%	15,59%
Não	401	168	1342	31	72	2014	78,02%	100,00%	84,51%	70,45%	100,00%	84,41%
Grau de Informalidade Laboral												
Formais	1812	386	3913	71	211	6393	74,26%	65,31%	64,89%	69,61%	71,77%	67,60%
Informais	628	205	2117	31	83	3064	25,74%	34,69%	35,11%	30,39%	28,23%	32,40%
Resumo por Raça												
Variável	Branco		Negros		Mestiços		Indígenas		Outros		Total	
Rendimento Real Médio Mensal Individual	R\$ 1.443,54		R\$ 1.423,26		R\$ 1.471,03		R\$ 1.172,07		R\$ 1.245,07		R\$ 1.450,98	
Rendimento Real Médio Mensal Domiciliar	R\$ 2.341,42		R\$ 2.488,99		R\$ 2.357,81		R\$ 1.971,79		R\$ 2.202,42		R\$ 2.351,64	
Rendimento Real Médio Mensal per capita	R\$696,38		R\$668,22		R\$717,63		R\$698,63		\$613,88		R\$704,99	
Tempo Médio sem trabalhar (em meses)	6,9173		7,4182		6,3297		11,5037		8,1272		6,7288	

Fonte: Cedeplar/YPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

* valores referentes à segunda etapa de coleta e corrigidos para o plano amostral complexo com pós-estratificação por sexo e grupo etário.

Tabela 47. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população residente no Brasil com 18 anos ou mais, por sexo e região de destino (exceto Roraima)

Variável	por sexo			por região de destino			
	Frequência Relativa			Frequência Relativa			
	Masculino	Feminino	Total	Sul	Sudeste	Demais regiões	Total
Condição em relação à força de trabalho							
Pessoas na força de trabalho (PEA)	72,99%	52,71%	62,15%	63,71%	64,61%	59,04%	62,15%
Pessoas fora da força de trabalho	27,01%	47,29%	37,85%	36,29%	35,39%	40,96%	37,85%
Condição de ocupação							
Ocupado	90,29%	85,07%	87,93%	93,00%	87,57%	86,42%	87,93%
Desocupado	9,71%	14,93%	12,08%	7,00%	12,43%	13,58%	12,08%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas							
Suficiente	93,37%	89,50%	91,67%	95,08%	92,83%	88,96%	91,67%
Insuficiente	6,63%	10,50%	8,33%	4,92%	7,17%	11,04%	8,33%
Status de desalento							
Proporção da força de trabalho desalentada (taxa)	3,33%	5,78%	4,44%	1,34%	2,27%	8,08%	4,44%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada (proporção)	62,72%	50,49%	54,88%	35,67%	43,01%	62,49%	54,88%
Força de trabalho potencial							
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	14,36%	12,75%	13,29%	6,57%	9,65%	18,63%	13,29%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	85,64%	87,25%	86,71%	93,43%	90,35%	81,37%	86,71%
Subutilização da força de trabalho							
Taxa de subutilização da força de trabalho	19,95%	31,68%	25,43%	14,76%	22,79%	31,93%	25,43%
Posse de Carteira Assinada							
Sim	69,57%	63,43%	66,75%	77,81%	72,70%	53,84%	66,75%
Não	30,43%	36,57%	33,25%	22,19%	27,30%	46,16%	33,25%
Posição na ocupação							
Autônomo/Conta própria	32,25%	23,06%	28,22%	27,31%	25,82%	31,36%	28,22%
Empregado do setor privado	51,06%	41,13%	46,70%	48,89%	51,04%	40,83%	46,70%
Empregado do setor público	8,09%	16,68%	11,86%	10,27%	10,32%	14,27%	11,86%
Empregador	5,36%	2,87%	4,27%	5,21%	4,42%	3,71%	4,27%
Militar	1,35%	0,21%	0,85%	0,78%	0,81%	0,93%	0,85%
Trabalhador doméstico	0,80%	12,92%	6,12%	5,19%	6,40%	6,17%	6,12%
Trabalhador não remunerado em ajuda a conta própria, empregador ou empregado	1,08%	3,14%	1,98%	2,35%	1,20%	2,74%	1,98%
Negócio/empresa com CNPJ							
Sim	30,75%	33,33%	31,66%	43,52%	38,50%	20,40%	31,66%
Não	69,25%	66,67%	68,34%	56,48%	61,50%	79,60%	68,34%
Grau de Informalidade Laboral							
	42,06%	38,62%	40,55%	31,95%	34,75%	50,70%	40,55%
Variável	Masculino	Feminino	Total	Sul	Sudeste	Dem. reg.	Total
Rendimento Médio Mensal Individual	R\$ 2.635,87	R\$ 2.115,56	R\$ 2.410,30	R\$ 2.686,40	R\$ 2.731,54	R\$ 1.922,42	R\$ 2.410,30
Rendimento Médio Mensal Domiciliar*	R\$ 4.502,53	R\$ 4.251,48	R\$ 4.369,01	R\$ 4.885,06	R\$ 5.041,30	R\$ 3.492,48	R\$ 4.369,01
Rendimento Médio Mensal per capita*	R\$ 1.569,17	R\$ 1.488,95	R\$ 1.526,50	R\$ 1.759,19	R\$ 1.806,57	R\$ 1.155,16	R\$ 1.526,50

Fonte: Microdados da PNAD Contínua - 3o Trimestre de 2021 (IBGE, 2022)

Nota: * Resultados baseados na PNAD Contínua 2020 (Acumulado no ano para 5a visita)

Tabela 48. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população residente no Brasil com 18 anos ou mais por raça

Variável	Frequência Relativa					
	Branços	Pretos	Pardos	Indígenas	Outros	Total
Condição em relação à força de trabalho						
Pessoas na força de trabalho (PEA)	61,68%	66,03%	61,74%	59,40%	64,21%	62,15%
Pessoas fora da força de trabalho	38,32%	33,97%	38,26%	40,60%	35,79%	37,85%
Condição de ocupação						
Ocupado	90,15%	84,72%	86,39%	86,84%	91,44%	87,93%
Desocupado	9,85%	15,28%	13,61%	13,16%	8,56%	12,08%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas						
Suficiente	93,64%	89,48%	90,07%	89,23%	94,43%	91,67%
Insuficiente	6,36%	10,52%	9,93%	10,77%	5,57%	8,33%
Status de desalento						
Proporção da força de trabalho desalentada (taxa)	2,69%	4,71%	6,15%	6,62%	3,35%	4,44%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada (proporção)	46,10%	55,52%	59,94%	50,76%	46,97%	54,88%
Força de trabalho potencial						
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	9,40%	16,48%	16,56%	19,08%	12,79%	13,29%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	90,60%	83,52%	83,44%	80,92%	87,21%	86,71%
Subutilização da força de trabalho						
Taxa de subutilização da força de trabalho	20,24%	30,11%	29,43%	31,45%	19,41%	25,43%
Posse de Carteira Assinada						
Sim	72,55%	63,91%	61,48%	61,37%	77,95%	66,75%
Não	27,45%	36,09%	38,52%	38,63%	22,05%	33,25%
Posição na ocupação						
Autônomo/Conta própria	27,74%	27,06%	28,99%	33,33%	26,03%	28,22%
Empregado do setor privado	46,47%	48,74%	46,54%	44,07%	44,84%	46,70%
Empregado do setor público	12,50%	11,63%	11,22%	10,71%	13,44%	11,86%
Empregador	6,00%	1,67%	2,94%	2,76%	10,55%	4,27%
Militar	0,81%	0,97%	0,88%	0,29%	0,70%	0,85%
Trabalhador doméstico	4,62%	8,56%	7,19%	5,97%	2,38%	6,12%
Trabalhador não remunerado em ajuda a conta própria, empregador ou empregado	1,86%	1,37%	2,25%	2,86%	2,06%	1,98%
Negócio/empresa com CNPJ						
Sim	41,53%	21,03%	22,42%	16,39%	58,89%	31,66%
Não	58,47%	78,97%	77,58%	83,61%	41,11%	68,34%
Grau de Informalidade Laboral						
	34,52%	43,59%	46,37%	50,53%	26,98%	40,55%
Variável	Branços	Pretos	Pardos	Indígenas	Outros (Am.)	Total
Rendimento Médio Mensal Individual	R\$ 3.071,17	R\$ 1.796,51	R\$ 1.835,83	R\$ 1.793,80	R\$ 3.652,80	R\$ 2.410,30
Rendimento Médio Mensal Domiciliar *	R\$ 5.660,28	R\$ 3.231,08	R\$ 3.304,92	R\$ 3.647,26	R\$ 7.809,57	R\$ 4.369,01
Rendimento Médio Mensal per capita *	R\$ 2.043,88	R\$ 1.091,80	R\$ 1.099,08	R\$ 1.029,53	R\$ 2.772,26	R\$ 1.526,50

Fonte: Microdados da PNAD Contínua - 3o Trimestre de 2021 (IBGE, 2022)

Nota: * Resultados baseados na PNAD Contínua 2020 (Acumulado no ano para 5a visita)

Tabela 49. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população venezuelana abrigada por sexo

Variável*	Frequência Absoluta			Frequência Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Condição em relação à força de trabalho						
Pessoas na força de trabalho (PEA)	699	315	1014	78,10%	33,51%	55,26%
Pessoas fora da força de trabalho	196	625	821	21,90%	66,49%	44,74%
Condição de ocupação						
Ocupado	504	170	674	75,56%	55,56%	69,27%
Desocupado	163	136	299	24,44%	44,44%	30,73%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas						
Suficiente	504	170	674	100,00%	100,00%	100,00%
Insuficiente	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Status de desalento						
Desalentados	4	32	36	--	--	--
Proporção da força de trabalho desalentada (taxa)	--	--	--	0,57%	10,16%	3,55%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada (proporção)	--	--	--	2,47%	6,17%	5,29%
Força de trabalho potencial						
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	162	519	681	70,74%	81,99%	79,00%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	67	114	181	29,26%	18,01%	21,00%
Subutilização da força de trabalho						
Força de trabalho subutilizada	325	655	980	--	--	--
Taxa de subutilização da força de trabalho	--	--	--	37,75%	78,54%	57,82%
Posse de Carteira Assinada						
Sim	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Não	54	26	80	100,00%	100,00%	100,00%
Posição na ocupação						
Autônomo/Conta própria	406	114	520	80,72%	67,06%	77,27%
Empregado do setor privado	21	4	25	4,17%	2,35%	3,71%
Empregado do setor público	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Empregador	5	0	5	0,99%	0,00%	0,74%
Trabalhador doméstico	32	23	55	6,36%	13,53%	8,17%
Trabalhador não remunerado em ajuda a conta própria, empregador ou empregado	15	6	21	2,98%	3,53%	3,12%
Trabalhador não remunerado em ajuda a empregado que era membro do domicílio ou parente	24	23	47	4,77%	13,53%	6,98%
Negócio/empresa com CNPJ						
Sim	14	7	21	3,41%	6,09%	3,99%
Não	397	108	505	96,59%	93,91%	96,01%
Grau de Informalidade Laboral						
Formais	38	30	68	7,54%	17,65%	10,09%
Informais	466	140	606	92,46%	82,35%	89,91%
Variável	Masculino	Feminino	Total			
Rendimento Médio Mensal Individual	R\$ 710,62	R\$ 492,36	R\$ 666,90			
Rendimento Médio Mensal Domiciliar	R\$ 356,13	R\$ 273,15	R\$ 312,37			
Rendimento Médio Mensal per capita	R\$ 107,48	R\$ 60,58	R\$ 82,74			
Tempo Médio sem trabalhar (em meses)	4,6015	5,0568	4,7949			

Fonte: Cedeplar/PEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

* valores referentes à segunda etapa de coleta e corrigidos para o plano amostral complexo com pós-estratificação por sexo e grupo etário.

Tabela 50. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população venezuelana abrigada por raça

Variável*	Frequência Absoluta						Frequência Relativa					
	Branco	Pretos	Mestiços	Indígenas	Outros	Total	Branco	Pretos	Mestiços	Indígenas	Outros	Total
Condição em relação à força de trabalho												
Pessoas na força de trabalho (PEA)	251	120	633	7	3	1014	67,29%	58,54%	52,14%	29,17%	15,79%	55,26%
Pessoas fora da força de trabalho	122	85	581	17	16	821	32,71%	41,46%	47,86%	70,83%	84,21%	44,74%
Condição de ocupação												
Ocupado	154	89	425	3	3	674	64,17%	76,72%	69,90%	42,86%	100,00%	69,27%
Desocupado	86	27	183	4	0	299	35,83%	23,28%	30,10%	57,14%	0,00%	30,73%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas												
Suficiente	154	89	425	3	3	674	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Insuficiente	0	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Status de desalento												
Desalentados	10	0	26	0	0	36	--	--	--	--	--	--
Proporção da força de trabalho desalentada	--	--	--	--	--	--	3,98%	0,00%	4,11%	0,00%	0,00%	3,55%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada	--	--	--	--	--	--	9,01%	0,00%	5,58%	0,00%	0,00%	5,29%
Força de trabalho potencial												
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	111	75	466	13	16	681	83,46%	83,33%	76,90%	76,47%	100,00%	79,00%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	22	15	140	4	0	181	16,54%	16,67%	23,10%	23,53%	0,00%	21,00%
Subutilização da força de trabalho												
Força de trabalho subutilizada	197	102	649	17	16	980	--	--	--	--	--	--
Taxa de subutilização da força de trabalho	--	--	--	--	--	--	54,42%	52,31%	59,05%	85,00%	84,21%	57,82%
Posse de Carteira Assinada												
Sim	0	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	--	--	0,00%
Não	13	3	64	0	0	80	100%	100%	100%	--	--	100%
Posição na ocupação												
Autônomo/Conta própria	121	85	311	0	3	520	78,06%	96,59%	73,35%	0,00%	100%	77,27%
Empregado do setor privado	0	0	25	0	0	25	0,00%	0,00%	5,90%	0,00%	0,00%	3,71%
Empregado do setor público	0	0	0	0	0	0	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empregador	5	0	0	0	0	5	3,23%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,74%
Trabalhador doméstico	14	3	38	0	0	55	9,03%	3,41%	8,96%	0,00%	0,00%	8,17%
Trabalhador não remunerado em ajuda a conta própria, empregador ou empregado	4	0	17	0	0	21	2,58%	0,00%	4,01%	0,00%	0,00%	3,12%
Trabalhador não remunerado em ajuda a empregado que era membro do domicílio ou parente	11	0	33	3	0	47	7,10%	0,00%	7,78%	100%	0,00%	6,98%
Negócio/empresa com CNPJ												
Sim	3	4	14	0	0	21	2,38%	4,65%	4,50%	--	0,00%	3,99%
Não	123	82	297	0	3	505	97,62%	95,35%	95,50%	--	100,00%	96,01%
Grau de Informalidade Laboral												
Formais	14	4	47	3	0	68	9,09%	4,49%	11,06%	100,00%	0,00%	10,09%
Informais	140	85	378	0	3	606	90,91%	95,51%	88,94%	0,00%	100,00%	89,91%
Resumo de Indicadores												
Variável	Branco		Pretos		Pardos		Indígenas		Outros		Total	
Rendimento Médio Mensal Individual	R\$ 612,04		R\$ 620,58		R\$ 702,58		--		--		R\$ 666,90	
Rendimento Médio Mensal Domiciliar	R\$ 421,24		R\$ 494,18		R\$ 245,95		R\$ 193,29		--		R\$ 312,37	
Rendimento Médio Mensal per capita	R\$ 114,47		R\$ 161,18		R\$ 58,68		R\$ 32,21		--		R\$ 82,74	
Tempo Médio sem trabalhar (em meses)	4,5638		3,1539		4,9716		15		--		4,7949	

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

* valores referentes à segunda etapa de coleta e corrigidos para o plano amostral complexo com pós-estratificação por sexo e grupo etário.

Tabela 51. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população residente em Roraima com 18 anos ou mais por sexo

Variável	por sexo		
	Frequência Relativa		
	Masculino	Feminino	Total
Condição em relação à força de trabalho			
Pessoas na força de trabalho (PEA)	77,14%	53,73%	64,95%
Pessoas fora da força de trabalho	22,86%	46,27%	35,05%
Condição de ocupação			
Ocupado	92,52%	85,78%	89,62%
Desocupado	7,48%	14,22%	10,38%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas			
Suficiente	94,85%	90,19%	92,93%
Insuficiente	5,15%	9,81%	7,07%
Status de desalento			
Proporção da força de trabalho desalentada	4,25%	7,17%	5,51%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada	69,25%	43,73%	52,18%
Força de trabalho potencial			
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	20,73%	19,03%	19,56%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	79,27%	80,97%	80,44%
Subutilização da força de trabalho			
Taxa de subutilização da força de trabalho	17,32%	33,53%	0,83%
Posse de Carteira Assinada			
Sim	54,93%	47,53%	51,61%
Não	45,07%	52,47%	48,39%
Posição na ocupação			
Autônomo/Conta própria	38,63%	22,28%	31,89%
Empregado do setor privado	35,05%	28,12%	32,19%
Empregado do setor público	14,92%	31,77%	21,86%
Empregador	3,84%	2,86%	3,44%
Militar	4,40%	0,94%	2,97%
Trabalhador doméstico	2,58%	12,51%	6,67%
Trabalhador não remunerado em ajuda a conta própria, empregador ou empregado	0,59%	1,52%	0,97%
Negócio/empresa com CNPJ			
Sim	14,75%	24,83%	17,71%
Não	85,25%	75,17%	82,29%
Grau de Informalidade Laboral			
	52,14%	38,97%	46,71%
Variável	Masculino	Feminino	Total
Rendimento Médio Mensal Individual	2.169,28	2.142,67	2.158,38
Rendimento Médio Mensal Domiciliar *	3.901,83	3.823,65	3.861,61
Rendimento Médio Mensal per capita *	1.184,98	1.078,75	1.130,34

Fonte: Microdados da PNAD Contínua - 3o Trimestre de 2021 (IBGE, 2022)

Nota: * Resultados baseados na PNAD Contínua 2020 (Acumulado no ano para 5a visita)

Tabela 52. Análise descritiva de características do mercado de trabalho da população residente em Roraima com 18 anos ou mais por raça

Variável	Frequência Relativa					Total
	Brancos	Pretos	Pardos	Indígenas	Outros (Am.)	
Condição em relação à força de trabalho						
Pessoas na força de trabalho (PEA)	65,74%	65,07%	65,05%	56,91%	91,20%	64,95%
Pessoas fora da força de trabalho	34,26%	34,93%	34,95%	43,09%	8,80%	35,05%
Condição de ocupação						
Ocupado	91,86%	91,67%	88,76%	91,91%	47,81%	89,62%
Desocupado	8,14%	8,33%	11,24%	8,09%	52,19%	10,38%
Suficiência de horas habitualmente trabalhadas						
Suficiente	95,81%	94,89%	91,87%	90,89%	100,00%	92,93%
Insuficiente	4,19%	5,11%	8,13%	9,11%	0,00%	7,07%
Status de desalento						
Proporção da força de trabalho desalentada	5,99%	4,52%	5,34%	9,63%	0,00%	5,51%
Proporção da força de trabalho potencial desalentada	66,07%	51,56%	49,04%	51,54%	0,00%	52,18%
Força de trabalho potencial						
Pessoas fora da força de trabalho e dentro da força de trabalho potencial	17,40%	16,34%	20,26%	24,69%	100,00%	19,56%
Pessoas fora da força de trabalho e fora da força de trabalho potencial	82,60%	83,66%	79,74%	75,31%	0,00%	80,44%
Subutilização da força de trabalho						
Taxa de subutilização da força de trabalho	19,30%	20,03%	26,46%	29,62%	56,40%	0,83%
Posse de Carteira Assinada						
Sim	47,17%	53,20%	52,67%	55,05%	0,00%	51,61%
Não	52,83%	46,80%	47,33%	44,95%	100,00%	48,39%
Posição na ocupação						
Autônomo/Conta própria	27,13%	36,45%	33,06%	25,21%	29,92%	31,89%
Empregado do setor privado	29,96%	33,58%	32,80%	28,06%	70,08%	32,19%
Empregado do setor público	28,72%	14,46%	20,75%	21,70%	0,00%	21,86%
Empregador	5,74%	4,15%	2,65%	3,32%	0,00%	3,44%
Militar	2,44%	2,47%	3,26%	1,74%	0,00%	2,97%
Trabalhador doméstico	5,37%	8,47%	6,29%	19,96%	0,00%	6,67%
Trabalhador não remunerado em ajuda a conta própria, empregador ou empregado	0,64%	0,41%	1,19%	0,00%	0,00%	0,97%
Negócio/empresa com CNPJ						
Sim	28,42%	16,44%	15,39%	3,30%	0,00%	17,71%
Não	71,58%	83,56%	84,61%	96,70%	100,00%	82,29%
Grau de Informalidade Laboral						
	39,88%	52,97%	47,92%	46,46%	100,00%	46,71%
Variável	Brancos	Pretos	Pardos	Indígenas	Outros (Am.)	Total
Rendimento Médio Mensal Individual	R\$ 2.939,81	R\$ 1.771,60	R\$ 1.999,12	R\$ 1.474,35	R\$ 1.336,00	R\$ 2.158,38
Rendimento Médio Mensal Domiciliar *	R\$ 5.132,50	R\$ 3.397,01	R\$ 3.652,65	R\$ 2.603,86	R\$ 240,00	R\$ 3.861,61
Rendimento Médio Mensal per capita *	R\$ 1.573,25	R\$ 1.107,38	R\$ 1.043,74	R\$ 592,44	R\$ 48,00	R\$ 1.130,34

Fonte: Microdados da PNAD Contínua - 3o Trimestre de 2021 (IBGE, 2022)

Nota: * Resultados baseados na PNAD Contínua 2020 (Acumulado no ano para 5a visita)

VULNERABILIDADES: SEGURANÇA ALIMENTAR, SAÚDE E VIOLÊNCIA

A pesquisa buscou avaliar as situações de vulnerabilidade da população-alvo, adotando, sempre que possível, uma perspectiva de gênero. O conjunto de questões apresentadas envolve aspectos relacionados à carência de alimentos, sentimento de discriminação, saúde sexual e reprodutiva, incidência da infecção por Covid-19. Questões relacionadas a violência de gênero também foram apresentadas. Tendo em conta o processo de expansão da amostra algumas análises poderão contemplar, no caso dos interiorizados, a distribuição espacial do levantamento e a modalidade de processo de interiorização.

A primeira questão perguntava se, em algum momento após a interiorização, a pessoa ou membro de sua família passou pela situação de não ter o que comer. Entre pessoas interiorizadas, 32,24% indicaram ter passado pela situação de não ter o que comer após a interiorização. Esse quadro está mais presente entre as mulheres (33,74%) do que entre os homens (30,85%). Ao se analisar a carência alimentar, sob a ótica da região de destino dos interiorizados (Tabela 53), fica claro que aqueles

que estavam, no momento da entrevista, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, indicados na tabela 61 como “Demais regiões”, foram os que mais passaram por situação de falta de alimentos após a interiorização (43,18%), seguidos por aqueles que estavam na Região Sudeste (31,72%), e Região Sul (27,28%). No conjunto dos entrevistados 32,24% indicaram ter passado por situação de falta de alimentação. A diferença entre as pessoas interiorizadas residentes nas regiões mais afetadas e menos afetadas pela carência alimentar é da ordem de 15,9%. Comparando esses resultados com os levantados no Projeto Rede Penssan⁸(2021), de amplitude nacional, pode ser observado que no conjunto dos domicílios brasileiros, 55,2% deles tinham moradores que haviam passado por situação de alguma insegurança alimentar, medida pelos parâmetros utilizados na pesquisa, sendo que, em 9,0% dos casos foi constatada a insegurança alimentar grave. A diferença entre a proporção de domicílios em insegurança alimentar regiões, a mais afetada (Nordeste-71,9%) e a menos afetada (Sul/Sudeste-46,9%) pelo problema foi de 25,0%.

Tabela 53. Pessoas venezuelanas interiorizadas que não tiveram o que comer após interiorização, por região

	Região Sul		Região Sudeste		Demais Regiões	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Reportaram carência	3174	27,28%	1399	31,72%	2368	43,18%
Não reportaram carência	8459	72,72%	3011	68,28%	3116	56,82%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Considerando a questão da carência alimentar relacionada à modalidade do processo de interiorização, foi dentre os interiorizados no processo de vaga de emprego (VES) que se encontra a maior proporção (35,55%) de entrevistados que

indicaram ter passado por um episódio de não ter o que comer após a interiorização. No outro extremo é no grupo daqueles interiorizados por meio da reunião familiar que se encontra o menor percentual (31,58%), como indica a Tabela 54.

8 Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar - Rede Penssan em 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br>. Acesso em: 18 de janeiro de 2021.

Ao se tratar dos abrigados em Roraima, 40,59% relataram ter passado por situação de penúria alimentar, com maior prevalência entre

os homens (43,84%) do que entre as mulheres (37,67%) (Tabela 55).

Tabela 54. Pessoas venezuelanas interiorizadas que não tiveram o que comer após interiorização por modalidade de interiorização

	Institucional		Reunião Social		Reunificação familiar		Vaga de Emprego Sinalizada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Reportaram carência	776	32,51%	4371	31,58%	803	31,95%	991	35,55%
Não reportaram carência	1611	67,49%	9468	68,42%	1710	68,05%	1797	64,45%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 55. Pessoas venezuelanas abrigadas que não tiveram o que comer após a chegada ao país

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Reportaram carência	776	37,67%	812	43,84%	1588	40,59%
Não reportaram carência	1284	62,33%	1040	56,16%	2324	59,41%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Ainda tratando do tema da carência alimentar, vale indicar os comentários colhidos no levantamento qualitativo realizado junto a atores institucionais – governos, organizações da sociedade civil e organismos internacionais – que apoiam o processo de acolhida e interiorização das pessoas venezuelanas migrantes e refugiadas. Os relatos indicam que a carência alimentar, no caso dos interiorizados, estava fortemente relacionada às dificuldades para gerar renda, via emprego formal ou informal, no momento da pandemia. Nesse aspecto há vários relatos de organizações sociais sobre a busca de parcerias e apoios junto a entidades públicas e, eventualmente, privadas, para garantir uma segurança alimentar mínima aos interiorizados, que tiveram a sua inserção laboral impactada pela pandemia. Indicações semelhantes foram apresentadas por Fernandes et al (2020) em estudo tratando do impacto da Pandemia de Covid-19 sobre a imigração no Brasil.

No caso dos abrigados em Roraima, apesar dos relatos de carência alimentar serem proporcionalmente mais elevados do que o levantado

para os interiorizados, deve ser considerado que tal situação, provavelmente, tenha acontecido antes da entrada nos abrigos, pois nesses locais há a garantia de alimentação. Segundo os relatos colhidos no levantamento qualitativo junto às instituições, há indicações da carência alimentar ter maior impacto junto às pessoas venezuelanas migrantes e refugiadas que estão em Roraima, mas em ocupações espontâneas, que não foram objeto de levantamento nesta pesquisa.

Ao se levantar a situação de discriminação pelo fato de ter origem venezuelana, 26,18% das pessoas interiorizadas indicaram que, em algum momento, se sentiram discriminadas (Tabela 56). Há uma pequena diferença entre essa percepção de discriminação entre os homens (27,93%) e as mulheres (24,31%).

No caso das pessoas abrigadas em Roraima, o sentimento de discriminação foi reportado por 20,14% (Tabela 57). No entanto, entre os abrigados a diferença entre homens e mulheres relativa à percepção de discriminação não é expressiva, 20,23% para as mulheres e 20,04% para os homens.

Deve ser considerado que, no caso das pessoas venezuelanas interiorizadas, o tempo de permanência no Brasil tende a ser mais longo,

assim como a diversidade de situações vivenciadas, o que as exporia a um maior risco de serem discriminadas.

Tabela 56. Pessoas venezuelanas interiorizadas que sofreram discriminação por serem venezuelanas

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Reportaram	2527	24,31%	3109	27,93%	5636	26,18%
Não reportaram	7867	75,69%	8024	72,07%	15891	73,82%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 57. Pessoas venezuelanas abrigadas que sofreram discriminação por serem venezuelanas

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Reportaram	417	20,23%	371	20,04%	788	20,14%
Não reportaram	1644	79,77%	1480	79,96%	3124	79,86%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Relatos colhidos na pesquisa qualitativa, indicam que além da discriminação em alguns setores da sociedade civil, há, principalmente no estado de Roraima, situações mais graves de xenofobia, que trazem grande desconforto no trato das questões das pessoas venezuelanas e, em alguns casos, contaminam as relações entre venezuelanos e nacionais no seio da sociedade. Outro ponto colocado nas entrevistas qualitativas é que, em relação aos interiorizados, há relatos de situações de discriminação ou “bullying” escolar, às vezes por falta de conhecimento dos agentes públicos da legislação em relação às matrículas nas escolas das pessoas refugiadas e migrantes e no correto equacionamento de ações de acolhida nas escolas. Outra questão levantada nas entrevistas qualitativa foi que há diferença no tocante à discriminação segundo a região de residência do interiorizado, em cidades da região Sul os interiorizados encontram maiores dificuldades de inserção social do que em localidades de outras regiões do país.

As questões que tratam de aspectos relacionados à saúde permitem uma abordagem

que incorpora informações sobre infecção de Covid-19 e aspectos relacionados à saúde sexual e reprodutiva. Em relação à infecção por Covid-19, 16,21% das pessoas venezuelanas interiorizadas indicaram que foram contaminadas; houve uma ligeira diferença entre as situações de contaminação reportada pelas mulheres (16,49%) e pelos homens (15,95%) (Tabela 58).

Em relação às abrigadas em Roraima, a contaminação por Covid-19 atingiu 6,29% das pessoas venezuelanas (Tabela 59), sendo que as mulheres reportaram casos positivos em 6,97% enquanto os homens informaram sobre a contaminação em 5,53% dos casos. Para fins de referência, a proporção de infectados na população brasileira estava, em outubro de 2021⁹, em torno de 10%, com um total de casos acumulados de 21,5 milhões.

A proporção de pessoas testadas (Tabela 60) entre as pessoas interiorizadas foi de 62,48%, sendo nos casos dos homens esse valor chegou a 66,45% e nas mulheres a 58,17%, indicando uma diferença, estatisticamente significativa, entre homens e mulheres.

⁹ Disponível em: https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html (Acesso 6 de outubro de 2021).

Na Tabela 61 são apresentados os resultados para a população de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima - no geral, 88,65% delas

fizeram teste para a detecção do vírus de Covid-19, sendo que os homens testaram em maior proporção (91,78%) do que as mulheres (85,81%).

Tabela 58. Pessoas venezuelanas interiorizadas que reportaram ter sido contaminadas pela COVID-19

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1703	16,49%	1760	15,95%	3463	16,21%
Não	8625	83,51%	9277	84,05%	17902	83,79%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 59. Pessoas venezuelanas abrigadas que reportaram ter sido contaminadas pela COVID-19

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	143	6,97%	102	5,53%	245	6,29%
Não	1908	93,03%	1741	94,47%	3649	93,71%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 60. Pessoas venezuelanas interiorizadas que fizeram teste para comprovação de COVID-19

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Fizeram teste	3894	58,17%	4827	66,45%	8721	62,48%
Não fizeram teste	2800	41,83%	2437	33,55%	5237	37,52%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 61. Pessoas venezuelanas abrigadas que fizeram teste para comprovação de COVID-19

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Fizeram teste	931	85,81%	904	91,78%	1835	88,65%
Não fizeram teste	154	14,19%	81	8,22%	235	11,35%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Foram também obtidas informações sobre o acesso das pessoas venezuelanas interiorizadas e abrigadas aos serviços de saúde sexual e reprodutiva. Considerando o tipo de serviço que foi procurado, aqueles relacionados ao parto – pré-natal, parto e pós-parto – foram buscados por 19,87% das mulheres venezuelanas interiorizadas (Tabela 62). No caso das abrigadas, o serviço foi procurado por 27,48% das mulheres. Essa informação corrobora com alguns relatos coletados nas entrevistas qualitativas, nos quais interlocutores assinalavam o volume crescente

de mulheres venezuelanas grávidas que chegavam ao Brasil e eram atendidas nos serviços de acolhimento.

No caso das mulheres venezuelanas interiorizadas, na ótica da distribuição espacial entre regiões, é na região Sudeste onde a maior proporção de mulheres buscou esses serviços (23,24%) e nas outras duas regiões consideradas – Região Sul e Demais Regiões – essa procura ficou, respectivamente, entre 19,16% e 18,58% das mulheres interiorizadas (Tabela 62). Ao se tratar das respostas considerando a modalidade

de interiorização (Tabela 63), a maior procura aconteceu junto àquelas mulheres que foram interiorizadas por meio da reunificação familiar (25,18%), seguido por aquelas que fizeram o processo na modalidade reunião social (20,03%) e, institucional (18,21%) por último, vaga de emprego sinalizada (11,13%).

As perguntas sobre método contraceptivo foram colocadas para todos os homens e mulheres interiorizadas e abrigadas e se referiam à(o)s respondentes e suas/seus parceiras(o)s. Em relação à busca do serviço de saúde para a obtenção de métodos contraceptivos, 24,82% das pessoas interiorizadas procuraram esse serviço (Tabela 64). As mulheres o fizeram em

maior proporção do que os homens, 28,66% contra 21,23% respectivamente (Tabela 64). Em termos das regiões consideradas nas análises (Tabela 65), foi na região Sul onde a procura foi relativamente mais elevada (27,17%), seguido da categoria demais regiões (23,16%) e Sudeste (20,66%). Ainda, tratando da demanda por métodos contraceptivos, ao se analisar as respostas segundo a modalidade de interiorização realizada (Tabela 66), observamos que aquelas que passaram pelo processo na modalidade VES buscaram os serviços em maior proporção (32,88%) seguida por aquelas interiorizadas na modalidade reunião familiar (25,03%), institucional (23,63%) e reunião social (23,36%).

Tabela 62. Pessoas venezuelanas do sexo feminino que após interiorização precisaram de assistência na área pré-natal, parto e pós-parto por região

	Região Sul		Região Sudeste		Demais Regiões	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1073	19,16%	505	23,24%	478	18,58%
Não	4526	80,84%	1668	76,76%	2095	81,42%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 63. Pessoas venezuelanas do sexo feminino que após interiorização precisaram de assistência na área pré-natal, parto e pós-parto por modalidade de interiorização

	Institucional		Reunião Social		Reunificação familiar		Vaga de Emprego Sinalizada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	209	18,21%	1404	20,03%	359	25,18%	85	11,13%
Não	939	81,79%	5605	79,97%	1067	74,82%	679	88,87%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 64. Pessoas venezuelanas que após interiorização precisaram de assistência em contracepção por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	2979	28,66%	2363	21,23%	5342	24,82%
Não	7415	71,34%	8770	78,77%	16185	75,18%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 65. Pessoas venezuelanas que após interiorização precisaram de assistência em contracepção por região

	Região Sul		Região Sudeste		Demais Regiões	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	3161	27,17%	911	20,66%	1270	23,16%
Não	8473	72,83%	3498	79,34%	4214	76,84%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 66. Pessoas venezuelanas que após interiorização precisaram de assistência em contracepção, por modalidade de interiorização

	Institucional		Reunião Social		Reunificação familiar		Vaga de Emprego Sinalizada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	564	23,63%	3232	23,36%	629	25,03%	917	32,88%
Não	1823	76,37%	10606	76,64%	1884	74,97%	1872	67,12%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Ainda, dentro do conjunto de questões sobre a saúde sexual e reprodutiva das pessoas venezuelanas interiorizadas e abrigadas em Roraima, foi apresentado um conjunto de questões sobre o uso de métodos contraceptivos, que envolviam também o tipo de método contraceptivo adotado. As questões foram colocadas indistintamente para homens e mulheres que responderam sobre os métodos que eles ou elas utilizavam, assim como de suas/seus parceiras(o)s. Quando perguntados sobre o uso de algum tipo de método, 45,91% das pessoas venezuelanas interiorizadas responderam que faziam uso, sendo esse percentual mais elevado entre as mulheres (47,11%) do que entre os homens (43,20%) (Tabela 67).

Àquelas pessoas que responderam de forma positiva quanto ao uso de métodos contraceptivos foi perguntado qual tipo de método utilizavam. As respostas foram livres, sem um direcionamento de tipo de método e era possível resposta múltipla. Dentre o total das pessoas venezuelanas interiorizadas que indicaram utilizar algum método, quatro tipos são os que mais se destacam (Tabela 68): o uso de camisinha masculina (26,22%), seguido pela laqueadura (22,72%), injeções contraceptivas (20,14%), e pílula (19,48%). Quando esses resultados são analisados sob a ótica de gênero, que apresentou significância estatística, destaca-se,

no caso de respondentes mulheres, o uso da laqueadura (31,81%) como o método mais empregado, seguido (24,15%) por injeções contraceptivas (19,44%), e por pílula (22,92%). O uso de camisinha (10,24%) e DIU (7,23%) foi também indicado pelas mulheres como método de contracepção (seu/sua ou da(o) parceira(o)). Em relação aos respondentes do sexo masculino que declararam utilizar algum método, o mais indicado foi a camisinha (41,70%), seguido pela injeção contraceptiva (16,26%). Outros dois métodos, utilizados por mulheres, pílula (16,15%) e laqueadura (13,91%), foram também indicados pelos homens, reforçando que os dados obtidos se referem tanto à(o)s respondentes, quanto à(o)s sua(eu)s parceira(o)s. A vasectomia foi mencionada por somente 0,21% dos homens que indicaram utilizar métodos contraceptivos.

Dentre as pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima, 45,98% das que responderam positivamente sobre a utilização de algum método contraceptivo (Tabela 69). A proporção de mulheres que utilizam algum método (50,11%) é mais elevada do que a encontrada entre os homens (41,81%) e estatisticamente significativa.

Em relação aos tipos de métodos utilizados, há quatro que mais se destacam (Tabela 70): a injeção contraceptiva (39,57%), o uso de camisinha (27,16%), seguido pela laqueadura

(13,49%) e pílula (9,35%). No caso das mulheres, destaca-se o uso de injeções contraceptivas (52,63%) e a laqueadura (14,04%). Em relação aos respondentes homens que declararam utilizar algum método, o mais indicado foi a camisinha (44,58%), seguido de injeções contraceptivas

(23,81%). A laqueadura e o uso de pílulas foram também apontados como método utilizado em proporções semelhantes, 12,83% para a primeira e 11,24% para a segunda. A vasectomia não foi mencionada por nenhuma das pessoas que indicaram utilizar métodos contraceptivos.

Tabela 67. Pessoas venezuelanas interiorizadas que atualmente usam método para adiar/evitar gravidez, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	4659	47,11%	4810	43,20%	9469	45,91%
Não	5230	52,89%	6324	56,80%	11154	54,09%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 68. Métodos contraceptivos utilizados por pessoas venezuelanas interiorizadas, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Camis. Feminina/Interna/Vag.	31	0,67%	15	0,31%	46	0,49%
Camis. Masculina/Externa/Pen.	477	10,24%	2006	41,70%	2483	26,22%
Coito interrompido	0	0,00%	15	0,31%	15	0,16%
Diafragma	17	0,36%	8	0,17%	25	0,26%
DIU (dispositivo intrauterino)	337	7,23%	299	6,22%	636	6,72%
Injeções contraceptivas	1125	24,15%	782	16,26%	1907	20,14%
Laqueadura/Esterilização feminina	1482	31,81%	669	13,91%	2151	22,72%
Norplant/Implantes	114	2,45%	57	1,19%	171	1,81%
Pílula	1068	22,92%	777	16,15%	1845	19,48%
Tabela/Abstinência periódica	8	0,17%	172	3,58%	180	1,90%
Vasectomia	0	0,00%	10	0,21%	10	0,11%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 69. Pessoas venezuelanas abrigadas que atualmente usam método para adiar/evitar gravidez, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	913	50,11%	755	41,81%	1668	45,98%
Não	909	49,89%	1051	58,19%	1960	54,02%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 70. Métodos contraceptivos utilizados por pessoas venezuelanas abrigadas, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Camis. Masculina/Externa/Pen.	116	12,72%	337	44,58%	453	27,16%
DIU (dispositivo intrauterino)	72	7,89%	30	3,97%	102	6,12%
Injeções contraceptivas	480	52,63%	180	23,81%	660	39,57%
Laqueadura/Esterilização feminina	128	14,04%	97	12,83%	225	13,49%
Norplant/Implantes	45	4,93%	27	3,57%	72	4,32%
Pílula	71	7,79%	85	11,24%	156	9,35%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Os serviços de saúde na área de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS foram procurados por 16,20% das pessoas venezuelanas interiorizadas, sendo 17,71% das mulheres venezuelanas e 14,79% dos homens (Tabela 71). Ao observarmos as regiões (Tabela 72), o maior percentual de procura por esses serviços aconteceu no grupo das demais regiões (17,21%), sendo o menor percentual encontrado entre interiorizadas na região Sul (15,52%). Ao se considerar a modalidade de interiorização (Tabela 73) o maior percentual na busca pelos serviços de saúde na área de DST/AIDS foi encontrado na modalidade institucional (16,46%), seguido, praticamente

no mesmo patamar, por reunião social (16,42%), reunificação familiar (15,72%), vaga de emprego (15,32%).

Os serviços na área de exames preventivos de câncer de colo de útero e mama foram procurados por 33,67% das mulheres venezuelanas interiorizadas (Tabela 74). Essa demanda foi maior na região Sul (37,52%), seguido da região Sudeste (31,96%) (Tabela 74). Ao considerarmos a modalidade de interiorização (Tabela 75), as mulheres que foram interiorizadas na modalidade de vaga de emprego procuraram esses serviços em 38,14% dos casos, seguidas pela modalidade institucional (37,02%), reunião social (33,26%), e reunificação familiar (30,63%).

Tabela 71. Pessoas venezuelanas que após a interiorização precisaram de assistência na área DST/AIDS, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1840	17,70%	1647	14,79%	3487	16,20%
Não	8554	82,30%	9486	85,21%	18040	83,80%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 72. Pessoas venezuelanas que após a interiorização precisaram de assistência na área DST/AIDS por região

	Região Sul		Região Sudeste		Demais Regiões	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1806	15,52%	737	16,72%	944	17,21%
Não	9828	84,48%	3672	83,28%	4540	82,79%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 73. Pessoas venezuelanas que após a interiorização precisaram de assistência na área DST/AIDS por modalidade de interiorização

	Institucional		Reunião Social		Reunificação familiar		Vaga de Emprego Sinalizada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	393	16,46%	2272	16,42%	395	15,72%	427	15,32%
Não	1995	83,54%	11567	83,58%	2117	84,28%	2361	84,68%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 74. Mulheres venezuelanas que após a interiorização precisaram de assistência na área de exames preventivos e ginecológica por região

	Região Sul		Região Sudeste		Demais Regiões	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	2104	37,52%	692	31,96%	689	26,73%
Não	3504	62,48%	1473	68,04%	1889	73,27%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 75. Mulheres venezuelanas que após a interiorização precisaram de assistência na área de exames preventivos e ginecológica por modalidade de interiorização

	Institucional		Reunião Social		Reunificação familiar		Vaga de Emprego Sinalizada	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	425	37,02%	2328	33,26%	441	30,63%	291	38,14%
Não	723	62,98%	4672	66,74%	999	69,38%	472	61,86%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

O conjunto de questões relativas à demanda por serviços de saúde reprodutiva foi também colocado às pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima. Em relação à busca pelos serviços relacionados ao parto – pré-natal, parto e pós-parto – esses foram procurados por 27,48% das mulheres venezuelanas que estavam abrigadas em Roraima, percentual superior ao indicado pelas mulheres interiorizadas (19,87%). Os serviços que oferecem exames preventivos de câncer de colo de útero e mama foram procurados por 24,89% das venezuelanas abrigadas em Roraima, percentual esse inferior ao observado junto às mulheres interiorizadas (33,67%).

Às pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima foi também perguntado se, após a chegada ao Brasil, procuraram o atendimento na área da saúde em busca de métodos

contraceptivos e 33,87% delas responderam de forma afirmativa (Tabela 76). No total das mulheres, 38,96% procuraram os serviços na área da contracepção, enquanto 28,20% dos homens fizeram o mesmo (Tabela 76) resultados com significância estatística. Os serviços de saúde na área de DST/AIDS foram procurados por 25,08% (Tabela 77) das pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima. Sendo que as mulheres (25,92%) buscaram mais esse serviço do que os homens (24,14%) (Tabela 77).

Outra questão levantada nas entrevistas buscou conhecer se houve alguma dificuldade para o acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva. Essa dificuldade foi apontada por 9,49% das pessoas venezuelanas interiorizadas, sendo percentual maior entre as mulheres (11,23%) do que entre os homens (7,51%) (Tabela 78).

Tabela 76. Pessoas venezuelanas abrigadas que precisaram de assistência em contracepção, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	803	38,96%	522	28,20%	1325	33,87%
Não	1258	61,04%	1329	71,80%	2587	66,13%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 77. Pessoas venezuelanas abrigadas que, após chegada em Roraima, precisaram de assistência na área de DST/AIDS, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	534	25,92%	447	24,14%	981	25,08%
Não	1526	74,08%	1405	75,86%	2931	74,92%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 78. Pessoas venezuelanas interiorizadas que tiveram dificuldade para acessar os serviços de saúde, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	968	11,23%	571	7,51%	1539	9,49%
Não	7651	88,77%	7033	92,49%	14684	90,51%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Foi também solicitado aos entrevistados que indicassem o tipo de dificuldade (Tabela 79). Dentre aqueles que indicaram alguma dificuldade para o acesso aos serviços de saúde, duas situações se sobressaíram: a ausência de profissionais de saúde indicada por 19,08% das pessoas interiorizadas e a dificuldade de agendamento apontada por 16,74%. Ao se considerar essas dificuldades sob a ótica de gênero, são também esses dois pontos que se destacam de forma individual. Os problemas relacionados à ausência de profissional de saúde foram apontados por 20,58% das mulheres venezuelanas interiorizadas que encontraram dificuldade de atendimento e por 16,55% dos homens. A dificuldade para o agendamento de consultas e a grande demanda pelos serviços foi indicada por 17,68% das mulheres e 15,16% dos homens.

Em relação às pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima, 16,53% delas relataram ter

encontrado dificuldades no acesso aos serviços de saúde (Tabela 80). Entre as mulheres, as dificuldades foram indicadas por 20,86%, valor sensivelmente superior, e estatisticamente representativo, à proporção de homens que relataram esse tipo de problema (10,60%) (Tabela 80).

Ao especificar o tipo de problema encontrado no acesso ao serviço de saúde, as pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima (Tabela 81) especificam duas situações: a lotação e dificuldade no agendamento (30,54%) e a ausência de profissionais de saúde (15,76%). No caso das mulheres, a maior dificuldade relatada estava relacionada à lotação e dificuldade de agendamento (31,02%), seguida da ausência de profissionais de saúde para o atendimento (9,09%). No caso dos homens, o maior problema relatado foi a ausência de profissionais de saúde (33,57%), seguido das dificuldades causadas pela lotação e problemas no agendamento (29,29%).

Tabela 79. Dificuldade encontradas por pessoas venezuelanas interiorizadas para conseguir/acessar os serviços de saúde, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Ausência de Profissionais de Saúde	199	20,58%	95	16,55%	294	19,08%
Discriminação/Preconceito	19	1,96%	20	3,48%	39	2,53%
Dispon./Ausência de Medicamentos	19	1,96%	19	3,31%	38	2,47%
Gratuidade/Preço	20	2,07%	14	2,44%	34	2,21%
Horários de Atendimento	78	8,07%	32	5,57%	110	7,14%
Lotação/Dificuldade no Agendamento	171	17,68%	87	15,16%	258	16,74%
Não sabia onde procurar ou não tinha informação	12	1,24%	0	0,00%	12	0,78%
Restrições devido à COVID-19	49	5,07%	24	4,18%	73	4,74%
Outro [documentação, discriminação, atendimento ruim]	400	41,37%	283	49,30%	683	44,32%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 80. Pessoas venezuelanas abrigadas que tiveram dificuldade para acessar os serviços de saúde, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	375	20,86%	139	10,60%	514	16,53%
Não	1423	79,14%	1172	89,40%	2595	83,47%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 81. Dificuldade encontradas por pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima para conseguir/acessar os serviços de saúde, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Ausência de Profissionais de Saúde	34	9,09%	47	33,57%	81	15,76%
Discriminação/Preconceito	0	0,00%	4	2,86%	4	0,78%
Dispon./Ausência de Medicamentos	15	4,01%	4	2,86%	19	3,70%
Estrutura Física dos Hospitais e Unidades	14	3,74%	6	4,29%	20	3,89%
Horários de Atendimento	9	2,41%	4	2,86%	13	2,53%
Lotação/Dificuldade no Agendamento	116	31,02%	41	29,29%	157	30,54%
Restrições devido à COVID-19	7	1,87%	4	2,86%	11	2,14%
Teve Problemas Relacionados ao Idioma	4	1,07%	0	0,00%	4	0,78%
Outro	175	46,79%	30	21,43%	205	39,88%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

No levantamento qualitativo realizado junto às entidades que atuam no processo de acolhida e interiorização, as dificuldades no acesso ao atendimento à saúde foram lembradas. O aumento da demanda nos serviços no período

da pandemia e, em alguns casos, a ausência de documentação, têm causado dificuldades para agendamento de consultas e obtenção de medicamentos. No entanto, os entrevistados reconhecem que, comparado com o acesso

a outros direitos sociais, como educação, no caso da saúde a situação, principalmente em relação aos serviços básicos e de emergência, acontece dentro das possibilidades de atendimento, mesmo que em determinadas situações exista a necessidade de intervenção de técnicos das organizações da sociedade civil e de organismos internacionais para garantir o acesso aos serviços de saúde, principalmente no caso das pessoas migrantes venezuelanas interiorizadas.

Outro tema tratado no levantamento foi a situação de violência sofrida pelas pessoas venezuelanas interiorizadas e abrigadas. Originalmente, as questões sobre violência seriam apresentadas apenas para mulheres (independentemente da identidade de gênero) e homens (exceto cisgêneros), tendo como foco a violência baseada em gênero. Em função da sensibilidade do tema, da forma de coleta de dados (por telefone), da necessidade de redução do questionário após o piloto, bem como do grau de vulnerabilidade da população entrevistada, optou-se por excluir as perguntas relativas ao gênero do entrevistado. As perguntas de violência, na primeira etapa, foram aplicadas a todas as pessoas entrevistadas, do sexo masculino e feminino, que reportavam estar em lugar seguro para respondê-las. Houve poucas respostas ao quesito e a confiabilidade dos dados sobre tema é, pelas mesmas razões, baixa. A fim de melhorar o escopo da violência de gênero no

questionário, sobretudo para homens transgêneros, travestis e/ou não binários, foi incorporada, na segunda rodada, uma questão nesse módulo sobre a identidade de gênero da(o)s entrevistada(o)s. Assim os dados aqui descritos enfatizam apenas a situação reportada por mulheres e por homens não cisgênero e devem ser interpretados com parcimônia e como indicativos de potenciais questões para posteriores pesquisas, buscando aprimoramento da coleta de dados a partir de metodologia pertinente ao tema. Dentre as pessoas venezuelanas interiorizadas, 5,07%, relataram ter sofrido algum tipo de violência (Tabela 82). Dentre as mulheres 5,74% relataram ter sofrido algum tipo de violência e, dentre os homens, esse percentual foi de 3,63% (Tabela 82).

Ao se perguntar sobre qual o tipo de violência sofrida (Tabela 83), as pessoas venezuelanas interiorizadas que sofreram algum tipo de violência indicam que em 53,56% dos casos a presença de violência física, seguida pela violência psicológica (44,43%). Tanto no caso das mulheres como dos homens tem maior destaque a violência física sofrida, 60,36% no caso dos homens e 51,56% no caso das mulheres. No caso da violência psicológica ela está mais presente com pouca diferença entre homens (43,79%) e mulheres (44,62%). Mesma situação é encontrada nos relatos de violência sexual, homens (10,65%), mulheres (11,98%)

Tabela 82. Situação de violência sofrida por pessoas venezuelanas interiorizadas, após a interiorização, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	576	5,74%	169	3,63%	745	5,07%
Não	9458	94,26%	4489	96,37%	13947	94,93%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 83. Tipo de violência sofrida por pessoas venezuelanas interiorizadas, após a interiorização, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Física	297	51,56%	102	60,36%	399	53,56%
Psicológica	257	44,62%	74	43,79%	331	44,43%
Sexual	69	11,98%	18	10,65%	87	11,68%
Outra	120	20,83%	64	37,87%	184	24,70%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Dentre as pessoas venezuelanas abrigadas, 12,82% declararam ter sofrido algum tipo de violência após a chegada ao Brasil (Tabela 84), percentual mais elevado do que o levantado junto aos interiorizados (5,07%). Em relação ao gênero, são os homens que, proporcionalmente, reportaram ter sofrido mais violência (14,11%) do que as mulheres (12,23%).

Em relação ao tipo de violência sofrida, dois se destacam nas respostas dos que indicaram ter passado por essa situação após chegar ao Brasil, a violência física (42,51%) e a psicológica (44,14%). No caso dos homens, a violência física aparece em destaque (68,25%) e, para as mulheres, a situação que teve mais indicações foi a violência psicológica (48,13%), seguida pela situação de violência física (29,05%). Foram

ainda as mulheres que relataram ter sofrido violência virtual (4,15%).

Àquelas pessoas venezuelanas que indicaram ter sofrido violência após interiorização, 41,74% indicaram ter procurado ajuda. Esse percentual é mais elevado entre as mulheres (46,01%) do que entre os homens (27,22%) (Tabela 86).

A questão seguinte solicitava que fosse indicado o tipo de auxílio procurado (Tabela 87). Como a maioria dos equipamentos disponíveis para a denúncia de violência são voltados ao atendimento de mulheres, o auxílio foi buscado em 27,82% dos casos junto aos centros especializados de atendimento à mulher, seguida da indicação das delegacias especializadas no atendimento à mulher (20,68%).

Tabela 84. Situação de violência sofrida por pessoas venezuelanas abrigadas, após a chegada ao Brasil, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	241	12,23%	126	14,11%	367	12,82%
Não	1729	87,77%	767	85,89%	2496	87,18%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 85. Tipo de violência sofrida por pessoas venezuelanas abrigadas, após a chegada ao Brasil, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Física	70	29,05%	86	68,25%	156	42,51%
Psicológica	116	48,13%	46	36,51%	162	44,14%
Sexual	16	6,64%	4	3,17%	20	5,45%
Virtual	10	4,15%	0	0,00%	10	2,72%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 86. Pessoas venezuelanas interiorizadas que conseguiram denunciar algum tipo de violência sofrida, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	265	46,01%	46	27,22%	311	41,74%
Não	311	53,99%	123	72,78%	434	58,26%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 87. Opção de ajuda escolhida por mulheres venezuelanas interiorizadas que sofreram algum tipo de violência após a interiorização, tendo conseguido denunciá-la

	Feminino	
	Freq. absoluta	Freq. relativa
Centro Espec. de Atend. à Mulher	74	27,82%
Deleg. Espec. de Atend. à Mulher (+ 60 mil hab.)	55	20,68%
Instit. de Acolhimento aos Migrantes/Refugiados	10	3,76%
Juizados Especializados de Viol. Dom./Fam. contra a Mulher	12	4,51%
Núc./Posto de Atend. à Mulher nas Deleg. Comuns	15	5,64%
Outro	100	37,59%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Àquelas pessoas venezuelanas abrigadas que indicaram ter sofrido violência após ter chegado no Brasil, em 27,25% afirmaram ter procurado ajuda, percentual em muito inferior ao

declarado pelas pessoas interiorizadas (41,74%). Esse percentual é mais elevado entre as mulheres (28,22%) do que entre os homens (25,40%) (Tabela 88).

Tabela 88. Pessoas venezuelanas abrigadas que conseguiram denunciar algum tipo de violência sofrida, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	68	28,22%	32	25,40%	100	27,25%
Não	173	71,78%	94	74,60%	267	72,75%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

As pessoas venezuelanas abrigadas que procuraram auxílio, 46,53% o fizeram diretamente nos abrigos. As mulheres utilizam mais esse recurso (63,24%) do que os homens (12,12%). Ainda

no caso dos homens eles recorreram, em percentuais semelhantes (18,18%) aos centros especializados de atendimento à mulher e às instituições de acolhimento aos imigrantes (Tabela 89).

Tabela 89. Opção de ajuda escolhida por pessoas venezuelanas abrigadas que sofreram algum tipo de violência após a chegada ao Brasil, tendo conseguido denunciá-la, por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Casas-abrigo	43	63,24%	4	12,12%	47	46,53%
Centro Espec. de Atend. à Mulher	14	20,59%	6	18,18%	20	19,80%
Instit. de Acolhimento aos Migrantes/Refugiados	0	0,00%	6	18,18%	6	5,94%
Outro	11	16,18%	17	51,52%	28	27,72%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

PERSPECTIVAS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou, ainda que rapidamente, avaliar o interesse dos participantes em permanecer no Brasil e suas perspectivas sobre o futuro. **A maioria esmagadora da população venezuelana interiorizada (96,93%) e abrigada em Roraima (98,77%) pretende permanecer no Brasil.** 85,5% das pessoas interiorizadas tem uma perspectiva otimista sobre o futuro de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas no país, acreditando que o futuro será melhor que o presente. Interessante notar

que, entre os 3% de pessoas interiorizadas que tencionam sair do Brasil, 84,5% desejam retornar à Venezuela. Entre as pessoas residentes em abrigos em **Roraima, 77% têm interesse em sair do estado**, com predomínio de homens em relação às mulheres (Tabela 90). 52,25% já realizaram algum cadastro para participar da estratégia de interiorização (Tabela 91). Nota-se essa pequena diferença por sexo nos dados referentes às pessoas que realizaram o cadastro para interiorização, com maior proporção de homens.

Tabela 90. Número de pessoas venezuelanas abrigadas com interesse em deixar Roraima por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	1498	72,72%	1516	81,86%	3014	77,04%
Não	562	27,28%	336	18,14%	898	22,96%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Tabela 91. Número de pessoas venezuelanas abrigadas em Roraima que realizaram algum cadastro para participar de interiorização pelo governo brasileiro por sexo

	Feminino		Masculino		Total	
	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa	Freq. absoluta	Freq. relativa
Sim	897	50,42%	899	54,22%	1796	52,25%
Não	882	49,58%	759	45,78%	1641	47,75%

Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021

Os dados revelam que há grande potencial de expansão da estratégia de interiorização junto à população abrigada em Roraima. Em articulação com demais variáveis agregadas, reforça-se a percepção de que a interiorização não é apenas uma ação de interesse das autoridades envolvidas na resposta, mas já perpassa o projeto futuro de boa parte da população venezuelana estabelecida em Roraima. Apontam, ainda, para a necessidade de planejamento de políticas públicas de médio e longo prazo que apoiem o processo de integração local e inclusão econômica contínua da população venezuelana no Brasil, bem como de estratégias locais e regionais de apoio que

possam fortalecer os vínculos, no tempo, entre sociedade de recepção e as pessoas venezuelanas interiorizadas. Os dados corroboram a percepção da importância de se enfatizar uma política de integração baseada na dispersão territorial, tendo em vista o demonstrado interesse na política de interiorização voluntária por parte da população venezuelana. Não obstante, parcela significativa (23%) da população abrigada demonstra desejo de permanecer em Roraima e, em consonância com relatos da pesquisa qualitativa, a estratégia de interiorização deve ser acompanhada de políticas de integração local também em Roraima, com ampliação das possibilidades de socialização, convívio e acesso

a direitos para além dos espaços de abrigo e de forma mais autônoma em relação às estruturas institucionais que os gerenciam.

Os dados gerais consolidam a **importância da dimensão de gênero como estruturante das desigualdades vividas por pessoas de origem venezuelana**, antes, durante e após o processo de interiorização. No que tange à inserção laboral e renda (Tabela 92), nota-se que as **mulheres têm uma participação maior entre as pessoas desocupadas e entre aquelas cuja força de trabalho é subutilizada**. Embora a situação das mulheres interiorizadas seja muito melhor quanto à desocupação e subutilização se comparada à de mulheres venezuelanas abrigadas em Roraima, as interiorizadas permanecem em desvantagem se comparadas com as mulheres brasileiras, bem como aos homens interiorizados (conforme Tabela 92). São preocupantes as taxas de subutilização da força de trabalho feminino entre as mulheres interiorizadas e, especialmente, entre as mulheres abrigadas em Roraima. Isso significa que as mulheres estão trabalhando menos horas do que poderiam e gostariam e, portanto, subaproveitadas em sua potencialidade de inserção laboral. O grau de informalidade entre mulheres venezuelanas interiorizadas e mulheres brasileiras não apresentou diferença significativa, indicando que padrões de inserção laboral para venezuelanas reproduzem as desigualdades de gênero verificadas no acesso ao mercado de trabalho formal no país. Contudo, se comparadas às pessoas abrigadas, há importante redução no grau de informalidade na média geral e, para as mulheres, em particular. Essa redução pode refletir efeitos de composição e de seletividade, haja vista as diferenças de perfil sociodemográfico entre interiorizadas e abrigadas e a dinâmica específica de provisoriedade e assistência experimentadas nos abrigos em Roraima.

O rendimento médio das mulheres interiorizadas é menor se comparado ao dos homens interiorizados e pouco mais da metade do rendimento médio individual entre as mulheres brasileiras. As **diferenças são mais desalentadoras em relação às mulheres abrigadas**,

cujo rendimento médio não chega a 25% do rendimento médio individual das mulheres residentes em Roraima. A população interiorizada tem rendimentos maiores, como esperado, se comparada à população abrigada e essa diferença persiste de forma ainda mais marcante entre mulheres venezuelanas nas duas populações. Novamente, os efeitos de composição e perfil são importantes para avaliar essa variação. A dimensão de gênero deve, dessa forma, ser tomada transversalmente na formulação e implementação de políticas junto à população venezuelana, em diálogo com as políticas de proteção e promoção dos direitos de mulheres e população LGBTQIA+ no país e, em particular, no que se refere à inserção laboral e políticas de geração de renda.

Os dados qualitativos apontam para a **necessidade de articulação entre a estratégia de interiorização e outras políticas socioeconômicas nos diferentes níveis de governo**. Entre elas, destacam-se a importância de um melhor planejamento para ‘mapear’ a situação e oportunidades de inserção nos municípios receptores, o fortalecimento da rede de acolhida por parte do Ministério da Cidadania, da Força Tarefa e dos Núcleos de Interiorização (NURINs) e a necessidade de um diálogo mais próximo com os poderes públicos locais. Reforçou-se ainda a prioridade em buscar uma estratégia mais unificada que contemple campanhas de informação sobre o funcionamento do programa e do apoio logístico, junto aos beneficiários, às prefeituras, aos empregadores e a rede local nas cidades. Aponta-se para o fato de que a pandemia trouxe desafios adicionais para a coordenação entre as diferentes entidades envolvidas no programa.

Além disso, apesar do reconhecimento das necessidades vinculadas ao objetivo de “tirar os refugiados e migrantes venezuelanos de Roraima”, diversas organizações mostraram-se preocupadas com o estabelecimento de “metas numéricas” e seus potenciais impactos no acompanhamento dos beneficiários durante o processo de interiorização e após a chegada no destino. Esta **falta de acompanhamento/monitoramento foi elencada como uma das**

principais lacunas do programa, já que o pouco envolvimento governamental no plano de integração das pessoas resulta em problemas de acesso efetivo a direitos básicos como moradia, educação, saúde e trabalho. Nas palavras de um dos gestores entrevistados: “levar, interiorizar, é uma parte importante, mas não é a integração. A integração começa após a chegada e, em poucos municípios, poucos órgãos públicos têm um plano efetivo para a integração dos refugiados e migrantes”. Apontou-se ainda dificuldades devido ao constante fluxo de

mudança do contingente que presta serviço de atendimento à população venezuelana, o que gera descontinuidade nos processos. Os relatos apontam ressalvas sobre a forma como a modalidade de Vaga de Emprego Sinalizada (VES) está sendo implementada, dado o maior foco na inserção laboral da população refugiada e migrante, havendo desafios na inserção social. Gargalo importante da estratégia diz respeito a **pessoas e famílias que não se adaptam ou que encontram dificuldades nos locais de destino** após a interiorização.

Tabela 92. Comparação de dados sobre ocupação e renda entre pessoas venezuelanas interiorizadas e abrigadas e população residente no Brasil e Roraima (PNAD)

Variável	Freq. relativa							
	Pessoas Interiorizadas***	PNAD (BR exceto RR)*	Mulheres Interiorizadas****	PNAD (mulheres BR exceto RR)**	Pessoas abrigadas em Roraima***	PNAD (RR)*	Mulheres abrigadas em Roraima***	PNAD (mulheres em RR)**
Pessoas desocupadas	11,01%	12,08%	17,76%	14,93%	30,73%	10,38%	44,44%	14,22%
Proporção da força de trabalho desalentada	0,33%	4,44%	0,79%	5,78%	3,55%	5,51%	10,16%	7,17%
Taxa de subutilização da força de trabalho	24,87%	25,43%	41,32%	31,68%	57,82%	0,83%	78,54%	33,53%
Grau de informalidade laboral	32,40%	40,55%	37,31%	38,62%	89,91%	46,71%	82,35%	38,97%
Rendimento médio mensal individual	1450,98	2410,30	1177,63	2115,56	666,9	2158,38	492,36	2142,67
Rendimento médio mensal domiciliar****	2351,64	4369,01	2128,07	4251,48	312,37	3861,61	273,15	3823,65
Rendimento médio mensal per capita****	704,99	1526,50	560,92	1488,95	82,74	1130,34	60,58	1078,75

* Fonte: Microdados da PNAD Contínua - 3o Trimestre de 2021 (IBGE, 2022) para população maior de 18 anos residente no Brasil (exceto Roraima) e apenas para Roraima.

** Fonte: Microdados da PNAD Contínua - 3o Trimestre de 2021 (IBGE, 2022) para mulheres maiores de 18 anos residentes no Brasil (exceto Roraima) e apenas para Roraima.

*** Fonte: Cedeplar/IPEAD, ACNUR, UNFPA e ONU Mulheres, 2021 - valores referentes à segunda etapa de coleta e corrigidos para o plano amostral complexo com pós-estratificação por sexo e grupo etário.

**** Resultados para Brasil e Roraima baseados na PNAD Contínua 2021 (Acumulado no ano para 5a visita)

As entidades entrevistadas também foram unânimes em destacar **o caráter restrito e seletivo da modalidade de interiorização por vaga**

de emprego sinalizada - claramente refletida no perfil coletado sobre pessoas interiorizadas nessa modalidade - pois raramente são incluídas

famílias monoparentais, numerosas ou que incluam pessoas com algum tipo de deficiência. Referida seletividade, como já mencionado, pode explicar parcialmente os melhores resultados dos indicadores de trabalho e renda das pessoas interiorizadas nessa modalidade.

Outra preocupação levantada pelas entidades durante a pesquisa qualitativa diz respeito à **invisibilização das questões de gênero dentro da estratégia de Interiorização**. Os dados mostram que as diferenças entre homens e mulheres são importantes marcadores de inserção e perfil da população venezuelana residente no Brasil, envolvendo diferenças de acesso e oportunidade nas mais diferentes chaves (renda, emprego, saúde e educação, por exemplo). É fundamental que a estratégia leve em consideração as diferenças de gênero nos seus diversos programas como condição fundamental para melhora dos indicadores e da qualidade de integração de pessoas interiorizadas.

Em síntese, as organizações entrevistadas destacaram como o atual funcionamento do programa reflete a **ausência de uma política nacional sobre refugiados e migração** (tais como as existentes no campo da assistência social e da saúde) e que, ao mesmo tempo, dialogue com as especificidades da população venezuelana no Brasil. As dificuldades **de articulação institucional e de políticas coordenadas e planejadas se traduz em um ônus para as entidades e gestores na ponta dos atendimentos**, que acabam assumindo um amplo escopo de tarefas assistenciais e de apoio ao longo do processo de interiorização. Além disso, resta claro da pesquisa qualitativa que as entidades da sociedade civil têm um papel central na inserção social e laboral das pessoas interiorizadas, por meio de ações de acolhimento, apoio relativo ao acesso à documentação, auxílio moradia/aluguel, assessoria jurídica quanto a direitos e deveres, preparação de currículos, aulas de português, cursos profissionalizantes e iniciativas de empreendedorismo. Contudo, há uma percepção generalizada de que “a parte mais difícil é operacionalizada pelas instituições menos robustas” da estratégia. Muitas das tarefas que poderiam

ser coordenadas e melhor executadas em rede ficam sob a responsabilidade dos organismos de assistência locais e/ou pelas próprias pessoas beneficiárias, como, por exemplo, a localização das famílias, busca por espaço de passagem/acolhida, diálogo com as famílias e organizações públicas e privadas no destino etc..

Para além da **coordenação institucional e dos temas atinentes à gestão da estratégia**, cumpre sumarizar outros gargalos no acesso a direitos que devem ser priorizados pela política brasileira para a população venezuelana. Mulheres apresentaram maior demanda por serviços de saúde e mais dificuldades no acesso a esses serviços. Na questão de saúde sexual e reprodutiva, a dificuldade no acesso é maior entre a população abrigada em Roraima do que entre a interiorizada. Entre interiorizadas, as maiores dificuldades dizem respeito à ausência de profissionais e problemas no agendamento de exames e consultas. As situações de violência foram apontadas com mais frequência entre pessoas abrigadas (12,82%) do que entre interiorizadas (5,07%), com prevalência da violência física e psicológica. Note-se, contudo, que, a despeito de metodologia de coleta com baixa sensibilidade para tema, foram reportadas situações de violência sexual entre as entrevistadas, o que indica necessidade de pesquisas e acompanhamento mais sistemático e adequado para questão importante e que, novamente, possui forte recorte de gênero.

Em outras áreas, como moradia e educação, questões específicas da população venezuelana (migrante e refugiada) aparecem, em particular relativas à discriminação e xenofobia, às restrições e dificuldades burocráticas e documentais e à desinformação de atores na ponta, em diferentes esferas governamentais, sobre direitos e deveres dessas pessoas no país. Embora a situação na maioria dos indicadores para mulheres interiorizadas seja significativamente melhor do que entre as mulheres abrigadas, elas ainda se encontram em situação desfavorável se comparadas aos homens em ambas as populações.

O perfil sociodemográfico da população interiorizada aponta para seletividade da

estratégia de interiorização voluntária. Pessoas interiorizadas têm maior nível de escolaridade se comparadas com as abrigadas em Roraima. Tem, ainda, melhor compreensão do português. Nota-se, finalmente, uma participação maior de homens entre a população interiorizada do que entre a população abrigada. Referida seletividade pode influenciar os dados relativos à inserção laboral e de renda, pois trata-se de grupo em melhor posição relativa comparativamente à população que permanece abrigada em Roraima. Houve preocupação dos gestores em específico sobre a **seletividade da modalidade de vaga de emprego sinalizada, cujos dados apontam, de fato, para perfil predominantemente masculino e mais escolarizado.**

A existência de uma proporção importante de pessoas venezuelanas residentes no Brasil com ensino médio indica a importância do papel dos governos no processo de reconhecimento dos certificados de conclusão e de continuação dos estudos, bem como de estratégias de aprimoramento e capacitação da mão-de-obra (incluindo tema do ensino técnico e profissionalizante e ingresso e permanência no parque universitário brasileiro,

como estratégias de expandir possibilidade de integração local). A participação significativa de pessoas com ensino superior aponta também para importância do tema da revalidação de diplomas e continuidade dos estudos, inclusive na pós-graduação.

Em suma, a pesquisa revela aspectos do perfil e dinâmica da estratégia de interiorização voluntária, no contexto da pandemia e de ampliação de restrições aos movimentos de deslocamentos populacionais. Em diversas áreas de inserção da população venezuelana no país, participantes reconhecem os impactos da interiorização na melhoria da qualidade de vida das pessoas beneficiárias. Não obstante, restam enormes desafios a serem superados e espera-se que os dados apresentados apoiem o planejamento estratégico e monitoramento do programa, bem como a formulação e execução de políticas públicas mais adequadas ao perfil da população, suas demandas e vulnerabilidades, em particular relativas à desigualdade de gênero, e à heterogeneidade das experiências e processos de integração entre diferentes regiões de destino e entre diferentes modalidades de interiorização.

REFERÊNCIAS:

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Ministério da Cidadania.

Painel da Interiorização – Operação Acolhida. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao>>. Acessado em: 10 de outubro de 2021.

Baeninger, R. ; Jarochinski Silva, J. C. (Orgs). **Migrações Venezuelanas.** Campinas: NEPO/ UNICAMP, 2018.

Baeninger, R.; Demétrio, N. B.; Domeniconi, J. **Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Venezuelanas.** Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020.

Fernandes, Duval; Baeninger, R.; Demétrio, N. B. . Impacto da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil. In: Duval Fernandes; Rosana Baeninger; Maria da Consolação Gomes de Castro; Henrique Balieiro; Juliana Rocha; Felipe Borges; Luís Felipe Magalhães, Natália Demétrio; Joice Domeniconi. (Org.). **Impacto da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil.** 1ed. Campinas: Núcleo de Estudos Populacionais Elza Berquó, 2020, v. 1, p. 35-79

Gandini, L., Lozano-Ascencio, F. & Prieto Rosas, V. (eds.) 2019. **Crisis y migración de población venezolana: entre la desprotección y la seguridad jurídica en Latinoamérica,** Ciudad de México: UNAM.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: notas metodológicas.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2014b.

Moulin, Carolina & Bruno Magalhães (2020) Operation shelter as humanitarian infrastructure: material and normative renderings of Venezuelan migration in Brazil, **Citizenship Studies**, 24:5, 642-662, DOI: 10.1080/13621025.2020.1784643

R4V (2020). Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela. **Respuesta a los venezolanos – Brasil.** Disponível em: <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509>. Acesso em 13 de novembro de 2020.

Vera Espinoza, M., Zapata, G. P. & Gandini, L. 2020. Mobility in immobility: Latin American migrants trapped amid COVID-19. London: **Open Democracy.** Available: <https://www.opendemocracy.net/en/democraciaabierta/mobility-immobility-latin-american-migrants-trapped-amid-covid-19/>.

Zapata, G. P. & Prieto Rosas, V. (2020). Structural and Contingent Inequalities: The Impact of COVID-19 on Migrant and Refugee Populations in South America. *Bulletin of Latin American Research* 39(S1):16–22.